

UMA UTOPIA MILITANTE

Repensando o Socialismo

Paul Singer

SABOTAGEM

www.sabotagem.cjb.net

SUMÁRIO

4 Introdução

Parte I – REELABORAÇÃO CONCEITUAL

7 As revoluções sociais e as outras revoluções

Parte II – A REVOLUÇÃO SOCIAL CAPITALISTA

9 Primórdios da revolução capitalista

13 A revolução industrial se iniciou num elo débil da manufatura

16 Inovações artesanais e inovações industriais na fiação e tecelagem

21 O auge da revolução industrial

24 A revolução capitalista

Parte III – A REVOLUÇÃO SOCIAL SOCIALISTA

27 Reações da classe operária à revolução capitalista

31 A luta política contra o capitalismo

37 Sindicatos e cooperativas

43 O renascimento do cooperativismo: Rochdale – 1844

47 Lições da experiência britânica

51 Cogitações sobre a revolução social socialista

60 Bibliografia

Parte IV – REVOLUÇÕES E CONTRA-REVOLUÇÕES: A SAGA DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

61 Formação social, modos de produção, infra e supra-estrutura

63 O surgimento da formação social capitalista

65 Consolidação da formação social capitalista

67 A 2^a revolução industrial e o capitalismo monopolista

69 Crise, depressão e 2^a guerra mundial: surge o capitalismo dirigido

72 Os anos dourados: revolução colonial, guerra fria e globalização dirigida

75 O desafio ao dirigismo e a 3^a revolução industrial

79 Para além do neoliberalismo

84 Bibliografia

INTRODUÇÃO

Este livro surgiu da preocupação de reconceituar a revolução social socialista e de reavaliar suas perspectivas e possibilidades, face às vicissitudes do capitalismo e do movimento operário nos anos finais do século e do milênio. A preocupação se origina do fracasso histórico da tentativa de alcançar – ou "construir" – o socialismo através da estatização dos meios de produção e da instituição do planejamento centralizado da economia.

A experiência fracassada revitalizou a hipótese de que o socialismo, enquanto modo de produção, teria de ser desenvolvido ainda sob hegemonia do capitalismo, ou seja, como um modo de produção subordinado, integrando a formação social capitalista (O esquema conceitual a respeito das formações sociais como complexos articulados de modos de produção, dos quais um é hegemônico e por isso determina o caráter da formação social, está exposto no início da Parte IV deste volume). O fracasso do "socialismo realmente existente" revelou que o socialismo sem aspas terá de ser construído pela livre iniciativa dos trabalhadores em competição e contraposição ao modo de produção capitalista *dentro da mesma formação social*.

A essência do socialismo, enquanto modo de produção, é a organização democrática de produção e consumo, em que produtores e consumidores livremente associados repartem de maneira igualitária os ônus e os ganhos do trabalho e da inversão, os deveres e direitos enquanto membros de cooperativas de produção e/ou de consumo ou o nome que venham a ter estas organizações. Organizações como essas não podem ser formadas de cima para baixo, por decretos de algum poder pseudo-socialista, desconhecendo os anseios e propósitos dos produtores/consumidores. Mesmo na Iugoslávia, onde o regime presidido por Tito foi muito menos autoritário do que os regimes stalinistas em geral, as cooperativas tiveram seu livre desenvolvimento travado pelo fato de terem sido instituídas pelo governo, que lhes prescrevia as regras de funcionamento.

O desenvolvimento de modos de produção socialistas em formações sociais capitalistas já está ocorrendo há mais de 200 anos. A investigação histórica, desenvolvida neste volume, tem por objetivo reexaminar algumas destas experiências na Grã-Bretanha, no século XIX, do ângulo específico desta hipótese. Mas, para poder fazer isso, tornou-se necessário reelaborar primeiro o conceito de *revolução social*. Revolução social designa o processo de passagem de um sistema socioeconômico (ou formação social) a outro. Como se verá a seguir, a noção de revolução política ofuscou a de revolução social, por causa da tese (até há pouco predominante nos meios de esquerda) de que a condição necessária e suficiente para a conquista do socialismo seria a conquista do poder estatal por forças empenhadas naquele objetivo.

Continua sendo verdadeiro que o socialismo pressupõe a transferência do controle efetivo dos meios de produção dos capitalistas aos trabalhadores. Mas, esta transferência requer muito mais do que um ato jurídico-político de transferência formal de propriedade ou posse. Ela requer, antes de mais nada, que os trabalhadores estejam desejosos de assumir coletivamente tal controle e que se possam habilitar para exercê-lo em nível aceitável de eficiência. Nas várias experiências stalinistas, o desejo dos trabalhadores estava meramente pressuposto e o controle efetivo ficou com prepostos do poder estatal, que jamais permitiram aos trabalhadores que se habilitassem a exercê-lo.

E isso não constituiu, como muitos de nós acreditávamos, um desvio totalitário de revoluções políticas que, de outro modo, desembocariam no socialismo mas uma exigência,

como ficou amplamente demonstrado sobretudo na época da *glasnost*, na União Soviética, do próprio planejamento centralizado. O plano, para preservar sua consistência e exequibilidade, tinha de impor a cada unidade metas detalhadas de produção e de uso de matérias-primas, energia, mão-de-obra de diferentes qualificações e especialidades etc., etc. A concentração do poder de decisão das empresas nas mãos de diretores era apenas a contrapartida inevitável da concentração do poder de decisão macro e microeconômico nas mãos do comitê do plano.

Evidentemente, a transferência do controle dos meios de produção aos trabalhadores, para ser autêntico, não pode ser decretado de cima para baixo, mas tem de ser conquistado de baixo para cima, dentro do capitalismo. E esta conquista não pode deixar de levar muito tempo pois implica em verdadeira revolução cultural protagonizada pelos trabalhadores que se transformam, por sua própria iniciativa, de dependentes assalariados – ou ex-assalariados desempregados – em empreendedores coletivos. *E por isso que se tornou necessário separar o conceito de revolução social do de revolução política.*

A preocupação teórica fundamental deste livro está em analisar o papel da revolução social, como processo multissecular de passagem de uma formação social a outra, e o papel da revolução política, como episódio de transformação institucional das relações de poder. Como se verá, a revolução social tem sua marcha condicionada, em certas circunstâncias, pelo desenrolar de revoluções políticas. Mas, cada revolução social tem sua dinâmica própria, produzida por amplas mudanças históricas na infra-estrutura econômica e outras tantas na supra-estrutura ideológica e institucional. Foi um erro dos movimentos operários de inspiração marxista terem adotado, no fim do século passado, a tese de que a revolução social socialista seria consumada mediante uma única revolução política e que a efetiva construção do socialismo só começaria a partir do êxito desta revolução, consubstanciada na "tomada do poder".

Começamos, neste livro, por estudar a revolução social capitalista, que está em curso há cerca de 4 séculos. É a revolução social que está se desenvolvendo há mais tempo e já atingiu, em diversos países, a sua culminância, ao tornar o modo de produção capitalista hegemônico. Examinamos, na Parte II deste volume, o desenrolar da revolução industrial, na Grã-Bretanha, cujo resultado, no fim do século XVIII, foi tornar aquele país a primeira economia capitalista da história. O tema desta parte do livro é o condicionamento recíproco entre o revolucionamento das forças produtivas e a transformação das instituições políticas, jurídicas e ideológicas.

Na Parte III do volume submetemos à análise a revolução social socialista, que, de acordo com a hipótese formulada acima, se inicia pela reação das classes trabalhadoras à implantação do capitalismo industrial na Grã-Bretanha, sobretudo a partir do começo do século passado. O exame histórico se limita ao caso inglês, porque, além de ser o primeiro, é o caso nacional mais puro. A difusão do capitalismo industrial a outros países e as reações que provoca entre os trabalhadores são profundamente influenciados pela experiência inglesa e posteriormente também pela experiência alemã e dos Estados Unidos.

Como estamos longe de ter no mundo formações sociais em que o modo de produção socialista seja hegemônico, a implantação de cooperativas e outras instituições de cunho socialista é um processo que poderá ou não desembocar numa revolução social socialista. Trata-se, portanto, de *uma revolução social em potencial, cuja culminação ou "vitória" é uma possibilidade futura. A*

hipótese desenvolvida a este respeito, na Parte III do volume, é que a luta do movimento operário tem logrado conquistas, sob a forma de instituições que contradizem a lógica intrínseca ao capitalismo. As mais importantes destas instituições são os sindicatos, o sufrágio universal (de que decorre a democracia política), a legislação do trabalho e a seguridade social (que configuram o estado de bem-estar social), além do movimento cooperativista, em suas diversas manifestações.

Na Parte IV, que forma um ensaio escrito depois e independentemente das três anteriores, a análise do desenvolvimento da formação social capitalista é retomada e conduzida até o presente. As vicissitudes da revolução social socialista são analisadas a partir dos efeitos das revoluções industriais, que transformam a empresa capitalista e as relações sociais de produção que ela engendra. Da mesma forma, discutem-se as grandes transformações supra-estruturais, que tomam a forma de revoluções ideológicas, como a ascensão do keynesianismo após a 2ª guerra mundial e a contra-revolução monetarista e neoliberal, que se torna hegemônica a partir dos 1980.

No exame da conjuntura presente – anos 1990 – emerge a contradição entre uma difusão inédita da democracia, que se consolida no primeiro mundo e se expande no segundo e no terceiro, e um domínio crescente do capital privado global sobre a economia de todos os países. A marcha democrática, encetada com a vitória sobre o nazifascismo, esbarra na crescente incapacidade dos governos nacionais de praticar políticas econômicas e sociais outras que não as ditadas pelo mercado financeiro. Começa a ficar claro que o destino da revolução social socialista, uma virtualidade provável, depende, nesta quadra da história, de como esta contradição vai ser resolvida.

Parte 1

Reelaboração Conceitual

As revoluções sociais e as outras revoluções

Este livro é sobre revoluções sociais. A palavra "revolução" tem numerosas acepções. O "*Dicionário Aurélio*" registra nada menos de 10. Destas são relevantes para o nosso tema as seguintes: "2. Rebelião armada; revolta, conflagração, sublevação; 3. Transformação radical e, por via de regra, violenta, de uma estrutura política, econômica e social; 4. *P.Ext* Qualquer transformação violenta da forma de um governo; 5. Transformação radical dos conceitos artísticos ou científicos dominantes numa determinada época".

E curioso que as acepções de revolução política e social estejam sempre associadas ao emprego da violência. Nenhuma delas cobre a noção de revolução social como transformação sistêmica das estruturas econômicas, sociais e supra-estruturais – política, jurídica, cultural – de um país ou de vários. No entanto, o uso do vocábulo "revolução" neste sentido é muito comum. O conceito de "revolução industrial" é imprescindível para analisar ou até mesmo descrever o que vem acontecendo no mundo nos últimos duzentos e tantos anos. Revolução industrial e outros termos que designam processos de mudança de longo prazo simplesmente não cabem em qualquer uma das acepções do "*Dicionário Aurélio*". Poderiam estar na acepção 3, acima transcrita, não fosse a idéia de que transformações de estruturas são, "por via de regra, violentas". Obviamente, nenhum processo de transformação estrutural que dura séculos pode ser "violento", por mais que esteja pontilhado por episódios violentos.

Neste livro, o tema são as duas grandes revoluções sociais em curso: a revolução capitalista e a revolução socialista. E preciso distingui-las das revoluções políticas comumente designadas como "burguesas" e "proletárias". Estas últimas são episódios bem delimitados no tempo, em que é possível reconhecer o emprego genérico da violência, embora ele estivesse longe de ser essencial ao processo. As mais importantes revoluções burguesas foram a Revolução Inglesa, do século XVII, a Revolução Americana e a Francesa, quase concomitantes, no fim do século XVIII. No mesmo sentido, as principais revoluções proletárias foram a Comuna de Paris, de 1871, a Revolução Russa, de 1917, e a Revolução Chinesa, de 1949.

O que estas revoluções políticas têm em comum é a mudança não só do governo, mas da forma de governar, das relações de poder entre autoridades e cidadãos. A importância histórica destas revoluções políticas está na introdução de inovações institucionais que continuaram em vigor por longos períodos e se difundiram por outros países, definindo novos padrões de estado. A Revolução Inglesa, por exemplo, foi a primeira que subordinou o soberano, cujo poder era hereditário, a um parlamento, cujo poder era oriundo de eleições, portanto delegado pelos cidadãos comuns. A Revolução Americana e a Francesa foram mais longe no mesmo caminho ao proclamar "Direitos do Homem", limitando o poder do estado em interferir na vida dos súditos, que desta maneira revolucionária foram elevados ao *status* de cidadãos.

A Comuna de Paris foi efêmera (durou poucos meses) mas foi o primeiro ensaio de poder proletário no que era talvez, na época, a mais importante metrópole do mundo. Politicamente, a Comuna inaugurou a democracia direta e formas de representação que atribuíam grande parte do poder de decisão às assembleias gerais de cidadãos. Marx, logo a seguir, e Lenin, algumas décadas mais tarde, proclamaram a Comuna como modelo das revoluções proletárias que se seguiriam.

A Revolução Russa e, depois, a Revolução Chinesa fundaram novos sistemas políticos e socioeconômicos. Apesar do prometido por Lenin, em vez de democracia direta implantaram ditaduras que pretendiam ser proletárias. Pretendiam ainda ser o início da revolução social socialista nestes países. *Hoje, só os adversários do socialismo aceitam esta pretensão como verdadeira.* Mas, até 1956 (ano do Relatório Krushov e da Revolução Húngara) era muito ampla a crença, inclusive na esquerda, de que estes regimes efetivamente se encontravam em alguma espécie de transição ao socialismo. Sua influência política, militar e sobretudo ideológica sobre os movimentos que protagonizaram a emancipação das colônias, a partir de 1945, foi bastante significativa. Atualmente, sua herança sobrevive em países como a China, Cuba, Vietnã e Coreia do Norte.

O que nos importa aqui é desfazer a confusão entre as revoluções políticas e as revoluções sociais. Estas últimas constituem processos de mudança entre formações sociais, cada uma das quais é caracterizada pela hegemonia de um modo de produção, que lhe empresta o nome. Assim, a revolução social capitalista, como veremos, abarca, na Inglaterra, o período que vai da implantação do capitalismo como modo de produção subordinado até sua transformação em dominante, a partir da revolução industrial. Analogamente, a revolução social socialista começa com a implantação de instituições anticapitalistas resultantes das lutas do movimento operário contra certas tendências imanentes do capitalismo, como a concentração da renda e da propriedade, a exclusão social (que toma a forma predominante do desemprego) e a "destruição criadora" de empresas e postos de trabalho.

Devemos a Marx a teorização fundamental do conceito de revolução social, que ele expôs despreziosamente no prefácio de *Para a crítica da economia política*: "O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência dos homens que determina sua existência, mas, pelo contrário, é sua existência social que determina sua consciência. A um certo nível de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção em vigor, ou – o que não passa de uma expressão jurídica das mesmas – com as relações de propriedade, no seio das quais elas se moviam até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se transformam em grilhões das mesmas. Começa então uma época de *revolução social* (grifado por mim). Com a mudança da infra-estrutura econômica toda a imensa supra-estrutura se revoluciona mais rápida ou mais vagarosamente" (Marx, 1859, p. 13).

De acordo com esta teoria, a revolução social é a transformação supra-estrutural, condicionada e exigida pela evolução das forças produtivas. Como veremos adiante, a teoria revela com extraordinária perspicácia a dinâmica da revolução capitalista. A revogação das restrições corporativas à livre concorrência nos mercados, a instituição do padrão-ouro, do livre-câmbio e da S.A. (sociedade anônima) com responsabilidade limitada foram algumas das mudanças jurídicas, monetárias, financeiras e de regulamentação comercial que se mostraram essenciais à marcha ascendente da acumulação do capital na Grã-Bretanha na primeira metade do século passado. Sem esquecer as mudanças políticas como a extensão dos direitos políticos à burguesia e a reforma parlamentar.

No que se refere à revolução socialista, a transformação supra-estrutural é muito clara – desde a legalização dos sindicatos, a regulamentação das cooperativas, a instituição de uma previdência pública até a conquista do sufrágio universal. Mas, ela não foi condicionada pelo desenvolvimento das forças produtivas. Esta questão será esmiuçada adiante. Basta adiantar aqui que a revolução socialista resulta basicamente de lutas reativas do movimento operário e aliados contra os prejuízos econômicos acarretados pela dinâmica cega da acumulação. A hipótese sugerida pelos dados históricos é que a relação entre desenvolvimento das forças produtivas e as mudanças supra-estruturais na revolução socialista é bem diferente da que se verifica na capitalista.

Finalmente, um a palavra sobre o papel das revoluções políticas para as revoluções sociais. No caso da revolução social capitalista, não há dúvida que as três grandes revoluções burguesas foram cruciais para o desenvolvimento das novas relações de produção e seu rebatimento jurídico, político e cultural. O que não quer dizer que as revoluções sociais possam ser consideradas como meros desdobramentos históricos das revoluções políticas. Estas últimas foram marcos numa jornada muito mais longa, que em muitos países ainda não se completou. A importância das revoluções políticas para as revoluções sociais é que as primeiras romperam impasses e detonaram torrentes de inovações institucionais, submergindo resistências que tinham paralisado as revoluções sociais por longos períodos. Não obstante, em muitos países a revolução capitalista avançou sem que tenha havido qualquer revolução burguesa, enquanto episódio histórico delimitado no tempo. São exemplos: os domínios britânicos, os países escandinavos, ibéricos etc.

No caso da revolução socialista, o papel das revoluções proletárias é bastante controverso. A tentativa de instituir o socialismo pelo alto, mediante a criação de uma supra-estrutura imposta ditatorialmente aos súditos, fracassou. Para alguns, o maior mérito desta experiência malograda é o saldo de ensinamentos – valiosos, embora negativos – que ela deixou. Para outros, o peso

político–militar do chamado "bloco socialista" durante a guerra fria foi decisivo para muitas conquistas institucionais do movimento operário nos países capitalistas. Se isso foi assim (do que eu duvido muito), então as revoluções proletárias teriam de fato contribuído, embora sem querer, para o avanço da revolução socialista nos países não dominados pelo "socialismo real".

PARTE II

A REVOLUÇÃO SOCIAL CAPITALISTA

Primórdios da revolução capitalista

No caso da revolução capitalista, a seqüência proposta por Marx não pode ser deduzida dos eventos históricos com toda nitidez. Com o desaparecimento do Império Romano, a elaborada divisão internacional do trabalho que tinha o Mediterrâneo como meio de intercâmbio foi por água abaixo. A Idade Média viveu, em conseqüência, um retrocesso das forças produtivas. A economia foi segmentada nos feudos quase auto–suficientes e o comércio foi drasticamente reduzido.

A nova ascensão das forças produtivas, que marca o fim da Idade Média, se deveu à ruptura da auto–suficiência feudal e o renascimento do comércio de longa distância, entre Ocidente e Oriente. O renascimento comercial implicou no crescimento das cidades, em cujo seio começou a se desenvolver uma nova classe social, a burguesia, constituída inicialmente por mercadores e cambistas. Ressurgiu a divisão internacional do trabalho, que suscitou o desenvolvimento das forças produtivas tanto na agricultura quanto na manufatura. Mas, este desenvolvimento não se deu, como o esquema de Marx faria prever, no seio das relações sociais de produção servis.

No caso da revolução capitalista, parece não haver dúvida que o desenvolvimento das forças produtivas, que se tornaria genuinamente revolucionário a partir da revolução industrial, começada no século XVIII, foi estimulado e nutrido pelas relações sociais de produção assalariadas, em forma pura ou na forma do sistema de *putting-out* (produção por encomenda).

É o que relata um dos melhores estudiosos da questão: "Quando examinamos a história do capitalismo concebida dessa maneira, torna-se claro que devemos situar sua fase inicial na Inglaterra, não no século XII como faz Pirenne (que pensa principalmente na Holanda), nem mesmo no século XIV com seu comércio urbano e ligas artesanais, como têm feito outros, mas na segunda metade do século XVI e início do século XVII, *quando o capital começou a penetrar na produção em escala considerável, seja na forma de uma relação bem amadurecida entre capitalistas e assalariados, seja na forma menos desenvolvida da subordinação dos artesãos domésticos, que trabalhavam em seus próprios lares, a um capitalista, própria do assim chamado sistema de encomendas domiciliar*" (grifado por mim) (Dobb, 1946, p. 15).

A citação de Dobb deixa claro que há um extenso período de transição entre o renascimento comercial, que se origina com as cruzadas, e o início da revolução social capitalista. Mas, a expansão do comércio traz consigo necessariamente o desenvolvimento da produção de mercadorias, sob a forma inicial de produção simples de mercadorias por artesãos e camponeses. Dobb, nadando contra a corrente, timbra em mostrar que as relações de produção servis não eram incompatíveis com o comércio e que a nobreza feudal se empenhou ferozmente em ampliar a exploração dos servos a partir do momento em que o excedente assim obtido podia ser vendido em vez de ter de ser consumido no castelo senhorial.

A crescente transformação dos produtos em mercadorias provocava a monetização das relações de produção. As obrigações dos servos de fornecer tempo de trabalho nos campos do senhor eram freqüentemente comutados por pagamentos em dinheiro. O que transformava os servos em assalariados ou em arrendatários. Deste modo, as forças produtivas se desenvolviam mediante a monetização das relações de produção, que acabava por desembocar, em certos casos, em relações de produção capitalistas.

Há boas razões para crer que houve possivelmente *duas revoluções sociais* na Inglaterra (e talvez também em outras regiões da Europa): uma primeira, que produziu a passagem *da servidão à produção simples de mercadorias*, e que ocorreu entre os séculos XII e XVI ou XVII; e uma segunda, que levou a economia inglesa *da produção simples de mercadorias* ao capitalismo e que teve lugar entre os séculos XVIII e XIX.

Mas, quando precisamente começou "a época de revolução social" capitalista? A resposta que a análise detalhada de Dobb oferece é que ela se iniciou em cada lugar em algum momento diferente. E provável que o fim do século XVI e o início do século seguinte seja a data certa para a Inglaterra e que (com a possível exceção dos Países Baixos) na Europa continental ela esteja colocada de um a dois séculos depois. A revolução capitalista se processou em espaços nacionais, constituindo-os em sua marcha. A atual Grã-Bretanha ou Reino Unido constituiu-se, entre Elizabeth I e a Gloriosa Revolução, em grande medida em função do avanço do capitalismo manufatureiro e da luta vitoriosa que travou contra a hegemonia holandesa sobre a economia mundial.

Processos semelhantes se verificam na França ao longo do século XVIII, culminando na Revolução Francesa e no império napoleônico; na Alemanha e na Itália, ao longo do século XIX, culminando na unificação nacional destes dois países. Nos Estados Unidos, a revolução capitalista recebe seu impulso inicial com a independência (1776) e culmina com a vitória da União na Guerra da Secessão (1864), a qual coincide no tempo com a abolição da servidão, na Rússia, e a Revolução Meiji, no Japão. Todos estes eventos políticos devem ser entendidos como Revoluções Burguesas, já que originaram mudanças institucionais indispensáveis ao avanço das relações de produção capitalistas nos diversos países.

Mas, o que importa é o que se passou *antes destas revoluções*. Em todos estes países, relações de produção capitalistas foram se expandindo paulatinamente, nos poros do modo de produção

precedente. No caso pioneiro da Inglaterra, esta expansão se alimentou da decadência do feudalismo. Servos que fugiam às cidades passavam a gozar da proteção que o "ar citadino" proporcionava, transformando-se em aprendizes de mestres artesãos ou em assalariados de manufaturas. Ao mesmo tempo, mercadores forneciam fio a famílias camponesas para que o tecessem, no período de entressafra, em troca de paga monetária. O trabalho manufatureiro podia se especializar crescente mente, o que proporcionava seguidos aumentos de produtividade.

Em cada país, o desenvolvimento das relações capitalistas de produção seguiu uma trajetória diferente, mas em todos eles este desenvolvimento se fazia nos interstícios de outras relações de produção – servis, na Europa e no Japão, escravistas, nas Américas, tributárias, na Ásia – que durante todo um período foram as relações dominantes. As empresas capitalistas competiam nos mercados em que conseguiam penetrar contra mercadorias produzidas por servos, escravos e camponeses explorados tributariamente. Ou, então, por camponeses ou artesãos, produzindo por conta própria.

Esta competição estava longe de ser puramente econômica. Os empreendimentos da classe dominante ou os mercadores que lhe distribuía os produtos tinham freqüentemente privilégios monopolistas. Nas cidades européias, a produção era dominada por corporações de mestres que praticavam abertamente o monopólio: restringiam a oferta de mercadorias, opondo todo tipo de limitações e exigências ao surgimento de novos mestres, até que esta condição se tornasse hereditária. Ao mesmo tempo, restringia-se também o número de aprendizes por mestre, para impedir que os mestres existentes pudessem expandir o volume de mercadorias postas à venda. O resultado foi *um crescente número de pobres, marginalizados da produção, cuja única opção era trabalhar clandestinamente como assalariados.*

"O resultado foi, nos tempos dos Tudor, uma tendência crescente, por parte dos jornaleiros incapazes de pagar as despesas de mestrado, a trabalhar secretamente em águas-furtadas de ruas pouco movimentadas, ou a retirarem-se para os subúrbios, numa tentativa de fugir à jurisdição da guilda: práticas contra as quais as guildas, por sua vez, declararam guerra, tentando ao mesmo tempo ampliar a área de sua jurisdição e aumentar a eficiência das 'buscas' oficiais, por meio das quais as portarias das guildas aplicavam castigo aos transgressores" (Dobb, 1946, p. 85).

É importante notar que o desenvolvimento do capitalismo, no período anterior à Revolução Burguesa, *se apóia na exclusão social do modo de produção dominante.* Este pode ser caracterizado, sobretudo na Europa Ocidental, após o fim da servidão, como produção simples de mercadorias, dominada por oligarquias de mestres e mercadores, cuja riqueza tinha por fonte a exploração de monopólios. A burguesia capitalista aproveitava as falhas na imposição do monopólio para competir secreta e ilegalmente, contando evidentemente com a cumplicidade interessada dos compradores e intermediários prejudicados pelo monopólio.

Portanto, não é que as forças produtivas se expandiram no seio do modo de produção servil (ou escravocrata, ou tributário) até que a continuidade de sua expansão exigiu a mudança do modo de produção. Estes modos de produção já eram crescentemente mercantis, mas contrários à livre competição; os mercados eram organizados e dominados pelos vendedores, que de forma geral sabiam que a competição só lhes reduziria os ganhos. Portanto, a regra geral era unir todos os vendedores em corporações e repartir entre eles o mercado e os lucros, excluindo competidores "externos", de fora do país, de fora da cidade ou simplesmente de fora da corporação.

A burguesia capitalista pôde acumular capital e expandir sua produção, ocupando parcelas cada vez maiores dos mercados em detrimento dos monopolistas tradicionais porque, de um lado, oferecia vantagens aos consumidores e, do outro, *oferecia uma via de integração à produção social aos excluídos pelas políticas restritivas das classes dominantes.* A expansão da burguesia capitalista solapava a dominação de classe ao unificar ao seu redor o conjunto dos interesses prejudicados ou excluídos por aquela dominação.

Foi só com o passar do tempo que o número de prejudicados pelos monopólios passou a constituir uma parcela significativa, potencialmente majoritária, da sociedade. Nesta situação se chegou à véspera da Revolução Inglesa: "O regime Stuart de concessões reais de monopólio substituiu isso

(venda de cartas patentes reais) por um sistema no qual a influência na corte determinava a distribuição de direitos econômicos. O sistema não só era custoso para os industriais em potencial – acarretando tanto um pagamento ao Erário quanto as acidentais despesas para a obtenção da influência necessária na Corte – como também, por sua própria natureza era muito desfavorável ao homem de origem social humilde, o provinciano, em contraste com o londrino, e contra o *parvenu*. (...) Os interesses burgueses nas províncias foram acerbamente ofendidos por essa política Stuart de dar privilégios a corporações com número pequeno e exclusivo de membros e com poder de controlar uma indústria em todo o país no interesse de um círculo reduzido situado na metrópole. O círculo de interesses prejudicados pelo sistema era bem amplo. A patente do vidro, concedida a Sir R. Mansell, acarretava a supressão das oficinas rivais (...). O monopólio do sal instigou a ira dos portos pesqueiros porque estes declararam que isso resultara na duplicação do preço daquele artigo. O monopólio concedido à Sociedade de Saboeiros de Westminster (...) prejudicou a indústria da lã" (Dobb, 1946, p. 118–119). E assim por diante.

Evidentemente, os que passaram a se rebelar contra o regime dos monopólios não eram todos empresários capitalistas; junto a eles encontravam-se artesãos, mercadores, camponeses, terratenentes e trabalhadores assalariados e por conta própria. Mas, a burguesia capitalista tinha uma vantagem decisiva sobre as demais forças oposicionistas. Ela possuía uma proposta que, em princípio, atendia os interesses de todos os contrariados. Era a proposta da livre competição, da liberdade de iniciativa, da retirada da intervenção estatal nos mercados, que deveriam se auto-organizar tendo por prioridade a defesa do interesse dos compradores (e não dos vendedores).

O liberalismo passou a ser a bandeira da burguesia capitalista a partir da publicação de *A riqueza das Nações*, de Adm Smith, em 1776. Nesta altura provavelmente ela já tinha conquistado considerável superioridade competitiva sobre a produção servil e artesanal. Não estando sujeita às restrições da *guilda*, as empresas manufatureiras capitalistas podiam explorar a fundo tanto as vantagens de escala (que se tornaram decisivas a partir da revolução industrial) como as vantagens decorrentes da especialização inter e intra-empresas. As unidades organizadas nas corporações de ofício estavam proibidas de adotar inovações técnicas, pois estas induziriam a competição entre mestres. O que proporcionava uma vantagem competitiva adicional às manufaturas capitalistas, que evidentemente inovavam sem qualquer restrição.

Convém lembrar, no entanto, que a burguesia capitalista teve de enfrentar, praticamente desde o seu início, a resistência quando não insubordinação da outra classe – a classe operária – que também era filha da revolução capitalista. "Um relato das disputas entre capital e trabalho oferece a melhor das ilustrações da evolução econômica que precedeu a vinda do sistema fabril. Estas lutas eram freqüentes e violentas antes que a maquinaria e as fábricas, e mesmo as "manufaturas", viessem a existir. Tão logo os meios de produção deixaram de pertencer ao produtor e se forma uma classe de homens que compra trabalho de outra classe, uma oposição de interesses tem de se manifestar. O fato dominante, que não pode ser enfatizado demais, é o divórcio do produtor dos meios de produção. A concentração de trabalhadores em fábricas e o crescimento de grandes centros industriais mais tarde deu a este fato vital todas suas conseqüências sociais e toda sua significação histórica. Mas o fato em si apareceu em uma data anterior e seus primeiros efeitos se fizeram sentir muito antes de ter alcançado maturidade como resultado da revolução técnica" (Mantoux, 1927, p. 74).

A empresa capitalista, à medida que foi ampliando o espaço que ocupava na economia, tinha de combater em duas frentes: contra a oligarquia detentora de privilégios monopolistas e contra o proletariado nascente. A medida que este era constituído por faccionistas, que trabalhavam em suas casas, utilizando os instrumentos de trabalho e a matéria-prima fornecidos pelo empregador, as suas lutas freqüentemente assumiam a forma de oposição à concorrência externa.

Mantoux (1927, p. 78–79) relata, por exemplo, a luta dos penteadores de lã (*wool combers*), que eram trabalhadores altamente qualificados, muito difíceis de substituir. Eles iam, de cidade em cidade, à procura de trabalho e obtinham salários relativamente elevados. Em 1700, os penteadores de lã formaram uma sociedade, que rapidamente se expandiu pela Inglaterra. Resolveram que ninguém pentearia lã por menos de 2 xelins a dúzia, que nenhum mestre deveria

empregar penteadores que não pertencessem ao clube; boicotavam os mestres que não se submetiam, chegando a agredir penteadores não membros e quebrar seus instrumentos. Em 1720, os mercadores de pano de Tiverton importaram lã penteada da Irlanda, o que levou os penteadores a assaltar os seus estabelecimentos, apossando-se da lã irlandesa, uma parte da qual queimaram e a outra penduraram sobre os postes como troféus. O conflito resultou numa batalha sangrenta em que mosquetes foram empregados na defesa da "lei e ordem".

No século XVIII, na Inglaterra, a produção já se dirigia predominantemente a mercados, tanto dos servos, arrendatários e artesãos mais ou menos independentes quanto de trabalhadores dependentes de mercadores ou manufatureiros capitalistas. Mas, como vimos, estes mercados eram regulados pelas autoridades de modo a preservar interesses estabelecidos. Entre estes estavam o direito dos consumidores de obter produtos de qualidade a preços razoáveis, mas também o direito das várias categorias de produtores de preservar suas parcelas costumeiras do mercado. A livre concorrência e a conseqüente ruína e eliminação dos produtores menos competitivos não era moralmente aceitável e nem politicamente viável. Por isso, a oposição às empresas capitalistas provinha tanto das *guildas* artesanais como dos trabalhadores que dependiam do capital para tomar parte na produção social.

No período que precedeu a revolução industrial, mesmo na Inglaterra, o modo de produção capitalista estava ainda pouco desenvolvido e tinha de enfrentar conflitos tanto com concorrentes quanto com uniões trabalhistas. Convém notar que, no que se refere a estas últimas, o capital pôde contar quase sempre com o apoio do governo real e das autoridades locais. As uniões foram banidas por lei e fortemente reprimidas.

Enquanto a revolução industrial não alterou basicamente os processos de produção e de trabalho, as empresas capitalistas representavam uma parcela importante mas limitada da economia inglesa. Suas possibilidades de expansão não dependiam apenas delas mesmas – de sua capacidade de acumular capital e mobilizar recursos humanos a seu serviço – mas também da capacidade dos pequenos produtores de mercadorias de preservar suas frações dos mercados, por meios econômicos e sobretudo políticos. Foi preciso que a revolução industrial desse à empresa capitalista uma vantagem decisiva para que a revolução capitalista se completasse, com o estabelecimento da hegemonia indisputada do capital sobre a economia do país.

A revolução industrial se iniciou num elo débil da manufatura

Graças aos efeitos da Revolução Inglesa, que culminou na "Gloriosa Revolução" de 1688, a Inglaterra, em meados do século XVIII, era a nação mais capitalista da Europa e portanto do mundo. Foi isso que a predestinou a realizar a revolução industrial. A este respeito, vale a pena invocar o testemunho de Mantoux (1927, p. 94): "1688 assistiu o fim da longa luta travada por sessenta anos pelo povo inglês. Foi uma luta benéfica, pois através dela a Inglaterra ganhou o que nenhuma grande nação européia possuía então – um governo livre. Esta liberdade, obtida a um preço tão alto, fortalecida pelos esforços que custou, tornou-se a melhor garantia possível da prosperidade pública e os ingleses, uma vez superadas as dificuldades inseparáveis de um novo sistema político, logo o descobriram. O autor de uma famosa descrição da Grã-Bretanha (Chamberlayne, *Magnae Britanniae Notitia*, 1,42) escreveu em 1708: 'Nosso comércio é o mais considerável do mundo todo e, na verdade, a Grã-Bretanha é, de todos os países, o mais apropriado para o comércio, tanto pela sua situação de ilha como pela liberdade e excelência de sua constituição...'"

A resposta à pergunta: por que a revolução industrial originou-se na Inglaterra? lança luz sobre aspectos essenciais da revolução capitalista. Landes (1969) oferece as seguintes razões:

1. maior liberdade empresarial. Antes que nos outros países, grande parte das restrições e regulamentos que limitavam a produção artesanal e manufatureira tinha sido revogada ou deixara

de vigorar. O que favorecia particularmente os empresários capitalistas. "E a manufatura rural, em grande medida desembaraçada de restrições corporativas ou regulamentos governamentais, estava em condições de aproveitar ao máximo esta vantagem de recurso (oferta abundante de lã crua, particularmente a lã longa exigida por tecidos mais leves, duros, feitos de lã penteada (*worsted*)) para adaptar seu produto à demanda e a mudanças da demanda" (p. 45);

2. A unificação econômica do território, proporcionando um mercado interno maior ao conjunto das atividades de produção de mercadorias. "A ausência de barreiras aduaneiras internas ou de pedágios feudais criou, na Grã-Bretanha, o maior e mais coerente mercado na Europa. (...) Por contraste, um país como a França, com mais do triplo de população, estava cortado por barreiras aduaneiras internas em três áreas comerciais principais e por aduanas informais, pedágios e encargos obsoletos e, acima de tudo, por comunicações deficientes num mosaico de células semi-autárquicas" (p 46);

3. "Dentro do mercado britânico, o poder aquisitivo *per capita* e o padrão de vida eram significativamente mais altos do que no Continente. (...)O trabalhador inglês não só comia melhor; ele gastava menos de seu rendimento com alimentação que sua contraparte continental e na maioria das áreas esta porção estava diminuindo, enquanto que do outro lado do Canal ela pode ter muito bem aumentado durante grande parte do século XVII. Resultava daí que ele tinha mais renda para adquirir outras coisas, inclusive manufaturas" (p. 47-48). Tudo leva a crer que a superioridade do padrão de vida inglês, em comparação com o resto da Europa, se devia à produtividade mais alta, que resultava em parte pelo menos do maior avanço das relações capitalistas de produção;

4. "... um aspecto final do mercado interno britânico era um padrão de consumo favorável ao crescimento de manufaturas. Mais do que qualquer outra na Europa, a sociedade britânica era aberta. Não somente a renda era repartida mais igualmente do que do outro lado do Canal, mas as barreiras à mobilidade eram menores, as definições de *status* mais soltas" (p. 48). No Continente, muitas manufaturas (roupas, armas) eram símbolos de *status* e seu uso pelas classes subordinadas era interdito. Mas, na Grã-Bretanha, esta interdição não vigorava mais, o que permitiu o surgimento de um mercado de massas para tais produtos;

5. "Uma difusão mais igual da riqueza, no entanto, é o resultado de trabalho mais custoso. Este era, de fato, o caso da Grã-Bretanha, onde os salários – abstraindo a incerteza e a incomparabilidade parcial das estimativas – eram o dobro dos da França e mais altos ainda em relação aos pagos a leste do Reno" (p. 49). E provável que o diferencial de salários, entre a Inglaterra e o Continente, fosse semelhante ao diferencial da produtividade do trabalho. E, como mencionado acima, a produtividade maior provavelmente era devida ao maior peso das empresas capitalistas na economia inglesa do que no resto da Europa. Além de contribuírem para a criação de mercados de massa para manufaturas, os salários relativamente altos constituíam forte estímulo à adoção de técnicas que permitissem elevar a produtividade do trabalho mediante a substituição de mão-de-obra por máquinas.

Das cinco razões aventadas por Landes, a mais importante sem dúvida era a primeira. A Revolução Inglesa deve ter enfraquecido os setores privilegiados que exploravam monopólios e procuravam de todos os modos restringir a competição. O que abriu ao capital um vasto espaço de acumulação, apontando da maior parte da produção manufatureira se dar no campo e não mais nas cidades. Mantoux (1927, p. 49-56) faz uma extensa descrição da atividade manufatureira inglesa para salientar sua dispersão pelas zonas rurais. "Para começar, observemos a indústria do exterior, como um viajante poderia inquirir sobre os produtos de cada distrito e as ocupações de seus habitantes. Uma coisa nos chama a atenção imediatamente – a saber, o grande número de centros industriais e sua dispersão, ou melhor, sua difusão em todo país" (p. 49). E Mantoux mostra que esta dispersão se deve ao fato da produção ser realizada nas casas dos artesãos, grande parte dos quais também era possuidora de terra e praticante da agricultura.

Mantoux descreve, em seguida, a crescente penetração do capital mercantil na produção: os comerciantes financiavam a aquisição de matéria-prima pelos artesãos, que empenhavam os instrumentos de produção como garantia da dívida. Sendo pobres, freqüentemente não

conseguiram honrar a dívida, o que os obrigava a entregar seu instrumental ao credor, que assim se transformava em empregador dos mesmos. Desta maneira o produtor era separado dos meios de produção e o capitalista comercial transformava-se em produtivo. Nas cidades, a organização corporativa protegia os artesãos enquanto restringia o seu número e o montante de sua produção, mas, no campo, o artesão *doublé* de agricultor dependia do mercador, que o financiava e lhe comprava os produtos. Por isso, a ruralização da atividade manufatureira constituía um índice de sua crescente submissão ao capital.

A unificação física e tributária do mercado interno foi outro resultado da hegemonia burguesa, que se impôs pela Revolução. A unificação do mercado interno era uma das políticas centrais preconizadas pelo mercantilismo e implementadas, com maior ou menor sucesso, pelos déspotas esclarecidos que reinavam na Europa. Mas, conforme mostrou Landes, apenas na Inglaterra esta unificação tinha se completado, em grande medida, já em meados do século XVIII. O que deve ter ajudado o avanço da revolução capitalista, ao permitir ampliar a escala de produção, proporcionando ganhos aos estabelecimentos que reuniam maior número de trabalhadores.

O mesmo efeito amplificador sobre o mercado interno devem ter tido as outras três razões oferecidas por Landes: o maior consumo de manufaturas devido ao padrão mais alto de vida e o menor custo da alimentação; a menor diferenciação social na Inglaterra, acarretando uma aproximação dos padrões de consumo das diferentes camadas sociais; e o elevado nível dos salários pagos na Inglaterra, muito acima dos do Continente.

Em suma, durante o século XVII e primeira metade do século XVIII, a revolução capitalista avançou na Inglaterra bem mais do que no Continente, com a possível exceção da Holanda, onde aquela revolução começou antes. Mas, neste período, a Inglaterra travou sucessivas guerras contra espanhóis, holandeses e franceses para dominar o comércio intercontinental e sobrepujar seus rivais no terreno da produção. E o conseguiu. Os holandeses continuaram, no século XVII, dominando o transporte marítimo e a alta finança internacional, mas os ingleses assumiram a primazia no principal ramo manufatureiro da época, o de tecidos.

A revolução industrial começou na manufatura têxtil, mas não na de lá, que era a mais tradicional e a mais importante da Inglaterra. As inovações técnicas que revolucionaram os processos produtivos foram inicialmente introduzidas na manufatura algodoeira, que se desenvolvera muito mais recentemente. No fim do século XVII, tecidos de algodão importados da Índia tornaram-se moda na Inglaterra, a ponto de ameaçar o monopólio dos produtores e mercadores de lá. Uma descrição sardônica devida a Defoe (1708, citada por Mantoux, 1927, p. 199) cabe: "Vimos nossa elite vestida de carpetes indianos que, poucos anos antes, suas criadas teriam rejeitado como sendo ordinárias demais; os *chintzes* foram elevados dos assoalhos para suas costas, do chinelo à saia e mesmo a Rainha, naquela época, comprazia-se em aparecer em China e Japão, quero dizer, sedas chinesas e calicós. E isso não era tudo, mas arrastou-se às nossas casas, nossos guarda-roupas e dormitórios; cortinas, travesseiros, cadeiras e, por fim, as próprias camas nada mais eram que calicós ou coisas da Índia".

Como era típico da época, levantou-se uma tempestade de protestos por parte do comércio e manufatura de lã, que conseguiu que o parlamento aprovasse, em 1700, uma lei proibindo a importação de tecidos estampados da Índia, China e Pérsia. Mas, a proibição legal foi superada pelo interesse econômico e a importação de tecidos de algodão continuou, o mesmo acontecendo com os protestos dos interesses feridos. "E eles não se limitaram a palavras. Conflitos irromperam em vários lugares. Tecelões, exasperados por contínuo desemprego, começaram a atacar, nas ruas, pessoas vestindo algodão, rasgando e queimando suas roupas. Mesmo casas eram arrombadas e saqueadas" (Mantoux, 1927, p. 200). Nova lei foi passada, em 1721, ampliando a proibição à compra e venda e ao uso e à posse de tecidos de algodão por parte dos residentes na Inglaterra, sob pena de multas de 5 libras para pessoas físicas e 20 libras para mercadores.

O caso é emblemático da hegemonia dos produtores sobre os consumidores. Os primeiros estavam organizados e tinham a seu favor os valores tradicionais, de defesa dos interesses

estabelecidos. Os últimos, embora pertencentes à elite, só tinham a seu favor os importadores e comerciantes que os supriam. A vitória da manufatura lanígera mostra o poderio do que, na época, constituía o mais importante conjunto de interesses econômicos do país.

A suspensão das importações dos artigos acabados ofereceu ótima oportunidade à substituição dos mesmos por produtos locais. Desenvolveu-se, portanto, uma manufatura inglesa de tecidos de algodão, a partir de matéria-prima importada tanto da Índia como das Antilhas e do Brasil. O produto era inferior ao original indiano, mas preenchia o vácuo produzido pela cessação do suprimento externo. Como a manufatura de lã, também a de algodão funcionava no sistema doméstico: a produção era realizada, em grande parte, em *cottages* de pequenos agricultores, as mulheres e os filhos cardando e fiando, os homens tecendo.

Os interesses lanígeros também tentaram suprimir a manufatura local de tecidos de algodão, mas nisso fracassaram. Desta vez estavam em jogo os interesses não só de consumidores e comerciantes mas de uma certa massa de produtores. Em 1735, o parlamento aprovou lei isentando da proibição anterior (de 1721) artigos mistos de linho e de algodão, que eram os produzidos na Inglaterra por insuficiência técnica¹. Os artigos puros de algodão – que só os hindus sabiam produzir – continuavam proibidos. Esta proibição só seria levantada em 1774, a pedido do grande industrial têxtil Richard Arkwright.

Esta história permite entender por que foi a manufatura algodoeira e não a lanígera o palco da revolução industrial. E que a primeira surgiu como desafio à regulação conservadora dos mercados. "Uma nova indústria sem tradições tinha, em vez de privilégios, todas as vantagens da liberdade. O fato de não estar presa à tradição e se encontrar fora de regulações que freavam, ou no mínimo dificultavam, o desenvolvimento técnico, tornou-a por assim dizer um campo para invenções e para toda espécie de iniciativas. Assim se preparou terreno favorável à construção da maquinofatura (*machine industry*)" (Mantoux, 1927, p. 204).

A revolução industrial só poderia ter nascido em atividades que – por serem novas, marginais, pouco importantes – não estavam dominadas pelos interesses estabelecidos. E isso o que quer dizer a tese de que o capitalismo se desenvolveu nos *interstícios do "velho sistemas"*. A cada passo da revolução, como se verá, os interesses estabelecidos nem por isso deixam de se manifestar, procurando por todas as formas obstar um progresso que os feria de morte.

Inovações artesanais e inovações industriais na fiação e tecelagem

A primeira inovação que abre a série é a lançadeira volante (*fly shuttle*), inventada em 1733 por John Kay. Até então a lançadeira tinha de ser passada pelo tecelão de uma mão a outra, o que limitava a largura do tecido ao comprimento dos braços do trabalhador. Kay fixou rodinhas na lançadeira e a colocou numa espécie de ranhura de madeira. A lançadeira volante podia ser jogada automaticamente de um lado ao outro, o que possibilitava a fabricação de tecidos de qualquer largura e com maior produtividade.

Exatamente por aumentar a produtividade, a invenção foi hostilizada pelos tecelões, que acusaram Kay de privá-los do seu pão de cada dia. Ele tentou licenciar sua patente em vários lugares, sendo bem recebida pelos manufatureiros, mas que resistiam em pagar-lhe os devidos *royalties*. Litígios jurídicos seguidos acabaram arruinando o inventor. Além disso, os trabalhadores prejudicados não deixavam de atacá-lo. Em Bury; em 1753, a multidão arrombou e saqueou sua casa. Kay teve de fugir para Manchestei, que ele teria deixado escondido num saco de lã. Apesar de tudo, o uso da lançadeira volante se generalizou. Em 1767, registrou-se violento conflito entre "tecelões estreitos" e "tecelões de máquina" (Mantoux, 1927, p. 208).

O temor dos tecelões tinha razão de ser, pois o tear provido de lançadeira volante aumentou de tal modo a sua produtividade, que passou a haver falta de fio para tecer. O equilíbrio entre fiação e tecelagem fora rompido, com o ritmo de produção da primeira, sendo insuficiente para garantir o pleno emprego na última. Parte dos tecelões ficou sem trabalho.

Além disso, o preço do fio subiu como resultado da insuficiência da oferta. Como o tecelão recebia a matéria-prima do mercador e pagava a fiação, recebendo uma paga total pela manufatura, o que ele desembolsava a mais era subtraído de sua própria remuneração. Em outras palavras, o aumento da produtividade da tecelagem transferiu valor à fiação, cuja produtividade não fora afetada.

A mudança dos preços relativos dos produtos e dos trabalhos estimulou esforços para mecanizar a fiação. Esta idéia não era nova. Já em 1738, Lewis Paul patenteou uma máquina de fiar, inventada por John Wyatt. A máquina funcionava, embora estivesse longe de ser perfeita. Mas, os dois sócios nunca conseguiram ganhar dinheiro com ela. Em 1740, montaram uma pequena fábrica, em Birmingham, operada por 10 mulheres e movida por dois burros. Em 1742, eles faliram e a patente foi vendida a Paul Cave, que montou uma fábrica maior em Northampton, com 5 máquinas movidas por rodas hidráulicas em que trabalhavam 50 pessoas. Ela também nunca foi lucrativa, sendo vendida a Arkwright em 1764. A experiência mostrou quão difícil era transformar uma invenção numa empresa capitalista exitosa.

É provável que o fracasso tanto de Paul e Wyatt como de Caves tenha sido provocado pelo fato de suas tentativas terem sido prematuras. Antes de 1760, os efeitos do emprego da lançadeira volante ainda não tinham se feito sentir: o aumento da produtividade na tecelagem ainda não tinha tornado escasso o fio, nem tinha elevado o seu preço.

Mas, a partir deste momento, o estrangulamento da oferta de fio se tornou indubitável, o que levou a *Society for the Encouragement of Arts and Manufactures* a oferecer, em 1761, dois prêmios pela invenção de uma máquina de fiar. Em 1767, surgiu a invenção não de uma máquina mas de um aparelho mais aperfeiçoado que a roca de fiar: o filatório (*jenny*), patenteado por Hargreaves. Era relativamente simples e, apesar de permitir a produção de vários fios ao mesmo tempo, podia ser operado por um trabalhador. O número de fusos podia ser aumentado até o limite da força-motriz que acionava o filatório. Ainda em vida de Hargreaves, filatórios com 80 ou mais fusos foram construídos.

Hargreaves sofreu os mesmos dissabores que os outros inventores. Teve sua casa invadida e suas máquinas destruídas. Mudou-se para Nottingham; em 1770 patenteou a invenção e começou a vender *jennies*. Também teve de recorrer aos tribunais para cobrar os *royalties*, mas morreu rico em 1778. "Dez anos depois de sua morte estimou-se que havia não menos que 20.000 destas máquinas na Inglaterra, das quais a menor podia fazer o trabalho de 6 a 8 fiadores" (Mantoux, 1927, p. 218).

Devido à simplicidade do filatório e ao seu preço modesto, ele foi bem empregado pela produção doméstica, que reviveu sob sua influência. A primeira vista, a revolução industrial estava revigorando a manufatura algodoeira, melhorando a qualidade de seus produtos e a produtividade de sua mão-de-obra, sem alterar-lhe a organização. Mas esta impressão é errônea. As invenções seguintes teriam efeitos completamente diferentes.

Em 1769, Richard Arkwright patenteou uma máquina de fiar em tudo parecida com a de Paul e Wyatt. Arkwright era barbeiro de profissão e se dedicava também ao comércio de cabelo humano para a confecção de perucas. Era um hábil comerciante, mas de mecânico e inventor nada tinha. Processos jurídicos posteriores revelaram que a invenção era provavelmente de Robert Highs, que teria feito um modelo para Arkwright em 1768, a pedido deste. Highs era um inventor consumado, tendo ganho um prêmio de 200 guinéus, em 1772, pela construção de um filatório duplo de 56 fusos, na Bolsa de Manchester. Ele é tido também como o inventor original da *jenny*, que seria o nome de uma de suas filhas (Mantoux, 1927, p. 230).

Mas, sem ser o inventor que pretendia ser, Richard Arkwright foi o primeiro grande industrial, o primeiro a tornar um invento mecânico matriz de um novo modo de organizar a produção, algo que se tornou conhecido como "sistema fabril". Arkwright tinha muito pouco dinheiro próprio, de modo que sempre precisou encontrar quem quisesse financiar seus empreendimentos. Dado o pioneirismo e, portanto, o alto risco implícito nestes empreendimentos, o fato de Arkwright sempre ter tido êxito em levantar o capital de que precisava é prova de sua grande habilidade.

Após patentear sua máquina, Arkwright mudou-se para Nottingham, onde se associou a dois ricos fabricantes de malhas, Need e Strutt. Eles empregavam produtores domésticos e também trabalhadores que tricotavam meias em oficinas por meios mecânicos. Arkwright construiu então, em 1771, em Cromford, à margem do rio Derwent, uma usina acionada por rodas hidráulicas. Submetida a expansões sucessivas, em 1779, ela empregava 300 trabalhadores e utilizava vários milhares de fusos.

A máquina de Arkwright, chamada *water frame* (literalmente: armação de água), se distinguia do filatório por exigir tanta força-motriz que tinha de ser movida por quedas de água ou por animais de tração. Além de grande, era cara, incompatível com a manufatura doméstica. Ela tinha de ser instalada em local próprio, com espaço apropriado e dotado de força-motriz. Em suma, era uma máquina que exigia como ambiente a fábrica e como modo de produção o capitalismo.

A vantagem dos *water frames* não era apenas uma produtividade muito mais elevada do trabalho mas também melhor qualidade do fio, que era fino e resistente. Tornava dispensável a urdidura de linho. Possibilitava a produção de calcicós de puro algodão, tão perfeitos como os da Índia. Em 1773, Arkwright e seus sócios montaram uma tecelagem em que calcicós puros eram produzidos.

Só que, ao fazer isso, eles incorriam na proibição de comprar e vender tecidos puros de algodão, pois a lei de 1735 só abria exceção aos tecidos mistos de algodão e linho. Em 1774, Arkwright compareceu perante o parlamento e defendeu sua indústria das denúncias de seus concorrentes artesanais, pedindo plena liberdade de produção e comércio de panos de algodão na Grã-Bretanha, contra uma taxa moderada de 3 dinheiros por jarda. Não levou muito tempo para sua proposta ser acatada. "Deste momento em diante, a indústria de algodão e a maquinofatura pôde se desenvolver sem impedimento" (Mantoux, 1927, p. 225).

Arkwright continuou construindo fábricas, uma após a outra, de tamanhos cada vez maiores. A que ele levantou em Birkacre era supostamente a maior fábrica da Inglaterra, tendo sido saqueada e queimada em 1779, durante os levantes antimáquinas. Arkwright tomou Outros sócios, pois Need e Strutt eram incapazes de financiar todos os seus empreendimentos.

Arkwright possuía as patentes não só da *water frame*, mas também da máquina de cardar e vários equipamentos complementares. Quando as patenteou, em 1775, Arkwright demonstrou que "o maquinário têxtil tinha se desenvolvido num sistema, cujas partes interdependentes eram capazes de realizar todas as operações sucessivas da indústria, exceto a última e a inais difícil, a de tecer" (Mantoux, 1927, p. 227). Isso tornava todos os outros industriais têxteis dependentes de Arkwright, cuja licença precisavam para montar as fábricas e ao qual deveriam pagar *royalties*.

Muitos não se conformavam e procuravam introduzir modificações em seu maquinário para deixarem de depender de Arkwright. Este, em 1781, abriu processo contra nove concorrentes, acusando-os de infringir as patentes dele. Estes se defenderam alegando que as patentes eram tão obscuras, que se tornava impossível saber com precisão o que estava patenteado e o que não estava. O tribunal lhes deu razão e suspendeu as patentes de Arkwright, o que afastou uma trava que limitava a expansão da indústria têxtil. Em poucos anos, o número de novas fábricas de fiação erguidas na Inglaterra foi tão grande que ocasionou uma crise de superprodução de fios.

Até hoje o instituto da patente tem efeitos contraditórios sobre o progresso industrial. Seu fim ostensivo é proteger o interesse do inventor, permitindo-lhe usufruir parte dos ganhos produzidos pela aplicação de seus inventos. Acontece freqüentemente, como o ilustra o caso de Arkwright, que o inventor original poucas vezes é o possuidor da patente, que geralmente acaba sendo explorada por alguém que financiou o seu trabalho ou a obteve dele, por um valor limitado. A patente, na mão

de capitalistas, sói ser instrumento poderoso de monopolização de mercados, permitindo o erguimento de barreiras à entrada de quem não se submete às exigências dos que detêm a exclusividade do uso de processos ou equipamentos.

A fiação mecânica atingiu o seu ápice, na época, com a invenção da "mula" (*mule*) por Samuel Crompton, no fim dos 1770. Esta era uma máquina composta, combinando os princípios do filatório com os do *water frame*. Ela reunia as vantagens das duas máquinas precedentes, pois o fio produzido pelo *water frame* era forte mas tosco, enquanto o do filatório era fino mas fraco. O fio produzido pela mula era ao mesmo tempo forte e muito fino.

Crompton não patenteou sua invenção, pois pretendia usá-la. Montou uma oficina em que trabalhava em segredo, mas a extrema finura e qualidade do fio que produzia atraiu a atenção. Começou a ser espionado por pessoas que trepavam em escadas e abriam buracos em suas paredes. Chegou à conclusão de que não conseguiria guardar segredo por muito tempo e que também não conseguiria patentear a mula porque ela era derivada em parte do *water frame*, cuja patente pertencia a Arkwright. Crompton tomou então uma decisão original:

ofereceu sua invenção como presente ao público. Os fabricantes prometeram-lhe como compensação abrir uma subscrição em seu favor, o que de fato fizeram. Foram subscritas 67 libras, 6 xelins e 6 dinheiros. "Mas alguns dos subscritores, depois de tomarem posse do modelo, não acharam necessário honrar a palavra" (Mantoux, 1927, p. 236)².

O efeito da aplicação de máquinas à fiação foi aumentar a produtividade do trabalho, expandir a oferta de fio e reduzir-lhe o valor. O desequilíbrio anterior entre tecelagem e fiação inverteu-se. Agora abundava o fio barato e faltava capacidade e mão-de-obra para tecê-lo. Nos anos 1790, os tecelões eram escassos e os seus salários atingiam alturas inéditas. "Davam-se grandes ares e podiam ser vistos em parada pelas ruas, rodando suas bengalas e com notas de 5 libras espetadas nas fitas dos seus chapéus. Vestiam-se como a classe média e não admitiam trabalhadores de outros ofícios nos locais públicos que patrocinavam" (Mantoux, 1927, p. 239).

A solução era obviamente mecanizar a tecelagem. A invenção do tear mecânico vinha sendo tentada sem sucesso desde o século anterior. Edmund Cartwright, um vigário de uma localidade rural, que tinha antes sido professor em Oxford, tomou conhecimento da crise na indústria têxtil através de uma conversa casual, num feriado. Os seus interlocutores previam que a expiração das patentes de Arkwright provocaria tal aumento das fiações de algodão que jamais se encontrariam bastante tecelões para processar todo fio produzido. Cartwright replicou que Arkwright deveria então inventar um tear mecânico. Ao que seus interlocutores responderam que isso não era praticável. Cartwright se sentiu desafiado e, embora lhe faltassem conhecimentos e prática, resolveu provar que o projeto era factível.

Com a ajuda de um carpinteiro e de um ferreiro, Cartwright conseguiu construir um tear mecânico que de algum modo funcionava. Patenteou-o em 1785. Em seguida, aperfeiçoou-o, tirando novas patentes em 1786, 1787 e 1788. Em 1787, Cartwright montou uma pequena fábrica com 20 teares, movida inicialmente por animais. Em 1789, ele instalou uma máquina a vapor. Mas, ao que parece, a empresa foi mal administrada e os teares ainda precisavam de aperfeiçoamento. Em 1791, Cartwright associou-se aos Grimshaw, fiadores de Manchester, para construir uma vasta planta com 400 teares, movidos a vapor. Os sócios receberam cartas ameaçadoras e, um mês depois de inaugurada, a fábrica foi destruída por um incêndio. Todos os lucros foram perdidos e o pior é que ninguém mais se atrevia a renovar a experiência.

A partir de 1792, o tear mecânico começou a ser paulatinamente adotado, apesar da violenta oposição da corporação dos tecelões. Em 1800, finalmente a tentativa de montar uma grande tecelagem industrial com 200 teares movidos a vapor foi levada a cabo por John Monteith. Em 1803, começaram a ser produzidos teares inteiramente de metal. Cartwright recebeu o reconhecimento público do grande mérito de sua invenção, em 1809, quando o parlamento lhe concedeu uma doação de 10.000 libras.

O crescimento do emprego do tear mecânico significou, ao mesmo tempo, o avanço do capital sobre o único segmento da produção têxtil que ainda não dominava. Os tecelões manuais não tinham alternativa. Para sobreviver enquanto tais, tiveram de aceitar sucessivas reduções de pagamento. Era uma luta desigual. Quanto mais fábricas eram erguidas e a produção mecânica de tecidos se expandia, tanto mais o preço dos tecidos caía, o que ocasionava a queda da paga dos tecelões manuais, punidos pelo enorme desnível de produtividade entre a proporcionada pela máquina e pelo instrumento manual. Em 1839, ainda havia tecelões manuais na Inglaterra, muitos morrendo de fome.

Com o desenvolvimento do tear mecânico, completou-se a conquista da principal atividade manufatureira pelo capital. Não se pode dizer que tenha sido uma conquista planejada. O que a possibilitou foi a *máquina automática*, cuja invenção e aplicação ao processo produtivo tornou imperativo o revolucionamento das relações sociais de produção.

Foi efetivamente um salto no desenvolvimento das forças produtivas. Até a segunda metade do século XVIII, as forças produtivas iam avançando mediante o aperfeiçoamento das ferramentas e instrumentos manuais, impulsionado pelo aumento da divisão social do trabalho e da especialização conseqüente. Daquele momento em diante, como se aquela linha de avanço estivesse esgotada, o desenvolvimento das forças produtivas enveredou em outra direção. Em lugar de se inventar novas ferramentas, *passou-se a inventar máquinas que substituíssem as mãos que empunhavam as ferramentas*.

Marx, a quem devemos a mais penetrante análise da máquina e seu papel na revolução capitalista, divide-a em três partes: o motor, o mecanismo de transmissão do movimento do motor e, finalmente, a máquina-ferramenta ou máquina de trabalho. As duas primeiras partes só existem para dar à terceira o movimento com que ela agarra o objeto do trabalho e o transforma. "Esta parte do maquinário, a *máquina-ferramenta*, é de onde a revolução industrial do século XVIII parte. Ela continua sendo o ponto de partida de novo e sempre que a produção manual ou manufatureira se torna mecânica. (...) A máquina-ferramenta é portanto um mecanismo que, após a transmissão do movimento correspondente, realiza as mesmas operações que antes o trabalhador realizava com ferramentas semelhantes" (Marx, 1867, vol. 1, p. 390).

Esta mudança na direção do desenvolvimento das forças produtivas foi decisiva. Ela abriu possibilidades quase infinitas de substituição da; pessoa humana por meios artificiais no processo produtivo. E interessante observar que a máquina, que chamamos de "automática", para lembrar que ela é um autômato, já vinha sendo objeto de pesquisas e experimentos muito antes de começar a ser inventada em condições de ser efetivamente utilizada com vantagem. Como vimos acima, por exemplo, a máquina de fiar foi inventada por Wyatt e Paul uns 30 anos antes de se tornar "viável". O mesmo aconteceu, como veremos a seguir, com a chamada máquina a vapor (que a rigor é um motor a vapor).

Era como se as nações mais avançadas na revolução capitalista pressentissem de alguma maneira que o desenvolvimento das forças produtivas deveria dar um salto e que este salto consistiria na criação de autômatos, de escravos mecânicos, que deveriam liberar a pessoa humana da sujeição ao trabalho para a satisfação de necessidades materiais. A história da revolução industrial sugere que a maior dificuldade não estava na falta de conhecimentos teóricos ou práticos para que o referido salto fosse dado. A maior dificuldade era social e econômica.

O fato é que a máquina automática – seja a de fiar, de cardar, de tecer etc. – era muito mais cara que as ferramentas que ela vinha substituir. Por isso, ela estava fora do alcance das classes sociais que protagonizavam o processo produtivo até aquele momento. O *cottage*, o produtor artesanal típico inglês da época em que a revolução industrial começou, podia eventualmente financiar com suas economias a compra de uma *jenny*. Mas o *water frame* requeria um protagonista completamente diferente: alguém capaz de mobilizar capital em escala considerável, de reunir e comandar grande número de trabalhadores assalariados, tornando-os o que Marx chamou de "trabalhador coletivo"; e capaz de abrir mercados para volumes inéditos de produção.

A revolução industrial chamou o capital, que estava por assim dizer esperando nos bastidores, ao centro do palco industrial e lhe deu os meios e os motivos de revolucionar o modo de produção. Superados os primeiros obstáculos – que eram formidáveis –, a classe capitalista industrial começou a montar as instituições que poderiam lhe facilitar a tarefa. Esta montagem elimina a resistência ainda remanescente do antigo sistema e torna a acumulação de capital a forma quase universal de promover o crescimento da economia e o desenvolvimento das forças produtivas.

O auge da revolução industrial

A inovação mais importante da revolução industrial foi sem dúvida a invenção da (impropriamente denominada) máquina a vapor. Tratava-se, na verdade, não de uma máquina a mais mas da máquina das máquinas, que libertaria todas da necessidade de se localizar na proximidade de quedas naturais ou artificiais de água. Com a máquina a vapor começa a história da invenção e produção de energia artificial, energia presente na natureza mas libertada pelo homem e, por isso, domada pelo homem e posta a seu serviço.

Mas antes de rever a invenção e o aperfeiçoamento da máquina a vapor, é preciso resumir a revolução industrial no campo da siderurgia e metalurgia. Nestes ramos, a Inglaterra estava longe de ser a mais adiantada, sendo superada pelos países bálticos e pela Alemanha. O ponto fraco da siderurgia inglesa era a questão do combustível. A redução do minério de ferro era feita mediante o uso de carvão vegetal, o que implicava grande consumo de madeira pela siderurgia. Os altos-fornos eram localizadas em áreas florestais mas, passadas algumas décadas, a derrubada da mata inviabilizava a continuidade da produção. Em meados do século XVIII, a Inglaterra dependia de ferro importado e sua política era estimular o desenvolvimento da siderurgia em territórios dependentes (Irlanda e América do Norte) e proibir neles a metalurgia, a ser monopolizada pelas corporações inglesas.

A solução seria substituir o carvão vegetal pelo mineral, que já vinha sendo usado na manufatura de vidro, tijolos, cerveja, bebidas destiladas, confeitos, sabão etc. (Mantoux, 1927, p. 283). Infelizmente, para a redução do minério de ferro ele não servia porque os componentes sulfúricos que sua queima liberava tornava o ferro produzido de qualidade inaceitável. Era preciso descobrir um processo químico de redução que permitisse usar carvão mineral para produzir ferro de boa qualidade.

Desde 1612, diversos processos foram patenteados na Inglaterra, mas nenhum deles dava os resultados desejados. Até que Abraham Darby, o primeiro de uma dinastia de *iron masters* (mestres siderúrgicos), conseguiu, empregando coque em lugar de carvão, resolver o enigma. Isso ocorreu entre 1709 e 1713. Seu filho, que tomou a direção do estabelecimento em 1730, aperfeiçoou a descoberta. Os Darby utilizavam o processo e se tornaram grandes industriais siderúrgicos, mas a difusão do mesmo levou muitos anos. Ainda em 1750, somente sua siderurgia, em Coalbrookdale, empregava carvão mineral.

Mas, em seguida, a produção de ferro-gusa, graças ao uso do coque, se expandiu muito e o produto ficou mais barato. Faltava, no entanto, o refinamento do ferro-gusa, para o qual continuava se usando carvão vegetal e a produtividade era muito baixa. Finalmente, este problema também foi superado pela invenção do "puddling", patenteado por Peter Onions em 07/05/1783 e (independentemente) por Henry Cort em 13/02/1784. Foi este último que tornou o processo conhecido, permitindo um enorme salto adiante na produção de ferro forjado (Mantoux, 1927, p. 293–294). Cort inventou o rolamento do ferro entre cilindros, o que permitiu encurtar o martelamento. Antes, martelar uma tonelada de ferro levava 12 horas; depois, em 12 horas, 15 toneladas de ferro podiam ser roladas, o que dá uma idéia do ganho de produtividade alcançado.

Estes revolucionamentos da técnica siderúrgica acentuavam o caráter capitalista do ramo. Mesmo antes, a exploração de minas de ferro e a redução do minério exigiam grandes somas de capital.

Sua exploração era feita por companhias de ações desde 1561, quando a primeira foi formada em Northumberland. Eram dirigidas por "governadores" ou "capitães" e distribuíam anualmente dividendos aos acionistas (Mantoux, 1927, p. 275–276). Mas, a descoberta da produção de ferro–gusa por meio de coque tornou a indústria independente da proximidade de reservas de madeira, o que permitiu concentrar os altos–fornos, geralmente em sítios próximos de cursos d'água, já que foles, martelos e cilindros eram acionados por rodas d'água.

Surgiram grandes indústrias siderúrgicas, capazes de explorar completamente os ganhos de escala. A engenharia se aperfeiçoou levando à construção de altos–fornos cada vez maiores e foles cada vez mais potentes. Ao mesmo tempo, grandes empreendedores foram patrocinando o uso de ferro em construções dos mais diferentes tipos. Em 1776, John Wilkinson e um Darby construíram a primeira ponte de ferro. E Wilkinson também foi o primeiro, em 1787, a lançar um barco inteiramente feito de chapas de ferro rebitadas.

Outros avanços técnicos ocorreram no processamento dos metais, com a invenção de máquinas de furar canhões e de tornos, estes aperfeiçoados pela invenção do carrinho por Maudslay, em 1797.0 que permitiu à metalurgia atingir graus inéditos de exatidão, apresentando as peças formas quase idênticas, possibilitando a construção de máquinas de ferro cada vez mais complexas e refinadas. O motor a vapor de James Watt e Matthew Boulton foi sem dúvida a mais significativa delas.

A procura de um mecanismo que permitisse o uso da força expansiva do vapor como fonte de força–motriz começou no século XVII, mas os vários modelos desenvolvidos não eram utilizáveis. Finalmente, em 1698, Thomas Savery construiu uma máquina a vapor funcionante, que começou a ser usada para bombear água de minas. Mas, a máquina tinha pequena potência e, se a pressão era aumentada além de certo limiar, o caldeirão explodia.

Em 1705 ou 1706, Newcomen inventou uma outra máquina mais simples e que fez com que a de Savery fosse rapidamente abandonada. A máquina de Newcomen era unicamente para bombear água e ela foi extensamente usada em minas e em redes de suprimento de água nas grandes cidades. Em 1717, H. Beighton inventou a válvula de segurança, o que eliminou o perigo de explosão. A partir de 1711, as máquinas de Newcomen passaram a ser usadas em grande número, inclusive para elevar água destinada a mover rodas hidráulicas.

Com a invenção de máquinas, como o *waterframe*, o tear automático, a usina de rolamento de ferro etc., cresceu a demanda por força–motriz. O uso de rodas hidráulicas aumentou rapidamente e o tamanho das mesmas foi crescendo. As quedas naturais de água já não bastavam mais, o que levou ao emprego de máquinas a vapor para elevar a água necessária ao acionamento das rodas. O que, de certo modo, era um contra–senso, pois gastava–se mais energia elevando a água do que se obtinha pela sua queda posterior.

Mas, a máquina de Newcomen era muito rudimentar, o seu rendimento era pequeno, de modo que o custo da energia assim produzida devia ser excessivo. Cumpria inventar uma máquina mais eficiente. James Watt, neto de professor de matemática e filho de arquiteto e construtor naval, ex–estudante e ex–empregado³ da Universidade de Glasgow, passou a se dedicar ao problema a partir de 1761 ou 1762. Ele consertou uma máquina de Newcomen, que era usada no curso de física pela Universidade, e ficou impressionado pela perda de energia que o mecanismo sofria. Procurou então a solução para o problema, a qual encontrou em teoria em 1764. Mas, converter a solução teórica num modelo funcionante levou outros cinco anos, de modo que Watt somente patenteou seu primeiro motor em 1769.

Watt ainda teve de continuar aperfeiçoando o seu invento antes que ele pudesse competir e superar as máquinas de Newcomen. Além disso, uma indústria inteiramente nova tinha de ser criada para produzir o motor de Watt. "Um corpo de trabalhadores altamente especializados, capazes de realizar trabalho difícil, que exigia força muscular, inteligência e grande firmeza de mão, tornava–se necessário para substituir os mecânicos ocasionais de antanho (...). Cilindros geometricamente exatos, pistões propriamente ajustados, embreagens tão acuradas quanto as de um relógio tinham de substituir componentes grosseiros e muitas vezes mal montados, que

formavam as máquinas anteriores e muitas vezes eram a causa de seu malogro" (Mantoux, 1927, p. 322).

Watt foi capaz de despertar o interesse de importantes líderes metalúrgicos, que se propuseram a se associar a ele e a financiar suas experiências. O primeiro foi John Roebuck, que o apoiou sem qualquer proveito próprio, até 1773, quando faliu. O segundo foi Matthew Boulton, um dos maiores industriais da época, além de inventor também, que adquiriu os direitos de Roebuck em troca de uma dívida de 1.200 libras. Boulton tinha erguido imensa fábrica metalúrgica em Soho, ao norte de Birmingham, com 600 trabalhadores. A força-motriz era provida por um reservatório de água, no topo de um morro, cuja queda movia uma grande roda hidráulica, cujo movimento era transmitido a numerosas ferramentas diferentes.

"Boulton estava determinado a ter as máquinas mais modernas e ele se empenhava em adaptá-las às necessidades específicas de sua indústria. (...) Ele se propôs como tarefa apagar a má reputação de Birmingham e não economizava esforços para cumpri-la. Ele usava somente os melhores materiais e os trabalhadores mais qualificados e supervisionava pessoalmente o trabalho nas oficinas com o maior cuidado" (Mantoux, 1927, p. 326). Boulton era, sem dúvida, o sócio ideal para Watt e os dois aperfeiçoaram, produziram e comercializaram em conjunto o motor a vapor. Graças à virtuosidade artesanal do pessoal de Boulton, o motor ganhou eficiência e viabilidade econômica.

Como a bomba hidráulica de Newcomen já estava em amplo uso, poder-se-ia pensar que a contribuição de Watt fosse apenas um aperfeiçoamento da mesma. Mas, na realidade, Watt (com a decidida ajuda de Boulton, a partir de 1773) inventou um novo aparelho, o primeiro a merecer a denominação de "motor a vapor". "Ao construir um condensador separado (patenteado em 1769; primeira aplicação comercial em 1776), ele poupou a energia que antes era dissipada ao reaquecer o cilindro a cada batida. Esta foi a ruptura decisiva para uma 'era do vapor', não só por causa da economia imediata de combustível (o consumo por produto era um quarto do da máquina de Newcomen), mas ainda mais porque este aperfeiçoamento abriu caminho para avanços contínuos em eficiência que eventualmente tornaram o motor a vapor acessível a todos os ramos da economia e o transformaram em fonte primária universal de força-motriz. O próprio Watt foi autor de alguns destes melhoramentos ulteriores (patentes de 1782 e 1784): o motor de ação dupla, com o vapor trabalhando alternativamente de cada lado do pistão; o uso de vapor para acionar o pistão e, ao mesmo tempo, para criar um vácuo; a batida de corte (*cut-off stroke*), que aproveita a força expansiva do vapor para obter uma economia substancial de energia; e acima de tudo a embreagem sol-e-planeta⁴, que converteu a batida recíproca do pistão em movimento rotatório, possibilitando-lhe acionar as rodas da indústria" (Landes, 1969, p. 102).

O motor a vapor teve inicialmente aplicação em bombas hidráulicas para drenar minas e abastecer cidades de água. Mas, graças à embreagem sol-e-planeta, o motor passou a ser usado para acionar diretamente todo tipo de máquinas, de *water frames* e teares automáticos a foles, rolamentos e martelos de usinas siderúrgicas. Aperfeiçoamentos ulteriores permitiram empregar o motor a vapor em veículos terrestres (a locomotiva) e aquáticos (o navio a vapor), libertando-os da dependência de fontes naturais de energia, como animais de tração ou o vento. Watt e Boulton ocupam lugar de destaque na ancestralidade do "automóvel", do qual a locomotiva e o vapor foram os primeiros exemplares.

Watt e Boulton exploravam suas patentes, propondo-se a montar o motor a vapor contra a cobertura da despesa e o pagamento de um terço da economia de combustível proporcionada pelo seu motor em comparação com uma máquina de Newcomen. Estes termos, tão favoráveis aos clientes, dão uma idéia da resistência à aceitação do novo aparelho pelo mercado. Além do custo do mesmo, os compradores só passariam a pagar se obtivessem efetivamente economia de combustível, retendo dois terços da mesma. E que o custo do motor deveria ser bem alto, já que ele não era produzido em série mas por encomenda. Watt projetava cada motor em função do seu emprego específico e supervisionava em pessoa sua construção e instalação.

Obviamente, os compradores dos produtos de Watt e Boulton eram companhias de mineração, municipalidades – o sistema de água de Paris adquiriu um que foi erguido em 1779 – e grandes

indústrias têxteis e metalúrgicas. Wilkinson foi o primeiro, em 1775, a encomendar um motor não para bombear água mas para acionar os foles de seus altos-fornos. Apesar de serem os únicos fornecedores, Watt e Boulton passaram muitos anos sem lucros, acumulando dívidas crescentes. Em 1778 e 1780, Boulton teve de admitir sócios passivos, além de vender propriedades da mulher e suas, herdadas do pai, para cobrir as despesas com o desenvolvimento do motor. Somente a partir de 1786 ou 1787 os sócios conseguiram se livrar das dívidas e começaram a ter lucros (Mantoux, 1927, p. 329).

A invenção e o aperfeiçoamento do motor a vapor representa o ápice do desenvolvimento das forças produtivas, constituído pela 1ª revolução industrial. Embora contemporânea das outras grandes inovações técnicas da época, a invenção de Watt levou muito mais tempo para ser aperfeiçoada e teve de esperar determinados avanços da técnica metalúrgica para se viabilizar. Mas, a sua dependência dos outros avanços não se restringia à área técnica. O mercado para o motor a vapor só atingiu dimensões que o viabilizaram economicamente quando a fome por força-motriz das fábricas ultrapassou determinado limiar. Foi preciso que o sistema fabril atingisse tamanho suficiente para absorver um aparelho tão caro e inovador como o *fire-engine* (motor a fogo) em quantidade que viabilizasse sua produção lucrativa.

A revolução capitalista

Antes da revolução industrial, a Inglaterra já era a nação mais capitalista do mundo, mas não era uma economia capitalista". O capital mercantil era poderoso, mas explorava a produção de fora, intervindo na distribuição, sobretudo no comércio internacional. O capital produtivo "manufatureiro", no conceito de Marx, tinha se desenvolvido até certo ponto, mas sem alcançar posição dominante. Esta continuava sendo do modo de produção antigo, a produção simples de mercadorias, que tomava a forma de produção camponesa familiar na agricultura e de produção artesanal corporativa nas cidades.

Depois da revolução industrial, a economia inglesa tornou-se ao mesmo tempo industrial e capitalista. Ela se tornou capitalista *porque* se industrializou. A indústria resultante das inovações, cujo histórico resumimos acima, não era compatível com a produção simples de mercadorias. As novas forças produtivas exigiam, na apta expressão de Marx, a "socialização" dos meios de produção (sem que deixassem de ser, evidentemente, propriedade privada). O sistema fabril, as linhas férreas, as linhas de navegação a vapor, os canais e a imensidade de obras públicas, exigida pela urbanização, jamais poderiam ser organizados nos limites e dentro das regras do "antigo regime". Era preciso arrancar o produtor de sua *cottage*, privá-lo do controle direto sobre os novos meios de produção, arregimentá-lo em coletivos disciplinados e harmoniosos, capazes de colaborar mutuamente, qual orquestra bem afinada, para operar os motores e máquinas automáticas que tomavam os lugares dos animais de tração, do vento, da água e das ferramentas manuais. E, sobretudo, dos braços, das mãos, dos dedos etc. dos produtores vivos.

Como vimos acima, tudo isso se deveu a uma mudança de rumo da própria evolução das forças produtivas. A lançadeira volante e o filatório ainda eram compatíveis com o regime antigo, com a pequena produção de mercadorias. O *water frame*, o tear automático, a usina siderúrgica, e sobretudo o motor a vapor, não eram mais. A revolução capitalista teria sido imposta pela evolução da técnica. Mas, é preciso não levar o determinismo tecnológico longe demais. Como vimos, o progresso técnico era multiforme, o conhecimento e a prática trilhavam diversos caminhos para resolver os problemas que o desenvolvimento desigual e combinado dos diferentes ramos produtivos complementares acarretava.

O melhor a este respeito é adotar uma atitude probabilística. A *jenny* e o *water frame* surgiram ao mesmo tempo, para resolver o mesmo problema. Um reforçava o antigo regime, canalizava o progresso para a pequena produção de mercadorias; o outro abria passo ao capitalismo, sua utilização requeria uma escala que só o capital podia organizar. Por que a alternativa técnica

capitalista prevaleceu, superando a artesanal? A resposta óbvia parece ser: porque a opção industrial e capitalista era mais produtiva, tinha superioridade competitiva, mostrava-se capaz de produzir melhor e mais barato. Mas, esta resposta pressupõe a liberdade de iniciativa, a livre competição nos mercados, o que naquela conjuntura histórica era falso. O modo dominante de produção não pressupunha a livre concorrência mas a regulação tradicional das atividades produtivas, cada uma tendo direito a uma fração reconhecida do produto social.

A batalha decisiva da primeira revolução capitalista da história travou-se ao redor desta questão. Relata Mantoux: "De fato, os levantes de 1779 foram seguidos por tentativas de obter, por meios legais, a proibição das máquinas de fiar. Havia precedentes para isso. Em 1552, uma lei foi passada proibindo o uso da *gig mill*⁵, enquanto em 1623 uma proclamação real proibiu o uso de uma máquina de fazer agulhas. Estas medidas, tomadas no espírito da antiga legislação industrial, tinham por objetivo menos proteger o trabalhador do que assegurar a alta qualidade do artigo pronto, que estaria em risco se houvesse qualquer mudança nos métodos de manufatura" (1927, p. 403). O mesmo argumento foi usado, de balde, pelos fiandeiros de algodão na petição que apresentaram ao parlamento em 1780.

Não resta dúvida que a resistência oferecida à introdução das máquinas pelos produtores simples de mercadorias foi maior durante a revolução industrial do que no passado. A vitória do capitalismo foi tudo o que se queira, menos pacífica. Ela não pode ser atribuída a uma mudança de mentalidade, embora esta indubitavelmente ocorreu. Ela foi magnificamente apresentada na *Riqueza das nações*, por Adam Smith, que veio a lume em 1776. Mas, por mais convincentes que fossem os argumentos de Smith, naquele momento eles eram novos e revolucionários. Sua rápida aceitação não pode ser atribuída aos seus próprios méritos, mesmo porque hoje em dia, mais de 220 anos depois, eles continuam controversos.

A vitória do capitalismo na questão crucial do uso das máquinas, que implica a liberdade de iniciativa e a concorrência livre nos mercados, foi devida provavelmente à crise social pela qual passava a Inglaterra, na segunda metade do século XVIII, da qual o desemprego causado pela mecanização era apenas uma parte. Na realidade, ao mesmo tempo que a revolução industrial estava atingindo a manufatura, ocorria uma transformação análoga na agricultura, com liberação maciça de mão-de-obra. Foi o que Marx, com sua fina ironia, chamou de "acumulação primitiva" ou originária (uma tradução melhor de *ursprünglich*), apontando para a expropriação em larga escala da população camponesa como sendo a verdadeira origem do capital industrial, enquanto relação social de produção.

No capítulo 24 de *O capital*, vol. 1, Marx resume o processo que eliminou o campesinato independente na Grã-Bretanha da seguinte forma: "O roubo dos bens da Igreja, a entrega fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunitária, a transformação usurpatória, executada com terrorismo sem contemplação, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, estes foram os *métodos* idílicos da *acumulação originária*. Eles conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram a terra e o solo ao capital e ofereceram a indústria urbana o necessário suprimento de proletários livres como pássaros" (p. 772).

A revolução capitalista no campo foi conduzida não por pequenos fabricantes, mas pela própria nobreza latifundiária. Daí ela não ter enfrentado qualquer oposição séria por parte dos poderes estabelecidos, apesar da onda de indignação que despertou e da qual Marx dá testemunho: "O século XVIII ainda não tinha compreendido, na mesma medida que o fez o século XIX, a *identidade entre riqueza nacional e pobreza popular*. Daí a polêmica mais intensa na literatura econômica da época sobre "*the inclosure of commons*" (o cercamento dos campos comunitários). Extraio do vasto material de que disponho alguns poucos trechos, porque por meio deles as circunstâncias podem ser visualizadas com vivacidade" (p. 764).

Convém observar que a expulsão maciça de camponeses parece ser um aspecto crucial de todas as revoluções capitalistas, do século XVIII na Inglaterra, do século XIX no continente europeu e na América do Norte e do século XX na América Latina e Ásia. Só que ela se deu, na primeira das revoluções, *antes que a indústria estivesse estabelecida para absorvê-los*. Segundo Marx, "ainda nos últimos decênios do século XVII era a yeomanry um campesinato independente, mais

numerosa que a classe dos arrendatários. (...) Por volta de 1750 a yeomanry tinha desaparecido" (p. 761). Mantoux contesta esta versão, argumentando que o desaparecimento da yeomanry completou-se mais tarde. Mas ele confirma que o processo de expropriação e expulsão foi muito intenso já na primeira metade do século XVIII (1927, p. 138–139).

Havia portanto, por volta de 1770/1780, uma crise social de grandes proporções na Inglaterra: centenas de milhares de pessoas foram privadas de ocupação, moradia e subsistência e de alguma forma tinham de ser reabsorvidas pela produção social. Ora, o antigo regime de produção corporativa era absolutamente infenso à admissão de estranhos. Como vimos, a regulamentação das guildas tinha por eixo o *numerus clausus*, a limitação do número de mestres em cada ofício e do número de aprendizes que cada mestre podia empregar. Tudo isso para evitar a concorrência entre os produtores, a tentação de mudar os métodos tradicionais de trabalho etc.

Quando a revolução industrial propiciou a formação do sistema fabril, este passou a empregar não os artesãos que sua produção deslocava do mercado, mas a massa de ex-yeomen proletarizada pela revolução agrícola. "Combinado aos protestos contra a maquinaria estava o ódio dos homens pela fábrica. O sentimento de repulsa que despertava é facilmente compreensível, pois para alguém acostumado a trabalhar em casa ou numa pequena oficina a disciplina fabril era intolerável. (...) Eis por que a primeira geração de industriais encontrou reais dificuldades em obter trabalhadores. Eles teriam tido ainda maior dificuldade se não fosse a população flutuante disponível, que as mudanças nas condições rurais estavam expulsando da agricultura para a indústria e do campo às cidades. (...) Assim, a origem do trabalho fabril encontra-se em parte numa classe de pessoas desenraizada pela força de seu emprego e em parte entre populações às quais a indústria oferecia melhores oportunidades que seu emprego anterior" (Mantoux, 1927, p. 409–410).

O fato era que não havia solução alternativa à indústria capitalista para a crise social. Como é sabido, o avanço tecnológico causa desemprego técnico mas também gera considerável volume de emprego novo. Os enormes ganhos de produtividade eram traduzidos em baixas consideráveis dos preços dos produtos. Os tecidos tornaram-se mais baratos, o que possibilitou o aumento de seu consumo. Tanto no mercado interno como no externo. A marcha da indústria implicou em forte expansão da produção e do emprego industrial.

As condições originárias do trabalho industrial eram terríveis. O trabalho infantil era empregado em grande escala. A expressão "capitalismo selvagem" originou-se das formas desumanas de exploração que eram usuais nas primeiras décadas do capitalismo industrial. Quando as classes dominantes e os estratos governantes da Inglaterra optam pelo capitalismo, entregando o antigo regime de produção ao seu destino, certamente não foram movidos por filantropia. A sua motivação provavelmente tinha a ver com a preocupação com "lei e ordem

Se o parlamento britânico tivesse aceito as inúmeras petições que artesãos lhe dirigiram, pedindo a proibição do maquinário, o que teria acontecido? Ou as proibições legais teriam sido amplamente desconhecidas, já que os capitalistas tinham todo o interesse em utilizá-las e o proletariado "livre como um pássaro" tinha necessidade vital de trabalho remunerado, que só os fabricantes poderiam lhes proporcionar. Ou então capitalistas migrariam, tratando de estabelecer fábricas em países mais "livres", eventualmente nas colônias norte-americanas que estavam conquistando sua independência. Para onde migraria também grande parte do exército industrial de reserva que a revolução agrícola tinha inchado.

A indústria capitalista surge então, a partir do último quartel do século XVIII, como parte da causa e da solução da crise social. As decisões cruciais que foram então tomadas tinham um caráter de "fuga para frente". De um lado, o capitalismo manufatureiro e o capitalismo agrícola demonstrando extraordinária vocação para multiplicar riquezas – não por acaso Adam Smith chamou sua grande obra de *Investigação sobre as causas da riqueza das nações* – o que deve ter aguçado apetites de um estrato governante educado no mercantilismo. De outro, grande massa de produtores artesanais, urbanos e rurais, exigindo respeito pelos seus direitos e prerrogativas tradicionais, que implicavam claramente a estagnação deliberada das forças produtivas. E, como pano de fundo, vasta população flutuante, sem eira nem beira, constituindo ameaça potencial a qualquer ordem

instituída que não a reintegrasse à sociedade civil.

A partir do abandono das regras que protegiam o antigo regime de produção, o capitalismo teve o caminho livre para se tornar o modo hegemônico de produção. Era preciso, portanto, iniciar imediatamente a formulação de novas regras que protegessem a nova hegemonia. A base ideológica destas novas regras só podia ser o *laissez-faire*. É aí que a revolução capitalista revela o seu aspecto mais revolucionário. Instituiu-se o individualismo, a supremacia da relação monetária (o *cash nexus*, como dizem os "americanos"), o predomínio do auto-interesse, sendo a solidariedade social relegada ao âmbito privado e íntimo da religião. Mas, estas mudanças gigantescas são bem conhecidas e se alguém estiver interessado nas reações que provocaram em seus contemporâneos, basta ler o *Manifesto comunista de Marx e Engels...*

PARTE III

A REVOLUÇÃO SOCIAL SOCIALISTA

Reações da classe operária à revolução capitalista

A revolução capitalista tem início com a revolução industrial inglesa, no último quartel do século XVIII, e se desdobra sem cessar nas décadas seguintes. Ela permite que a livre concorrência se imponha, estimulando o progresso técnico que toma a forma de criação de conjuntos produtivos cada vez mais vastos, complexos e caros. O seu principal efeito é a contínua substituição da produção artesanal e manufatureira pela maquinofatura e pelo trabalho assalariado em fábricas e grandes redes de transporte e comunicação, que o motor a vapor vai possibilitando, complementado pela invenção do telégrafo e do telefone.

Se nos concentrarmos no primeiro século da revolução capitalista, esta vasta mudança nas relações sociais de produção é *muito nítida mas relativamente vagarosa*. Tomemos o caso notório dos tecelões manuais como exemplo. A invenção do tear automático se dá ainda no século XVIII, mas o uso do mesmo se difunde gradativamente, a partir de 1815. Os levantes ludditas de 1811/12 efetivamente tinham por objeto a destruição de máquinas e fábricas, mas devem ser principalmente atribuídos aos sofrimentos resultantes das longas guerras com a França, numa situação de grande carência alimentar, em que os mais pobres estavam diretamente expostos à fome. Na realidade, o tear automático se difunde aos poucos, menos pelo medo de represálias do que pela sua incapacidade de produzir panos mais finos. Só aperfeiçoamentos posteriores superaram esta deficiência e tornaram a completa eliminação da tecelagem manual viável.

Até o último quartel do século passado, a industrialização não tinha ainda eliminado para a maioria dos trabalhadores as relações tradicionais de trabalho. "A sobrevivência da indústria doméstica e da manufatura simples, na segunda metade do século XIX, teve conseqüência importante para a vida e população industriais que raramente vemos serem examinadas. Ela significava que só no último quartel do século a classe trabalhadora começou a tomar o caráter homogêneo de um proletariado fabril. (...) A sobrevivência das tradições individualistas do artesão e mestre com ambição de se tornar pequeno empregador se mostrou, por muito tempo, um obstáculo a qualquer crescimento firme e geral do sindicalismo, quanto mais da consciência de classe" (Dobb, 1946, p. 190).

Convém acrescentar que, mesmo dentro das fábricas, as relações de trabalho continuaram, por muito tempo, sendo do molde tradicional. "Até 1870, o empregador imediato de muitos trabalhadores não era o grande capitalista, mas o empreiteiro intermediário, ao mesmo tempo um empregado e, por sua vez, um pequeno empregador. (...) Até nos ofícios fabris o sistema de subempreitadas mostrava-se comum. Contra esse sistema e as oportunidades que criava para tirania sórdida e a desonestidade pelo pagamento em gêneros, dívidas e pagamentos de salários em hospedarias, o sindicalismo inicial travou dura e prolongada batalha. Nos altos-fornos havia os alimentadores e os retiradores, pagos pelos capitalistas conforme a produção em tonelagem do forno e que empregavam turmas de homens, mulheres, meninos e cavalos para encher o forno ou controlar a fundição" (Dobb, 1946, p. 191).

Em continuação, Dobb arrola exemplos de subcontratação nas minas de carvão, nas usinas de laminação, nas fundições de bronze, fábricas de correntes e de botões. "E mesmo em estabelecimentos bem grandes persistiram por algum tempo sobrevivências de situações mais antigas, tais como o desconto feito nos salários de somas representando o aluguel do espaço na oficina e o pagamento da força e luz. (...) Foi preciso chegar o motor a gás (tornando obsoleto o sistema antigo de alugar a força da máquina a vapor aos empreiteiros), o crescimento da padronização e a substituição do ferro trabalhado pelo aço (que se prestava à manipulação pelas prensas e máquinas ferramentas) como material básico dos ofícios mecânicos para completar a transição para a indústria fabril propriamente dita..." (Dobb, 1946, p. 191–192).

No primeiro século da revolução capitalista, a classe operária continuava muito heterogênea, principalmente nas relações intraclasse. A diferença entre trabalhadores qualificados e não-qualificados persistia. Os qualificados tinham organizações de ofício – os *trade clubs* – e mantinham, na medida do possível, espírito de corpo, tentavam controlar o número de aprendizes e promoviam os que completavam o aprendizado a condições de oficiais. Muitos trabalhadores qualificados mantinham grande autonomia face ao empregador, porque continuavam dominando, em muitos casos, os segredos do ofício. Eram pagos por produção e assalariavam, por sua vez, trabalhadores não-qualificados, inclusive para trabalhar nas fábricas.

Em contraposição, os trabalhadores não-qualificados constituíam uma massa indiferenciada de miseráveis quase anônimos, sem identidade reconhecida, sem direitos profissionais ou sociais. A respeito da organização dos *trade clubs* no século XVIII, relatam Cole e Postgate (1956, p. 169): "Os membros destes clubs seriam jornaleiros que fizeram seu aprendizado; trabalhadores não-qualificados, se tiveram tais sociedades, não deixaram traços dos mesmos à história." Por tudo isso, os trabalhadores não-qualificados não foram abrangidos pelos sindicatos e ficaram um tanto à margem das primeiras grandes lutas da classe operária face à revolução capitalista.

Esta tendeu, de forma geral, a afetar mais os trabalhadores qualificados, ao reduzi-los gradualmente ao *status* dos não-qualificados. Cada desenvolvimento das forças produtivas, conduzido pelo capital, transferia a máquinas automáticas operações até então executadas por trabalhadores qualificados. Os exemplos da fiação e da tecelagem são bastante expressivos. O progresso tecnológico consistiu, em boa parte, exatamente na invenção deste tipo de máquina, cada uma das quais destruía um ofício manual, mecanizando-o. O antigo mestre ou oficial tornava-se, na melhor das hipóteses, um operador de máquina. Só que, nesta nova condição, ele perdia o controle sobre o instrumento de produção e o próprio conhecimento a respeito do mesmo. Enquanto o artesão dominava, por suposto, todos os segredos do ofício, que abrangiam conhecimentos sobre instrumentos e objetos do trabalho, o operador da máquina não conhece os segredos do mecanismo que supervisiona e assiste.

A cada avanço da técnica, simplifica-se o papel do operador da máquina e aumenta a importância do "engenheiro" que projeta a máquina, que sabe programá-la, mantê-la, repará-la e aperfeiçoá-la. Não há dúvida que a revolução capitalista inaugurou um processo contínuo de *expropriação dos conhecimentos técnicos dos trabalhadores qualificados*, o que acabou resultando na homogeneização crescente da classe operária. Foi a isso que Dobb se referia, na citação à p. 24, quando fala em "caráter homogêneo de um proletariado fabril".

Atingida em sua base existencial, a classe operária, reage em três níveis distintos ao avanço do modo de produção capitalista: 1. opondo-se ao industrialismo em si, em nome dos direitos adquiridos e dos fundamentos tradicionais do antigo regime; 2. somando-se à luta pela democracia, em grande medida impulsionada pela Revolução Francesa; e 3. desenvolvendo formas próprias, potencialmente anticapitalistas, de organização social – o sindicalismo – e de organização da produção e distribuição – o cooperativismo. É importante sublinhar que neste período – 1780/1880 – as reações da classe operária são principalmente protagonizadas pelos trabalhadores qualificados, seus ideólogos, líderes políticos, sindicais e cooperadores.

Quanto à primeira reação, dela já tratamos nas seções sobre a revolução capitalista e pouco há a acrescentar. No plano nacional, a tentativa de fazer o parlamento frear e reverter a revolução industrial foi um fiasco. Os trabalhadores não conseguiram apoio em nenhum outro setor social para esse propósito, mesmo porque somente eles é que eram ameaçados pelo industrialismo. A aristocracia fundiária poderia ter sido uma aliada, pois seus privilégios baseavam-se igualmente em regulamentos tradicionais. Mas, como vimos, a nobreza britânica tinha se decidido a encabeçar o revolucionamento técnico e econômico da agricultura, e o fez com determinação e ferocidade. Tendo expulsado os pobres de seus domínios e transformado suas lavouras em pastos, os lordes preferiram ignorar as petições de fiandeiros e tecelões, deixando que as máquinas e os ex-yeomen tomassem o seu lugar.

Em nível local, a luta contra o uso das máquinas só podia tomar a forma de insurreições súbitas, a maior parte explosões de desespero face à ameaça de fome e miséria. A luta de classe, na época, freqüentemente descambava para a violência. Quando as *combinations* (sindicatos) estavam proibidas, as organizações operárias muitas vezes caíam na clandestinidade e recorriam a incêndios, ataques físicos e até ao assassinato de traidores, patrões cruéis e capatazes odiados. O único movimento que assumiu proporções regionais e características de organização foi o dos "ludditas".

"Eles não eram um 'movimento de massas' no sentido moderno – ou seja, os ludditas não constituíam a massa da população nos condados (Nottinghamshire, Yorkshire, Lancashire e Cheshire) em que principalmente operavam. Eles eram um seleto bando de homens ousados e desesperados, que receberam o apoio e a aprovação de seus companheiros trabalhadores. Não é certo se foram apoiados pelos clubes ou sindicatos existentes ou não. Eles alegaram ser dirigidos por um Ned Ludd, cujo 'escritório' dizia-se estar na Floresta de Sherwood. Se tal pessoa existiu, ao certo, não se sabe quem era. Certamente grande número de pessoas cria nele e os ludditas claramente tinham algum cérebro organizacional por detrás deles" (Cole e Postgate, 1956, p. 184–185).

A oposição operária ao industrialismo provavelmente acabou por desaparecer nos anos vinte do século XIX, quando grande parte do movimento operário se converteu ao "owenismo". Owen era, ele mesmo, grande industrial e propunha utilizar as forças produtivas proporcionadas pelas máquinas para acabar com a miséria e garantir a todos uma vida digna. "Muito longe de ter uma perspectiva retrógrada, o owenismo foi a primeira das grandes doutrinas sociais a prender a imaginação das massas naquele período, que começava com a aceitação dos poderes produtivos ampliados da energia a vapor e da fábrica. O que estava em questão não era tanto a máquina e sim a motivação do lucro; não as dimensões da empresa industrial mas o controle do capital social por detrás" (Thompson, 1968, p. 408).

Robert Owen (1770–1858) celebrou-se primeiro como proprietário e condutor de *New Lanark*, a imensa empresa têxtil que adquiriu de David Dale em 1799. A usina se situava à margem do Clyde, cujas águas forneciam-lhe energia hidráulica. Como se encontrava longe da cidade de Lanark, os trabalhadores e suas famílias tinham de morar junto à fábrica, em casas também pertencentes a Owen. Ele adquiriu a casa e as terras em que viveu Lord Braxfield, abriu a área aos trabalhadores, construiu novas casas e reformou as velhas, abriu uma escola, inaugurou uma loja em que artigos não-adulterados podiam ser adquiridos a preços baixos, reduziu a jornada de trabalho e aumentou os salários. Mesmo quando a produção teve de ser suspensa por causa da guerra, Owen, em vez de demitir os operários, pagou-lhes os salários.

Apesar de tudo que fez ou talvez por causa disso, Owen continuou realizando bons lucros, o que lhe granjeou grande fama de filantropo. Visitantes famosos vinham a New Lanark conhecer o novo experimento, inclusive um grande duque da Rússia. Owen proclamou que o capital investido só deveria ter um dividendo limitado e que todo lucro excedente deveria ser aplicado a favor dos trabalhadores. Com o que não concordaram seus sócios, o que obrigou Owen a achar outros, dispostos a comprar as parcelas dos primeiros. E de fato os encontrou, estando entre eles o famoso autor do utilitarismo Jeremy Bentham (Cole, 1944, p. 15–16).

Em 1817, Owen apresentou seu "plano" de acabar com a pobreza mediante o emprego dos que não tinham proventos e eram sustentados pela beneficência das paróquias (de acordo com a Lei dos Pobres em vigor) em "Aldeias Cooperativas", onde poderiam viver em comunidade e produzir em comum, consumindo seus próprios produtos e trocando os excedentes com outras "Aldeias Cooperativas". Ele propunha que algumas aldeias fossem industriais e outras agrícolas etc. Assim, o estado e as paróquias, em vez de desperdiçar dinheiro com a manutenção dos indigentes ociosos, deveriam fornecer capital para que eles se estabelecessem em aldeias e pudessem prover o seu próprio sustento.

"Mas, quanto mais Owen explicava o seu 'plano', mais claro se tornava que ele estava propondo não simplesmente um meio de baratear a subsistência dos pobres, mas uma mudança completa do sistema social e a abolição da empresa capitalista voltada ao lucro" (Cole, 1944, p. 20). Além disso, Owen passou a atacar todas as religiões por ensinarem que os homens são responsáveis pelo mal que praticam. Para Owen, a origem do mal social estava no ambiente ruim a que os homens estavam submetidos. Caberia pois transformar o ambiente em vez de pregar, como faziam as igrejas, a reforma individual. Owen terminou por denunciar todas as religiões como sustentáculos do "velho mundo imoral".

A adesão ao comunismo e o ataque às igrejas estabelecidas fizeram Owen perder a maior parte do apoio e da simpatia que havia conquistado nas classes dominantes. Ele voltou-se, no entanto, a realizar suas idéias na prática, alternando suas atividades entre a chefia política de movimentos sindicalistas e cooperativistas e a fundação e direção de comunidades comunistas, modeladas de acordo com o ideal das "Aldeias de Cooperação".

Voltaremos a tratar de Owen adiante. Agora, é preciso encerrar a discussão da primeira reação da classe operária à revolução capitalista, qual seja, a oposição ao industrialismo enquanto tal. A oposição ao industrialismo representava uma oposição reacionária ao capitalismo, alicerçada no anelo de volta ao passado. Este anelo só tinha sentido para os pequenos mestres arruinados ou quase e para os jornaleiros, que imaginavam o passado feudal como um mundo idílico de estabilidade e paz. Provavelmente, com o passar dos anos, o número de trabalhadores fabris

"semiquilificados" (operadores de máquinas) deve ter crescido em detrimento do número de produtores artesanais. A mudança na composição interna da classe operária possivelmente contribuiu para o abandono das esperanças milenaristas de volta ao passado.

A ascensão do owenismo entre a classe operária britânica, dos 1820 em diante, representou de certa forma a troca de esperanças milenaristas de volta ao passado por esperanças, não menos milenaristas, de avanço para o futuro. O milenarismo é inescapável para uma classe social que se encontra exposta a provações terríveis sem encontrar formas práticas e factíveis de afirmar e defender seus interesses.

Após o fim das guerras napoleônicas, a Grã-Bretanha foi vítima de crises econômicas sucessivas, que levaram grande parte do operariado a um misto de desespero e resignação. Após 1815, o valor das exportações britânicas caiu de 51 milhões de libras a 42 milhões nos dois anos seguintes e, após pequena recuperação em 1818, a 35 milhões em 1819. "O resultado dentro do país foi amplo desemprego e crise, acompanhados por diminuição ativa de salários – primeiro e sobretudo nos ramos fabris em expansão, mas depois, quando a demanda interna também caiu, em quase todo ramo de produção" (Cole e Postgate, 1956, p. 192).

Nesta situação de desespero, que se prolongaria, com altos e baixos, nos anos 1830 e 1840, surgia Owen, com todo seu prestígio de grande industrial e filantropo, proclamando um "plano" racional e factível de superação do desemprego e da pobreza. E este "plano" acabou inclusive ganhando apoio científico. Owen propunha, à base da teoria clássica do valor-trabalho, que o trabalhador tinha direito ao usufruto de todo o seu produto. Para tanto ele propunha a substituição do dinheiro por uma moeda baseada no "tempo de trabalho" gasto na produção. "Esta idéia (...) foi o germe das teorias anticapitalistas do valor que passaram a ganhar ampla aceitação entre os trabalhadores melhor educados durante os anos de 1820. *Principles of the Distribution of wealth* (1824) de William Thompson e *Labour Defended* (1825) de Thomas Hodgskins e numerosos outros livros e panfletos desenvolveram a idéia, baseando-se na doutrina de Ricardo que os valores relativos das mercadorias eram principalmente determinadas pelas quantidades de trabalho humano incorporadas direta ou indiretamente nelas, de que, sendo o trabalhador a única fonte do valor, ele deveria ser também o único detentor legítimo do produto.

Marx, sem dúvida, se inspirou em Thompson e Hodgkin, embora não compartilhasse da tese de que o trabalhador teria "direito" à totalidade do produto. Em vez disso, desenvolveu o conceito de mais-valia e a teoria da exploração do trabalho pelo capital. Na *Crítica ao programa de Gotha*, Marx lembrou que qualquer sociedade, mesmo a socialista, terá membros improdutivos (crianças, velhos e outros) que serão sustentados partilhando o resultado do trabalho produtivo. Marx elevou toda discussão ao nível de interpretação histórica, tentando combinar indignação moral com compreensão das possibilidades reais de que possa haver uma revolução socialista.

Mas isso corresponde a outra etapa. A partir de 1820, a classe operária britânica, a primeira a se defrontar com uma revolução capitalista, abandona a luta contra o progresso técnico e passa a se engajar em outra utopia, a da construção de um novo mundo à base das novas forças produtivas mas em que a cooperação e a igualdade tomem o lugar da competição e da exploração. Esta reviravolta ideológica terá amplas conseqüências. O comunismo, não por acaso, é o oposto simétrico do capitalismo. Ao individualismo deste último, que funciona como explicação e justificativa da competição enquanto valor e modo de comportamento universal, o comunismo opõe o coletivismo, apresentado como ambiente necessário para o surgimento de um "novo mundo moral" (na expressão de Owen) baseado na solidariedade, na cooperação e na fraternidade entre os homens. Não por acaso, todos os oponentes ao capitalismo, desde então, vêem no socialismo ou comunismo a grande alternativa histórica ao capitalismo.

A luta política contra o capitalismo

Frustrados pela recusa das instâncias políticas de impedir o progresso industrial, os trabalhadores passaram a engajar-se por uma legislação fabril que coibisse os abusos e estabelecesse claros limites ao grau de exploração a que o capital poderia submeter os trabalhadores. 'Tão logo acabou a guerra, 'o filantrópico Mr. Owen de New Lanark', empregador modelar e proprietário da maior fábrica algodoeira da época, veio ao sul advogar a causa dos pobres. Ele pediu para eles a proteção de uma *Factory Act* (lei fabril) efetiva – pois a lei fabril de 1802 do Peel mais velho⁶, considerada a primeira das leis fabris, se aplicaria, se tivesse sido obedecida, apenas à classe especial dos 'pobres aprendizes' nas usinas algodoeiras; (...) Owen queria uma lei que proibisse todo trabalho para aqueles com menos de 10 anos, que limitasse a jornada de trabalho a 10,5 horas, inclusive intervalo para refeições, para todos os trabalhadores com menos de 18, e que determinasse o engajamento de inspetores pagos para assegurar a implementação destas reformas

"Sua cruzada não abortou inteiramente; pois em grande medida, como resultado dela, o Peel mais velho conseguiu a aprovação do seu segundo *Factory Act* em 1819. Mas este estava muito aquém das demandas de Owen. Aplicava-se apenas a usinas algodoeiras; estabelecia a idade mínima de emprego em nove anos em vez de dez; ele limitava a jornada a doze horas e somente para os menores até 16 anos; e, final mente, a provisão vital da inspeção ficou de fora" (Cole e Postgate, 1956, p. 194–195).

Assim começou a longa luta da classe operária britânica pela regulamentação legal das relações de trabalho. Ela tinha – e continua tendo – uma clara orientação ideológica anticapitalista e, por isso, sofreu feroz oposição por parte dos liberais. Estes viam – e continuam vendo – na legislação do trabalho uma violação dos direitos individuais, ao proibir certos contratos entre pessoas que em princípio deveriam ser os únicos juizes de seus interesses. Tomemos por exemplo a jornada legal de trabalho. Argumentam os liberais que a extensão da mesma deveria ser determinada pelo livre encontro de vontades de empregados e empregadores. Proibir que a extensão da jornada ultrapasse certo limite fere os direitos de ambos.

A isso acrescentam que a legislação do trabalho impede que muitos contratos de trabalho que seriam desejados por compradores e vendedores de força de trabalho possam se realizar, o que faz com que o emprego legal seja menor que o emprego efetivo (no qual se inclui o emprego ilegal) e muito menor que o emprego potencial. Os liberais acusam a legislação trabalhista, que em geral encarece a força de trabalho para o empregador, de ser uma causa importante do desemprego involuntário, que não existiria se capitalistas e trabalhadores pudessem transacionar sem estar submetidos aos óbices legais.

Os defensores da legislação trabalhista tomam como ponto de partida a enorme desigualdade de poder econômico entre capitalista e trabalhador, a qual torna a propalada liberdade de contratação uma triste piada. O trabalhador depende de que alguém o empregue para a sobrevivência própria e de sua família. O capitalista precisa empregar trabalhadores para valorizar seu capital, mas sua necessidade é muito menos urgente e vital do que a do trabalhador. Em geral, o empresário pode operar com menos empregados do que o número por ele almejado, à espera que apareçam candidatos em condições (para ele) propícias. Já o trabalhador não pode comer nem dar de comer à família se não tiver salário. Sua capacidade de esperar que surja o emprego em condições (para ele) propícias é portanto muito menor. Além disso, no mercado de trabalho a regra é o excesso de oferta, o que foi demonstrado por Marx, ao assinalar a presença permanente nas economias capitalistas de um ponderável exército industrial de reserva.

Este excesso de oferta inferioriza o trabalhador, ao obrigá-lo quase sempre a se submeter às condições "propostas" pelo capitalista. A legislação trabalhista – que na Grã-Bretanha assim como nos demais países é sempre conquista do movimento operário – eleva a barganha entre capital e trabalho do plano individual ao plano coletivo. As restrições da lei fortalecem o poder de barganha dos mais fracos, tornando as negociações coletivas entre capitalistas e trabalhadores menos desiguais. A proibição de empregar crianças, de trabalhar além dos limites de jornada legal, de ajustar salários abaixo do mínimo legal etc., fortalece a posição dos assalariados ao eliminar do mercado uma parte da oferta que se poderia considerar "desesperada". A legislação fabril protege a força de trabalho ao proibir que ela se venda em condições deletérias à sua própria reprodução.

Dentro de certos limites, a legislação fabril foi aceita e patrocinada por industriais esclarecidos, como Peel, que contavam com o apoio de outros, que eram socialistas, como Owen. Mas, havia pouca esperança que um parlamento eleito por voto censitário pudesse algum dia votar uma legislação que efetivamente restringisse a exploração do trabalho pelo capital. Daí que a luta pela proteção legal ao trabalhador desembocasse naturalmente na luta pelo alargamento dos direitos políticos, que estava sendo conduzida pelos liberais mais radicais, na Inglaterra, desde os tempos da Revolução Americana e da Revolução Francesa.

Governo representativo, ampliação dos direitos políticos e liberdades civis eram objetivos de um amplo movimento político radical, que sofreu forte impacto – positivo e negativo – da luta pela independência das colônias americanas e dos logros da Revolução Francesa. Ambas as revoluções burguesas vitoriosas contaram com a simpatia e o apoio do radicalismo britânico, ansioso por conquistar também em seu país avanços políticos análogos. Infelizmente, os radicais se encontravam, nos dois casos, do lado "errado" das trincheiras. A Revolução Americana se fez contra a Grã-Bretanha e qualquer manifestação de simpatia pelos insurretos equivalia a um ato de lesa-pátria.

Quanto à Revolução Francesa, gozou de início de intenso apoio por parte de diferentes setores da sociedade inglesa. Mas, a partir de 1793, a Grã-Bretanha entrou em guerra com a França revolucionária e, com pequenos intervalos, permaneceu em beligerância até Waterloo (1815). Durante estas duas décadas, qualquer agitação contra a coroa e a Igreja, era imediatamente estigmatizada como traição e seus líderes sujeitos a penas de degredo na Oceania, aonde menos da metade chegava viva. A aristocracia e o clero viviam atormentados pelo temor de levantes revolucionários e era prática comum infiltrar agentes provocadores em círculos liberais e democráticos. A agitação subversiva que havia foi assim exterminada e muita pseudo-subversão foi artificialmente fomentada pelos agentes. Culpados e inocentes foram igualmente vítimas da mão pesada da repressão (Cole e Postgate, 1956, cap. XIII).

Terminadas as guerras napoleônicas e superadas as crises pós-bélicas, o movimento pela reforma do parlamento voltou com ímpeto redobrado. Além dos liberais e democratas, predominantemente de classe média, o movimento contava com o apoio de setores das classes dominantes, particularmente da burguesia industrial, que se via prejudicada pela política econômica dos conservadores, particularmente pelas Leis do Trigo, que sustentavam os preços dos cereais em nível alto, o que elevava os salários de subsistência. A esta coligação foram se juntar os operários, que passaram a almejar a proteção legal de seus interesses.

"A classe ascendente de mercadores e empregadores industriais nos Midlands e no Norte começaram a expressar mais abertamente ressentimento contra uma política econômica projetada para favorecer os interesses dos proprietários fundiários, mas calculada para obstruir o crescimento da indústria e do comércio. (...)As classes médias começaram a exigir mudança de política e a agitar por uma reforma do parlamento como único meio de assegurá-la. Elas começaram a juntar forças com os radicais e os trabalhadores na demanda por reforma" (Cole e Postgate, 1956, p. 244).

O envolvimento dos trabalhadores no movimento pela reforma foi a segunda das suas reações fundamentais à revolução capitalista. Os trabalhadores deram, por exemplo, total apoio à agitação pela revogação das Leis do Trigo, convictos de que a liberdade de comércio contribuiria para a melhoria do seu padrão de vida. A participação no movimento pela ampliação do sufrágio colocou para os trabalhadores a perspectiva de conquista de plena cidadania para eles próprios. Em poucos anos, passou-se da reivindicação de maior representatividade do parlamento à luta pelo sufrágio universal masculino (a luta pelo sufrágio feminino surgiria uma geração depois).

A aliança entre burguesia industrial, classes médias progressistas e operariado abriu para o último um canal de participação política de que carecia anteriormente. Durante o período de repressão a qualquer pedido de reforma, o parlamento aprovou, em 1799, os *Combination Acts*, "que tornava passível (para réus primários) a condenação por 3 meses de prisão ou 2 meses de trabalho forçado de qualquer trabalhador que combinasse com outro para obter aumento de salário ou um decréscimo de horas ou solicitasse a qualquer outro a deixar o trabalho ou se recusasse a

trabalhar com qualquer outro trabalhador. (...) Os *Acts* também proibiam nominalmente combinações de empregadores, sem a obrigação de testemunhar (contra companheiros) e sem penalidades de prisão. Mas, esta proibição nunca foi implementada embora combinações de empregadores eram abertas e freqüentes durante o quarto de século seguinte" (Cole e Postgate, 1956, p. 173–474).

Os *Combination Acts* foram fartamente utilizados por patrões e estado para esmagar os sindicatos de trabalhadores, que antes estavam se fortalecendo. Graças ao crescimento das lutas por reforma parlamentar, foi possível obter a revogação dos *Combination Acts*, em 1824. A revogação foi de certa forma uma surpresa para os sindicalistas, que não imaginavam que ela pudesse ser aprovada por um parlamento não reformado. Mas, graças à invulgar habilidade de dois deputados radicais, Francis Place e Joseph Hume, e ao apoio de uma restrita bancada de parlamentares, a revogação foi alcançada.

A revogação dos *Combination Acts* propiciou o ressurgimento com muito vigor dos sindicatos, muitos dos quais tinham sido esmagados pela repressão enquanto outros haviam mergulhado na clandestinidade. Estes últimos, muitas vezes, mantinham uma fachada legal sob a forma de *Friendly Societies* (sociedades de ajuda mútua ou mutualistas). Com a revogação dos *Combination Acts*, muitos sindicatos voltaram a atuar abertamente, dando publicidade a seus objetivos e procurando recrutar mais membros. Além disso, em 1824 a economia britânica passava por um auge cíclico, com nível elevado de emprego e aumento do custo de vida. Nestas circunstâncias, eclodiu ampla onda de greves, com diversas categorias de trabalhadores conquistando aumentos salariais. Em 1825, a economia entrou em crise, o emprego caiu e os empregadores começaram a anular as concessões que haviam feito a seus trabalhadores. Os sindicatos resistiram às pretensões do patronato e desencadearam uma segunda onda de greves, em defesa de suas conquistas anteriores (Cole e Postgate, 1956, p. 233–234).

Os adversários do sindicalismo conseguiram que o parlamento aprovasse, em 1825, nova lei que restringia bastante a atividade sindical, sobretudo a realização de greves. Mas o *status* legal dos sindicatos foi mantido. A legislação sindical foi, desde então, um dos principais pontos de discórdia entre a classe operária e a burguesia. O que propiciou uma das justificativas mais importantes para a contínua participação dos trabalhadores na esfera política. O enquadramento institucional das lutas sindicais tornou-se cada vez mais importante como fator determinante de seus resultados. A participação dos assalariados nos ganhos de produtividade passou a depender, em boa medida, do espaço de atuação sindical que a legislação delimitava.

O primeiro grande movimento pela reforma parlamentar, na Grã-Bretanha, desenrolou-se na década dos anos 20 do século passado. Reunia um amplo arco de forças que iam desde a aristocracia *whig* e os *whigs* mais avançados, que queriam abrir o sistema político às classes médias – das quais a burguesia industrial era o principal componente – até os "radicais filosóficos" (Bentham e seguidores), que almejavam o sufrágio universal masculino e à esquerda destes, o movimento operário, exigindo o mesmo (Cole e Postgate, 1956, p. 246–247).

Em 1830, estourou uma revolução na França, que levou ao trono Luís Felipe de Orleans, e deu às classes burguesas acesso ao poder, até então monopolizado pela aristocracia bourbônica. Isso deu alento ao movimento reformista britânico, que logrou ampla mobilização de massas para obrigar a maioria parlamentar e o rei a promulgar a primeira das reformas políticas do século. Antes fora necessário sobrepujar inúmeras resistências, sobretudo na Câmara dos Lordes. Em 1831, ela rejeitara o projeto dos *whigs*.

"O perigo em que se encontrava o projeto em 1831 solidificou as forças populares em seu apoio. Seus oponentes da classe operária⁷ ficaram reduzidos a uma pequena minoria e a massa de reformadores da classe operária se somou às *political unions* na luta pelo projeto. Quando os Lordes o rejeitaram, a revolução, apoiada pelos reformadores de classe média assim como de classe operária, parecia plenamente possível. Todas as organizações reformadoras exigiam a criação de pares (adicionais) em número suficiente para assegurar sua aprovação. Os *whigs* tinham de avançar ou enfrentar uma revolução. Mas, eles hesitavam em pedir ao rei que inundasse a Câmara dos Lordes fazendo novos pares; pois ele poderia muito bem recusar e aí a revolução

seria inevitável. Grey apresentou o projeto com pequenas alterações, de novo ele passou pelos Comuns e o reenviou aos Lordes que, em abril de 1832 o aprovaram em segunda leitura por uma maioria de nove votos" (Cole e Postgate, 1956, p. 253–254).

A Grã-Bretanha se encontrou à beira de uma revolução em 1830/32, que só não aconteceu porque, no último momento, rei e aristocracia *tory* resolveram ceder e partilhar o exercício do poder governamental com novos grupos sociais emergentes, em especial com a burguesia industrial. Segundo Cole e Postgate (1956, p. 255), a mobilização popular que possibilitou a conquista da reforma de 1832 resultou, em parte, da gravidade da depressão em que se achava mergulhada a economia em 1831 e 1832. "As multidões que tomaram Bristol queimaram o castelo de Nottingham e promoveram desordens em muitas partes do país e foram impelidas pela fome tanto quanto pelo ardor pela reforma

O proletariado, de certa forma, colocou-se na vanguarda de uma luta que ainda não era a sua. O avanço democrático possibilitado pela reforma de 1832 foi muito maior do que os reformadores de classe média esperavam, graças ao empenho desesperado das massas operárias, impelidas pela crise e pelo ódio à exclusão política. Mas, o voto continuava censitário. Todos os grupos que ganharam a cidadania política eram possuidores de rendas. A classe operária continuava à margem. «A revolução de 1832, conseqüentemente, transferiu o poder político da aristocracia à classe média. (...) Mas, estes *whigs*, e depois os *tories*, que os sucederam no governo, respondiam diretamente a opinião e necessidades da classe média. Eles respondiam ainda menos que os governos antigos a opinião da classe operária, pois agora não precisavam temê-la. A classe operária foi mantida fora e a exclusão fora inteiramente exitosa" (Cole e Postgate, 1956, p. 258).

Não obstante, o novo parlamento, eleito após a reforma, aprovou, em 1833, a primeira lei fabril que possuía efetividade, pois criava quatro cargos de inspetores de fábrica. Os relatórios destes inspetores, que Marx imortalizaria depois nas páginas de *O capital*, tiveram grande impacto sobre a opinião pública, a qual passou a exigir novos passos no que acabou se tornando, com o passar do tempo, ampla legislação industrial e do trabalho.

Embora o movimento operário se sentisse abandonado e traído, não tardou muito para voltar à liça, agora sob a forma de nova campanha por reforma, desta vez de caráter nitidamente operário. Foi o movimento pela Carta do Povo ou Cartismo, que começou em 1836, em Londres, com a formação da *London Workingmen's Association for Benefiting Politically, Socially and Morally the Use fui Classes – LWMA* (associação londrina de trabalhadores para beneficiar política, social e moralmente as classes úteis). A LWMA fez uma petição ao parlamento, em 1837, que incluiu todos os 6 pontos que constituiriam depois a Carta: *sufrágio universal masculino, distritos eleitorais iguais, parlamentos anuais, remuneração dos parlamentares, voto secreto e nenhuma exigência de propriedade para pertencer ao parlamento*.

E interessante notar que os 6 pontos destinavam-se não apenas a estender o direito de voto aos operários desprovidos de renda e propriedade, mas a possibilitar a eleição de deputados operários. Para tanto, julgava-se essencial que os parlamentares fossem remunerados e que o direito de candidatar-se não fosse restringido por qualquer exigência de propriedade. Na quarta década do século passado, a classe operária britânica se deixou mobilizar para a conquista de poder político democrático. Já estava claro que a maioria da sociedade era formada por trabalhadores e que, portanto, a democracia implicava em poder operário. Era também o entendimento do governo de sua majestade. "Lord John Russel, em oposição pelo governo, declarou (no parlamento) que a Carta significa o confisco de toda propriedade" (Cole e Postgate, 1956, p. 284).

O movimento cartista foi capaz de mobilizar a classe trabalhadora como nenhum outro o fizera até então. Sua direção era coligada, composta por uma vertente de homens razoáveis que queriam utilizar a persuasão (representando os artesãos mais qualificados) e outra vertente de exaltados, que achavam inescapável o uso da força e propunham a insurreição (e que representavam a massa miserável e superexplorada). A liderança inicial estava com os moderados, que desenvolveram o plano de organizar uma coleta nacional de assinaturas para uma petição ao parlamento, pedindo a aprovação da Carta do Povo. A petição seria apresentada por uma convenção, formada por delegados eleitos em todo país. Se o parlamento rejeitasse a Carta,

convocar-se-ia uma greve geral por um mês, o chamado "mês sagrado".

O plano foi de fato posto em prática duas vezes. Na primeira, em 1839, a petição reuniu 1.280.000 assinaturas, o que não impediu que ela fosse rejeitada pelo parlamento. Mas, a greve geral não saiu por falta de apoio organizado. Passou-se então à tentativa de insurreição, que deveria ser desencadeada pela tomada de Newport, tendo em vista a libertação de Henry Vincent, o melhor orador da LWMA. Em 4 de novembro daquele ano, cerca de 4.000 insurretos, liderados por John Frost, negociante de roupas, ex-prefeito e veterano político radical, atacaram o Westgate Hotel, em que cerca de 30 soldados resistiam entrincheirados. As tropas cartistas atacavam em massa mas eram ceifadas pelas descargas dos legalistas, cujos tiros não podiam errar de alvo. Após algumas dezenas de baixas, os atacantes debandaram e a liderança cartista foi toda presa.

Assim terminou a primeira fase do movimento. Mas, em 1840, o cartismo se reorganizou e preparou um novo abaixo-assinado. "(A petição) era mais direta e redigida com mais efetividade do que a precedente, era assinada por 3.317.702 pessoas e tinha mais de 6 milhas de comprimento. Separada no plenário da Câmara (pois era longa demais para entrar inteira), ela fez o recinto parecer 'como se tivesse nevado papel'. Naturalmente, ela foi rejeitada por 287 votos a 49" (Cole e Postgate, 1956, p. 289).

A rejeição deixou o cartismo frustrado e furioso, pois estava no auge de sua força e ao mesmo tempo impotente, pois não tinha recursos nem organização para organizar uma insurreição ou uma greve geral. Esta acabou ocorrendo por acaso. Como uma fagulha num ambiente carregado de gases, uma greve, na segunda semana de agosto de 1842, em Ashton-under-Lyne foi transformada em luta pela Carta e imediatamente começou a se alastrar para Manchester, de onde se irradiou para Lancashire, Yorkshire, Cheshire, The Potteries, Warwickshire e para Gales. Em seguida, aderiram os mineiros escoceses.

A Associação Cartista se dividiu perante o movimento, que ela não tinha convocado nem controlava. No final, ela deu seu apoio entusiástico. Mas, Feargus O'Connor, o mais influente dos líderes cartistas, editor do *Northern Star*, sustentou publicamente que a greve fora provocada pela *Anti-Corn Law League* (Liga Anti-Lei do Trigo) e que ele se via obrigado a apoiá-la como fato consumado. Mas, em 27 de agosto, O'Connor mudou de posição e denunciou a greve como uma trama da *Anti-Corn Law League* e que ele (O'Connor) acabaria com ela. Isso abalou o movimento, que já estava se debilitando no centro e acabou em seguida. E o cartismo, enquanto movimento operário de massa, acabou junto (Cole e Postgate, 1956, cap. XXIII).

É importante registrar que o cartismo recusou apoio à agitação contra a Lei do Trigo, apesar da aliança tradicional do movimento operário com a burguesia industrial nesta questão. A baixa do preço do trigo, que a revogação da Lei do Trigo provocaria, era do interesse tanto dos empregados como dos empregadores. Mas, O'Connor opunha-se a qualquer aliança com um movimento organizado e financiado pelos industriais. Os cartistas argumentavam que tão logo o preço do pão caísse, os patrões tratariam de reduzir os salários na mesma proporção. Diga-se de passagem que esta proposição decorria da melhor ortodoxia econômica da época, em cuja origem estava David Ricardo.

A revogação da Lei do Trigo, que afinal foi aprovada em 1846, de certa forma representou a culminância da revolução capitalista, na Grã-Bretanha, pois ela instituiu o livre-câmbio e com ele o *laissez-faire*. A Grã-Bretanha foi o primeiro país a sacrificar a sua agricultura – apesar do estrato governante ser composto quase inteiramente pela aristocracia terratenente – em prol da livre competição, o que significou entregar o destino da nação à classe capaz de produzir mais barato. Nos anos seguintes, a Grã-Bretanha foi imitada pela França, Alemanha e demais países europeus, além dos Estados Unidos. A voga do livre-câmbio durou apenas algumas décadas, mas sua hegemonia ideológica nunca foi totalmente abalada e ressurgiu desde os anos 70 deste século com toda força.

O cartismo representou portanto não só o primeiro grande movimento político das massas operárias em prol da democracia, mas também o primeiro movimento declaradamente antiburguês. No momento em que a primeira revolução capitalista estava para atingir o seu auge, a reação da

classe operária atravessava uma etapa crucial de sua evolução, deixando de ser sócio menor das "classes médias" para levantar suas próprias bandeiras, declarando sua independência de classe. Seria bonito poder acrescentar que desde então essa independência nunca foi contestada. Mas não seria verdadeiro. Como veremos, a luta anticapitalista da classe operária teve uma trajetória algo zigzagueante, em que avanços foram abandonados apenas para serem refeitos passado algum tempo.

Sindicatos e cooperativas

Vimos até aqui que a classe operária reagiu à revolução capitalista de duas maneiras opostas. De um lado, procurou opor-se ao capitalismo industrial em ascenso, primeiro tentando impedir o uso do maquinário e depois colocando-se como meta histórica a construção de uma outra sociedade, coletivista, em que os meios de produção seriam ou propriedade comum ou propriedade privada mas acessível a todos. De outro, a classe trabalhadora iniciou a busca do amparo institucional que o estado poderia lhe oferecer, tanto mediante a legislação trabalhista como pela legalização dos sindicatos operários e da realização de greves. Como meio para conquistar este amparo, o movimento operário se lançou por inteiro na luta pela reforma parlamentar, prosseguindo na mesma quando as "classes médias", tendo obtido os direitos políticos, abandonaram a luta.

E a terceira reação, estreitamente ligada às outras duas, mas analiticamente distinta, foi a ação direta no campo econômico. Enquanto vendedores de força de trabalho, os trabalhadores viam-se inferiorizados não apenas por serem pobres e, por isso, extremamente dependentes desta venda, mas por estarem desunidos, entrando em concorrência entre si para o gáudio dos patrões. Ao contrário destes, que tendiam a gostar de concorrência⁸, os operários não tardaram a aprender que ela lhes era prejudicial. Na livre disputa entre empregados e desempregados pelo emprego, é fácil imaginar que o salário cai ao seu nível mínimo de subsistência e lá tenderá a ficar. Portanto, tornou-se vital para os operários evitar o confronto entre eles, organizando-se sob a forma de monopólio para compensar a superioridade econômica dos compradores de força de trabalho.

Na fase histórica sob exame – o primeiro século a partir da revolução industrial – os sindicatos são formados exclusivamente por trabalhadores qualificados, sejam estes artesãos ou operadores de máquina. Os não-qualificados eram principalmente mulheres e crianças e sua pobreza e desamparo eram, na época, obstáculos intransponíveis à sua organização sindical. Os trabalhadores qualificados tinham suas organizações de ofício, chamadas *trades*. Em cada local, havia uma *trade* ou *trade club* para cada ofício. Uma *trade union* era uma associação de clubes do mesmo ofício de um conjunto de cidades, abrangendo uma região ou várias e até mesmo o país.

"Estes clubes faziam encontros algumas vezes em cafés, mas mais freqüentemente em tavernas – pois não havia outro lugar disponível. (...) Os objetivos do clube eram, para começar pelo mais importante, comprar cerveja e ter fins de tarde alegres; em segundo lugar, iniciar e aceitar aprendizes ao ofício depois que eles serviram seu tempo legal, com uma cerimônia solene e bastante ridícula, possivelmente copiada dos maçons; em terceiro lugar, manter fundos para enfermidade e para enterro; em quarto lugar, proporcionar um 'endereço' para os mestres em que trabalhadores qualificados podiam normalmente ser encontrados – uma bolsa de trabalho primitiva; em quinto lugar, defender as regras de ofício existentes, tais como a limitação do número de aprendizes; nisso, os membros tinham geralmente o apoio dos pequenos mestres que trabalhavam e que durante muitos anos freqüentemente eram membros eles mesmos do clube. (...) Mas, dados estes objetivos, era apenas natural que a eles se somasse, de vez em quando, a defesa dos salários quando atacados ou mesmo o seu aumento quando o custo de vida subia" (Cole e Postgate, 1956, p. 170).

Estes clubes eram, entre outras coisas, sociedades mutualistas, como o terceiro objetivo deixa claro. A iniciação de aprendizes, apesar do ridículo da cerimônia, tinha a função essencial de manter a unidade dos trabalhadores: ninguém estava autorizado a exercer o ofício sem ter sido

aprendiz e a promoção deste era feita pelo clube que desta forma se assegurava que todos os trabalhadores deste ofício pertenciam a ele. Sociedades mutualistas são tradicionais, embora os *trade clubs* do século XVIII e do seguinte fossem muito mais novos do que alegavam. Era grande o prestígio da tradição na época, de modo que é compreensível que os clubes de ofício procurassem amparar-se nela.

A defesa ocasional do salário é que requeria a união dos clubes da mesma região, em virtude do alargamento do mercado de trabalho produzido pela revolução capitalista. Esta não só começou a pôr em contato as diversas cidades, por canais e, em seguida, por ferrovias, como também promoveu a expulsão em massa de pessoas do campo, o que criava uma oferta itinerante de força de trabalho, não-qualificada e desesperada. Além disso, as novas máquinas que os capitalistas estavam introduzindo eram movidas por motores hidráulicos ou motores a vapor, o que tornava a força física dos homens menos imprescindível. Se os clubes de ofício não se combinassem para resistir, as regras costumeiras que regulavam seu trabalho seriam rapidamente abolidas pelo avanço do sistema fabril.

No final do século XVIII, havia sindicatos – *trade unions* – relativamente fortes na Inglaterra e que ofereciam resistência à revolução capitalista em seus ofícios. Foi em reação a esta resistência que os *Combination Acts* foram adotados, como vimos acima, pelo parlamento em 1799. Já antes, haviam sido aprovadas cerca de 40 leis proibindo combinações de trabalhadores em ofícios específicos. Mas, a implementação destas leis deixava a desejar. Com a marcha cada vez mais ampla da industrialização, mais e mais ofícios eram atingidos, o que provocava a formação de *trade unions* para a sua defesa. Só que, a partir de 1799, a legislação dava toda liberdade e incentivo aos juizes para condenar os sindicalistas, o que de fato acarretou a destruição de parte dos sindicatos.

A legislação britânica dava proteção aos trabalhadores, atribuindo aos juizes a fixação de salários quando patrões e empregados divergiam; além disso, a lei do aprendizado tornava legal limitar a oferta de força de trabalho. Impedidos pelos *Combination Acts* de agir diretamente, os sindicatos passaram a dirigir-se aos tribunais para solicitar que fixassem salários e garantissem os direitos de exclusividade aos que fizeram o aprendizado regular. Em cada caso, a legislação protetora dos trabalhadores foi suspensa pelo parlamento e finalmente revogada. "No fim da guerra (napoleônica) já não havia qualquer pretensão de proteção ao trabalhador" (Cole e Postgate, 1956, p. 176).

Desta maneira, a organização econômica dos trabalhadores em defesa de seus direitos tradicionais contra a ameaça da industrialização foi tornada ilegal e efetivamente reprimida, até 1824. Como vimos acima, neste ano os *Combination Acts* foram revogadas, o que permitiu aos sindicatos reemergir à luz pública e retomar suas atividades. Só que neste quarto de século a revolução capitalista já havia avançado ramo após ramo, redefinindo os processos de trabalho com a exclusão dos trabalhadores qualificados para o trabalho artesanal ou manufactureiro.

O sindicalismo, que ressurgiu após o fim dos *Combination Acts*, passou a ser fortemente influenciado pelas idéias de Owen. Isso era lógico. Como a oposição ao industrialismo mostrava-se inviável, a única opção que restava aos trabalhadores era desenvolver um projeto de sociedade em que seus interesses pudessem ser realizados através do aproveitamento das forças produtivas desencadeadas pelas máquinas e pelos motores. O perfil de John Doherty, o mais importante líder operário desta fase, esclarece a revolução ideológica sofrida pelo movimento operário.

"John Doherty, que veio a Lancashire de Ulster em 1817, era neste período de longe o líder do movimento sindical do Norte. Um owenista ardente, ele considerava o sindicalismo não só um meio de proteger as condições de vida da classe trabalhadora, mas também um instrumento para mudar a base da ordem econômica. Ele almejava não só criar uma poderosa e abrangente sociedade de fiandeiros de algodão, cobrindo todas as áreas da Grã-Bretanha, mas fundir toda classe operária num corpo fortemente unido para a proteção mútua e para a criação de um novo sistema social" (Cole e Postgate, 1956, p. 236).

Em 1829, Doherty conseguiu reunir uma conferência na Ilha de Man, que representava os fiandeiros da Inglaterra, Escócia e Irlanda e na qual foi fundada a *Grand General Union of All the Spinners of the United Kingdom* (grande união geral de todos os fiandeiros do Reino Unido). Logo em seguida, Doherty começou a preparar o que chamaríamos hoje de central sindical. Em março de 1830 ele fundou o *United Trades Co-operative Journal* e em junho do mesmo ano ele conseguiu lançar numa conferência bem representativa a Associação Nacional para a Proteção do Trabalho, que pretendia unir todos os sindicatos do país. No clima de agitação pela reforma parlamentar, a Associação passou a crescer rapidamente, conseguindo a adesão de sindicatos de todos os ramos.

Nesta altura, é preciso introduzir as cooperativas, que tinham sua origem também em reações defensivas de trabalhadores, no caso contra preços altos de bens de primeira necessidade. A mais antiga cooperativa, com existência documentada, parece ter sido iniciativa de trabalhadores empregados nos estaleiros de Woolwich e Chatham, que em 1760 fundaram moinhos de cereais em base cooperativa para não ter de pagar os altos preços cobrados pelos moleiros, que dispunham de um monopólio local. No mesmo ano, o moinho de Woolwich foi incendiado e os padeiros da localidade foram acusados de serem os culpados. Graças ao incidente, a história registrou a existência destas duas cooperativas de produção.

Moinhos e padarias cooperativas multiplicaram-se na Inglaterra, sobretudo depois que começaram as guerras contra a França (1793) e o preço do trigo disparou. A cooperativa de consumo mais antiga, registrada pela documentação, foi a da sociedade dos tecelões de Fenwick, iniciada em 1769. A segunda mais antiga foi outra cooperativa escocesa, a *Govan Victualling Society*, de 1777. A mais antiga cooperativa de consumo inglesa foi a *Oldham Co-operative Supply Company*, de 1795. E como exemplo antigo de cooperativas de produção não destinadas a abastecer seus sócios, cita-se a formada pelos alfaiates de Birmingham, em 1777 (Cole, 1944, p. 13–15).

É provável que as cooperativas tenham sido um desdobramento lógico das atividades dos *trade clubs* enquanto sociedades mutualistas. Trabalhadores, que mantêm fundos comuns para atender emergências como doenças e óbitos, têm facilidade para criar outros fundos destinados a compras em comum e até para projetos mais ambiciosos, como moinhos e padarias. Antes da generalização do vapor, as fábricas se localizavam à beira das correntes d'água, muitas vezes afastadas de qualquer centro urbano. Nestas condições, os empregadores alugavam moradias aos trabalhadores e montavam armazéns para abastecê-los.

Estes armazéns eram monopólios e poucos patrões resistiam à tentação de explorar seus empregados, vendendo-lhes artigos, algumas vezes adulterados, a preços muito altos. Além disso, os trabalhadores precisavam comprar fiado, quando o dinheiro acabava antes do próximo pagamento. O que dava lugar a novos abusos, pois o patrão acumulava os papéis de fornecedor monopolista e usurário, cobrando juros elevados pelo crédito concedido (No Brasil, o endividamento incessante dos colonos das fazendas de café no "barracão" era notório). A difusão das cooperativas de consumo foi causada pelo desejo

de escapar desta tripla exploração pelo capital, enquanto empregador, fornecedor e agiota.

A difusão inicial das cooperativas coincide com a revolução industrial, o que dificilmente terá sido por acaso. Como vimos na parte inicial, a revolução industrial ocorre numa conjuntura favorável à manufatura, em que inovações técnicas barateavam os produtos e permitiam expandir fortemente a produção. Neste período, diferentes categorias de trabalhadores qualificados gozavam condições favoráveis no mercado de trabalho, o que deve lhes ter proporcionado meios para desdobrar atividades mutualistas, iniciando cooperativas de consumo e de produção para autoconsumo. A situação destes trabalhadores só vai piorar nitidamente após o fim das guerras napoleônicas, quando crises e depressões se sucedem com rapidez. Vale observar que, tal qual os sindicatos, também as cooperativas foram sempre iniciativas de trabalhadores qualificados.

Ao mesmo tempo que cooperativas iam sendo organizadas pelos clubes de ofícios, as idéias de Owen iam sendo aceitas e adaptadas. "Em 1820, George Mudie, editor do jornal *Sun*, associado a um grupo composto principalmente por impressores londrinos, propôs um 'plano' de uma

comunidade. O 'plano' de Mudie era apenas parcialmente derivado de Owen, cujos pontos de vista a respeito de religião ele não compartilhava. Propôs que ele e seus companheiros impressores e jornalistas se juntassem para adquirir acomodações em que pudessem viver em comunidade e exercer seus ofícios para seu benefício comum. No ano seguinte, a comunidade proposta foi efetivamente formada e Mudie com seus amigos imprimiram e publicaram, em 1821 e 1822, o primeiro jornal cooperativo intitulado *The Economist*. Sua sociedade, a Sociedade Cooperativa e Econômica de Londres, é a primeira iniciativa cooperativa conhecida na área de Londres e a primeira em qualquer lugar a incorporar um evangelho social definido. Ela rapidamente encontrou um sucessor menos ambicioso depois que desistiram do experimento de morar junto em comunidade. *The Economist* foi sucedido, em 1823, pelo *The Political Economist and Universal Philantro pist...*" (Cole, 1944, p. 21).

Outros experimentos cooperativos, em escala ainda mais ambiciosa, foram realizados por esta época: centenas de owenistas se estabeleceram em Orbiston, em 1826, formando uma comunidade que parecia exitosa até o súbito falecimento de seu idealizador e principal financiador Abraham Combe, em 1827, o que acarretou a dissolução do empreendimento e a venda em hasta pública do imóvel; na Irlanda estabeleceu-se a *Ralahine Co-operative Community*, entre 1831 e 1833, numa propriedade rural cujo dono, John Scott Vandaleur, convenceu os arrendatários a formar uma comunidade e arrendá-la não mais individual mas coletivamente. Durante dois anos a renda foi paga pontualmente e as condições de vida na comunidade melhoraram sensivelmente. Infelizmente, Vandaleur perdeu a propriedade no jogo e o novo dono encerrou a experiência.

E houve outras "aldeias cooperativas", inclusive duas dirigidas pessoalmente por Owen: uma, entre 1825 e 1829, denominada *New Harmony*, em Indiana, EUA; a outra foi Queenswood ou *Harmony Hall*, iniciada em 1839 e terminada em 1846. A comunidade era financeiramente insustentável, sendo mantida por generosas contribuições de ricos simpatizantes. "Os grupos socialistas em todo o país estavam ficando cansados das repetidas solicitações de dinheiro para sustentar a comunidade de Queenswood quando eles queriam usar tudo o que conseguiam levantar para financiar suas próprias atividades locais. (...) muitos dos owenistas mais influentes renunciaram, inclusive os que tinham provido a maior parte do dinheiro. Em 1845, um congresso especial, realizado em Londres, decidiu encerrar o caso; e no ano seguinte o fim chegou quando em junho de 1846, Finch, como um dos curadores, despejou o governador Buxton e vendeu *Harmony Hall* a George Edmondson, quem depois, durante muitos anos, manteve ali com sucesso uma escola progressista" (Cole, 1944, p. 35–36).

Esta última experiência tinha por finalidade oferecer ao mundo um modelo de "aldeia cooperativa", para que o exemplo frutificasse numa quantidade crescente de novas aldeias na Grã-Bretanha e em outros países. E de fato, durante alguns anos, Queenswood foi centro de peregrinação de simpatizantes e curiosos. Mas, fora a escola progressista de Edmondson, nada sobrou desta tentativa. O que não impediu que, ao longo do tempo, variados movimentos socialistas, comunistas, anarquistas, alguns religiosos e outros não, iniciassem experiências comunitárias coletivistas em muitos países. Uma das tentativas que logrou mais êxito, inclusive econômico, tendo atravessado todo século XX, foi o dos assentamentos coletivos judaicos na antiga Palestina e atual Israel.

Mais importante, do ponto de vista social, foi a proliferação de cooperativas ligadas mais ou menos diretamente a sindicatos de trabalhadores de ofício. Conhecem-se pelo nome mais de 250 sociedades cooperativas formadas entre 1826 e 1835, que é o período de máximo florescimento do cooperativismo owenista. Havia cooperativas em todas as áreas industriais do país, exceto no País de Gales (Cole, 1944, p. 25).

A interconexão ideológica e organizacional de sindicatos e cooperativas operárias era muito forte. "Tio logo o sindicalismo começou seu rápido crescimento, muitos trabalhadores começaram a perceber estreita afinidade entre os evangelhos sindical e owenista. Eles, tanto quanto Owen, estavam se revoltando contra os males da sociedade capitalista competitiva; eles, tanto quanto ele, estavam em busca de uma nova ordem social à base da idéia de fraternidade humana. Eles começaram a reinterpretar o owenismo em seus próprios termos, transformando as 'aldeias de cooperação' propostas por ele de presentes oferecidos pelas classes governantes aos pobres em

associações operárias autogovernadas a serem criadas pelos esforços dos próprios operários" (Cole e Postgate, 1956, p. 242).

As cooperativas formadas por sindicalistas integravam-se diretamente na luta de classes. Doherty, como vimos acima, organizou em 1830 a Associação Nacional para a Proteção do Trabalho em que tentou unificar todos os sindicatos de ofício da Grã-Bretanha. Esta era uma central puramente sindical, "mas Doherty era um owenista ardente e difundiu a idéia do auto-emprego cooperativo por todo lugar em que trabalhadores se organizavam. *Tornou-se comum grevistas, em ofícios que podiam ser exercidos sem muito maquinário, em vez de cruzar os braços, se lançarem a competição com seus empregadores em esquemas de produção cooperativa* (grifado por mim). (...) Muitas das numerosas sociedades cooperativas que foram formadas no fim dos 1820 ou no início dos 1830 eram desta espécie, ou surgidas de greves ou criadas diretamente por grupos locais de sindicalistas que tinham salários rebaixados ou não conseguiam emprego. Algumas destas cooperativas eram definitivamente patrocinadas por sociedades locais de ofício; e outras foram montadas com a ajuda de sociedades beneficentes cujos membros pertenciam ao mesmo ofício" (Cole, 1944, p. 24).

Estas cooperativas, embora socialistas em espírito (no sentido de se considerarem pioneiros de uma sociedade melhor, que no futuro substituiria o capitalismo), eram diferentes das comunidades cooperativas freqüentemente formadas por gente de classe média e dependentes de contribuições filantrópicas para se estabelecer e, não poucas vezes, para subsistir. Estas cooperativas, que podemos chamar de "operárias", surgem da luta de classes e muitas vezes foram criadas para enfrentar e eliminar a empresa capitalista do mercado. A idéia era ingênua, mas empolgou os trabalhadores britânicos durante as jornadas quase revolucionárias dos 1820 e 1830. Ao contrário das cooperativas que chamaremos de "comunitárias", as operárias constituíram, neste período, um genuíno movimento de massas, participando diretamente das lutas sindicais.

Ao lado das cooperativas operárias, desempenharam um papel importante as sociedades owenistas de propaganda cooperativa. Visando reunir fundos para estabelecer "aldeias de cooperação", estas sociedades costumavam organizar armazéns cooperativos que distribuían os produtos das cooperativas operárias. Várias se transformaram em "bazares de escambo" ou "*equitable labour exchanges*" (bolsas de intercâmbio eqüitativo de trabalho), que promoviam o intercâmbio dos produtos de diferentes ofícios. As sociedades alugavam armazéns e aceitavam mercadorias produzidas individualmente ou coletivamente, para serem vendidas ou trocadas por outras. Daí desenvolviam-se cooperativas de consumo.

Foi desta maneira que se deu o encontro histórico entre Owen e o movimento operário britânico. Em 1832, Owen criou o *Labour Exchange*, uma bolsa de intercâmbio de trabalho em escala nacional. "Era um estabelecimento em Gray's Inn Road (com filiais ou armazéns satélites em Londres e províncias) em que 'pessoas industriosas' ou cooperativas depositavam os produtos de sua atividade – roupas, batatas, portas, artefatos de metal e tudo mais que eram então avaliados em tempo de trabalho (6 dinheiros por hora; trabalho qualificado a uma taxa maior; os materiais eram avaliados a preços de mercado) e postos à venda por preços que incluíam uma comissão pelo uso do *Exchange*. O produtor recebia notas de 'uma hora', 'duas horas' e assim por diante, que eram usadas então para comprar outros bens do *Exchange*" (Cole e Postgate, 1956, p. 263–264).

Cumprir notar que a instituição era notavelmente engenhosa, na maneira como combinava intermediação comercial e crédito. Os produtores não só tinham acesso a um mercado organizado, formado por eles próprios, como recebiam crédito imediato em notas de tempo de trabalho, o que permitia o giro rápido dos produtos sem uso de dinheiro externo. A avaliação em tempo de trabalho cumpria o que seria mais tarde codificado como um dos princípios do cooperativismo de consumo: a prática de preços justos. Em lugar de competição entre vendedores e barganha entre vendedor e comprador, o *Exchange* promovia intercâmbios a preços em que todos podiam confiar.

A bolsa de intercâmbio de trabalhos, criada por Owen, possivelmente com base na experiência dos *equitable labour exchanges*, teve enorme sucesso. O afluxo de mercadorias foi imenso e as lojas estavam lotadas de compradores. As "notas de trabalho" eram inclusive aceitas por comerciantes

fora do *Exchange*. A administração da bolsa era feita por delegados das cooperativas operárias. Entre novembro de 1832 e novembro de 1833, a bolsa teve lucro. Mas no ano seguinte ela começou a decair, em parte por causa de problemas econômicos – produtos em maior demanda, como carne e alimentos, tiveram que ser vendidos em parte por dinheiro e em parte por notas de trabalho, enquanto havia produtos que encalhavam, mesmo podendo ser comprados só por notas de trabalho – e em parte por causa do declínio do movimento sindical como um todo, como será visto adiante. Em outubro de 1834, o *Exchange* foi fechado.

Esta experiência pôs Owen em contato direto com os sindicatos e o movimento operário e deste encontro ele extraiu a convicção de que os trabalhadores poderiam ser os sujeitos de sua emancipação. "Ele se convenceu rapidamente que os sindicatos em pouco tempo – 5 anos – transformariam a sociedade existente em uma comunidade socialista mediante a tomada da indústria e sua posterior gestão cooperativa" (Cole e Postgate, 1956, p. 264).

Em setembro de 1833, Owen falou ao parlamento dos construtores, ou seja, ao encontro nacional de todos os sindicatos de ofício do ramo da construção civil. Convenceu-os a criar uma guilda e encarregar-se diretamente da construção sob forma cooperativa. Numa conferência, pouco tempo depois, Owen (como era comum aos socialistas utópicos) expôs um plano minucioso de organização socialista da produção: cada ofício formaria "lojas paroquiais", que mandariam delegados a "lojas de condado", que por sua vez mandariam delegados a "lojas provinciais", cujos delegados por sua vez se reuniriam em Londres com os delegados dos outros ofícios para regular a economia nacional. Em cada nível, a economia seria coletivamente organizada pelas lojas. O plano foi entusiasticamente recebido pela imprensa sindical e cooperativa.

Em outubro de 1833, Owen se dirigiu ao Congresso Cooperativo de Londres e propôs aos delegados o lançamento de uma *Grand National Moral Union of the Productive Classes of the United Kingdom* (Grande União Nacional Moral das Classes Produtivas do Reino Unido), que acabou substituíndo de certo modo a Associação Nacional para a Proteção do Trabalho, de John Doherty. Esta fora semidestruída, em 1831, em confrontos locais e regionais com os empregadores. Estes tinham se organizado e passado à ofensiva, usando como arma o locaute contra todos os trabalhadores sindicalizados. Embora a Associação Nacional promovesse a solidariedade entre os diferentes sindicatos de ofício, o poder da solidariedade inter-capitalista mostrou-se naquele momento superior. Cada sindicato, fortemente pressionado em sua base, teve de se afastar da central para defender sua existência.

Mas, em 1832, o grande movimento pela reforma parlamentar tinha mobilizado fortemente o operariado e sua exclusão dos frutos da vitória produziu vasta frustração. Como resultado, surgiu nova onda de militância sindical, a partir de 1833, desta vez sob a liderança direta de Owen.

A *Grand National Moral Union* "deveria ser construída por delegados de cada ofício organizado, em base de uniões paroquiais, distritais e provinciais e parece ter sido projetada para tomar toda a indústria do país da mesma forma como os construtores estavam se propondo a tomar a indústria de construção" (Cole, 1944, p. 27).

Estes planos revolucionários, se tinham o condão de entusiasmar sindicalistas e cooperadores, produziram efeitos opostos nos círculos burgueses. A ofensiva patronal contra os sindicatos, que tinha esmorecido um pouco em 1832, foi retomada com mais força e foi apoiada por redobrada repressão política por parte do executivo e judiciário. Teve lugar então um vasto confronto de classe, tanto político como econômico. É este aspecto que mais nos interessa aqui. Os mestres demitiam em massa os trabalhadores sindicalizados, que respondiam organizando cooperativas e procurando tomar o mercado dos patrões. Mas, para conseguir isso, precisavam sustentar os demitidos e impedir que os empregadores pudessem colocar em seu lugar outros trabalhadores não-sindicalizados.

A ação conjunta de estado e capital derrotou a coligação socialista de sindicatos e cooperativas. O governo resolveu dar uma demonstração de intolerância: prendeu 6 trabalhadores agrícolas de Dorsetshire por tomar juramentos de companheiros que passaram a integrar uma loja. Este simples fato, sem que houvesse sequer ameaça de greve, bastou para que fossem julgados e condenados

a 7 anos de desterro, em 18 de março de 1834. Owen organizou petições e uma demonstração de massa em Londres, mas sem resultado. A sentença foi crucial para liquidar o movimento sindical e cooperativo (Cole e Postgate, 1956, p. 267).

Mas, o confronto deu-se basicamente no terreno econômico. Enquanto os trabalhadores enfrentavam categorias isoladas de empregadores, prestando-se ajuda mútua, eles tinham possibilidades de ganhar algumas batalhas. Mas, quando o patronato se organizou e partiu unido em ofensiva para destruir os sindicatos, estes tiveram de capitular. "O meio escolhido ficou conhecido como 'o documento', um compromisso que todos os empregados eram obrigados a assinar. Prometiam renunciar ao sindicato e recusar apoio a outros membros do sindicato. Em intervalos, durante os anos de 1833 e 1834, ele foi apresentado em diversas cidades e em diversas indústrias" (Cole e Postgate, 1956, p. 266).

Para que os trabalhadores organizados em cooperativas pudessem disputar o mercado aos capitalistas, eles precisariam, no mínimo, dispor de capital suficiente para manter a maioria ocupada. Quando ofícios inteiros eram vítimas de locaute, a escala do confronto era definida pelos capitalistas, que venciam os trabalhadores pela fome. Quando a iniciativa tinha sido dos trabalhadores, era possível limitar o âmbito das greves em cada momento de modo a ter sempre uma proporção suficiente de companheiros trabalhando, cujas contribuições sustentavam os que se privavam transitoriamente do salário. Nestas condições, a produção cooperativa dos grevistas podia reforçar o fundo de greve. Mas, quando os patrões faziam locaute geral, obrigavam todos os trabalhadores a produzir e vender em escala suficiente para sustentar todos os trabalhadores. O que era manifestamente impossível.

O grande movimento de mercadorias *no Labour Exchange* possivelmente era um reflexo do vasto movimento grevista e de locaute que teve lugar em 1833/34. Mas o escoamento de produtos que o *Exchange* poderia proporcionar era provavelmente muito menor do que o oferecido pela rede comercial convencional, à qual as cooperativas operárias não podiam recorrer regularmente. Deste modo, quando a onda de locautes começou a quebrar a resistência sindical, tanto a Grande União Nacional Moral como a bolsa de intercâmbio de trabalho desabaram juntas, em fins de 1834.

O renascimento do cooperativismo: Rochdale – 1844

Do fracasso do owenismo e, depois, do cartismo resultou um período de letargia do movimento operário britânico. Mas, muitos sindicatos sobreviveram e provavelmente cooperativas também. Até meados do século XIX, as instituições anticapitalistas, criadas pelo movimento operário, tinham em geral existência precária. Movimentos políticos, sindicatos e cooperativas passavam por um momento de euforia, forte mobilização e confronto. Quando o confronto terminava com a derrota do movimento operário – o que foi sem dúvida o caso na maioria das vezes – movimentos políticos, sindicatos e cooperativas ou desapareciam de vez ou hibernavam em situação de letargia pública, combinada freqüentes vezes com atividades de pequenos grupos na clandestinidade.

Em 1844, Rochdale, cidade industrial perto de Manchester, assistiu à fundação de uma sociedade cooperativa, a *Society of Equitable Pioneers*, que à primeira vista seria apenas mais uma entre as muitas formadas nas décadas precedentes. Mas, esta cooperativa estava predestinada não só a perdurar e crescer mas a se tornar a matriz de todas as cooperativas modernas. A saga dos Pioneiros Equitativos de Rochdale epitomiza uma nova etapa da história do movimento operário, de confronto e adaptação ao capitalismo.

Os 28 fundadores da Sociedade dos Pioneiros eram todos trabalhadores de ofícios, a grande maioria tecelões, já que Rochdale era um importante centro têxtil. À sua testa encontravam-se líderes owenistas e cartistas, cujas histórias refletiam as vicissitudes do movimento operário britânico da época. Ao que parece, a motivação imediata para a fundação da Sociedade foi uma longa greve de tecelões, que ocorreu em 1844 e terminou em derrota.

Mas, o contexto mais geral era marcado pela desilusão com Owen, que fez Queenswood depender das contribuições de simpatizantes ricos e tolerou o uso de trabalho assalariado por parte de moradores de classe alta, que não se dispunham a realizar pessoalmente trabalho manual. Estas posturas levaram a uma cisão do movimento owenista, liderada por George Jacob Holyoake, um dos gigantes do cooperativismo. Entre os Pioneiros estavam os que tinham encabeçado a corrente favorável a que em Queenswood ninguém pudesse se furtar ao trabalho e que a comunidade deveria se auto-sustentar com o próprio trabalho (Cole, 1944, p. 57–58).

A Sociedade dos Pioneiros tinha por objetivos: fundar um armazém para abastecer os sócios, construir casas para os mesmos, manufaturar artigos para dar ocupação a sócios desempregados ou com salários reduzidos, comprar ou arrendar terras com a mesma finalidade e criar uma comunidade auto-sustentada pelo trabalho de seus membros, além de um hotel de temperança. Fica claro que os Pioneiros continuavam fiéis ao ideal socialista de vida em comum à base da produção coletiva, compartilhada eqüitativamente e que o estabelecimento de cooperativas de consumo e de produção era visto como passos sucessivos no caminho ao objetivo final.

O primeiro passo foi a criação de um armazém cooperativo. Ao dar este passo, os Pioneiros inovaram ao adotar 8 regras que evitaram fragilidades causadoras do fracasso de inúmeras tentativas anteriores. A primeira regra é que a Sociedade seria governada democraticamente, cada sócio tendo um voto, independentemente do capital que tenha investido. Este é um princípio essencial, que distingue o cooperativismo do capitalismo. Na empresa capitalista, o poder de decisão se origina do capital aplicado; em cooperativas, todos os sócios devem ter o mesmo poder de decisão.

A segunda regra é que a Sociedade seria aberta a qualquer pessoa que quisesse se associar, desde que integre uma quota mínima e igual para todos de capital (no caso de uma libra). Este princípio evita a degeneração de cooperativas com êxito nos negócios, que soem proporcionar ponderável excedente

em relação ao capital aplicado. Em tais casos, os sócios fundadores tendiam a fechar a cooperativa a novos sócios, expandindo-a mediante o assalariamento de trabalhadores ou através da admissão de novos sócios, mas em condições inferiores às dos fundadores. Isso levava à exploração dos novos sócios ou dos assalariados pelos fundadores.

A terceira regra é sobre a divisão do excedente: o capital investido faria jus a uma taxa fixa de juros (no caso de 10%). A finalidade era evitar que todo excedente fosse apropriado pelos investidores, que é o princípio capitalista. Ao limitar a remuneração do capital a uma porcentagem fixa, a regra determina que o restante do excedente seja repartido segundo outro critério.

A quarta regra constitui este critério: o excedente que sobra depois de remunerado o capital deve ser distribuído entre os sócios conforme o valor de suas compras. Pretendia-se com isso estimular os cooperados a utilizar os serviços da sociedade, premiando-se os que lhe dessem preferência. A Sociedade precisava tanto do capital como da demanda dos sócios. A terceira e a quarta regras fixavam a repartição do excedente de uma forma que estimulasse tanto a inversão de poupança como as compras na cooperativa.

A quinta regra estabelece que a Sociedade só venderia à vista. Esta foi uma regra dura para os trabalhadores expostos a crises industriais periódicas, em que muitos ficavam desempregados. Mas, por isso mesmo, cooperativas que vendiam fiado acabavam falindo em períodos de crise. O máximo que a Sociedade se dispunha a fazer pelos sócios em dificuldades era permitir-lhes retirar o capital aplicado nela, exceto a quota mínima de uma libra.

A sexta regra manda a Sociedade vender apenas produtos puros e de boa qualidade. Esta regra foi talvez a que mais beneficiou os sócios (Cole, 1944, p. 70–71), pois na época a adulteração de alimentos e outros bens de consumo era muito comum. Suas maiores vítimas eram os mais pobres que não tinham como pagar por produtos autênticos. A Sociedade dos Pioneiros, ao adotar esta regra (assim como também a quinta), acabou por excluir de seu quadro os trabalhadores mais pobres.

A sétima regra ditava o desenvolvimento da educação dos sócios nos princípios do cooperativismo. Esta é sem dúvida uma das heranças do owenismo, que os Pioneiros de Rochdale transmitiram ao cooperativismo moderno.

A oitava regra determinava que a Sociedade seria neutra política e religiosamente. Este princípio é decorrência lógica da regra que abre a Sociedade a novos sócios. Se a cooperativa assume caráter político ou religioso, ela exclui implicitamente os que pensam diferentemente. Na época, a neutralidade que interessava era entre as correntes radicais em que se dividia o owenismo e o cartismo e entre as seitas cristãs dissidentes – ninguém imaginaria que pessoas fora destes parâmetros pudessem vir a integrar a Sociedade. Posteriormente, a Sociedade cresceu tanto que passou a contar com membros de praticamente todas as persuasões políticas e religiosas.

De acordo com Cole (1944, cap. IV) nenhuma destas regras em si é original; todas elas já tinham sido inventadas e aplicadas por diferentes cooperativas antes dos Pioneiros. Mas, nenhuma cooperativa tinha se regido pelo conjunto das oito e nisso está a inovação que separa o cooperativismo moderno do antigo. E que o conjunto assegura ao mesmo tempo a autenticidade socialista da cooperativa (autogoverno democrático, abertura a novos sócios, educação cooperativa e neutralidade política e religiosa) e a sua viabilidade enquanto empreendimento econômico (taxa fixa de juros, dividendos proporcionais às compras, vendas exclusivamente a dinheiro e venda de produtos puros).

A Sociedade dos Pioneiros começou a funcionar muito modestamente, em 21/12/1844, com capital de 28 libras, coberto em parte por um empréstimo do Sindicato dos Tecelões. Mas, desde o início ela cresceu e praticamente não parou mais. Um ano depois, o quadro de sócios tinha aumentado de 28 para 74. Durante os primeiros anos, o crescimento foi modesto, mas em 1849 *O Rochdale Savings Bank* faliu, o que fez com que muitos ex-depositantes se associassem aos Pioneiros. O número de sócios subiu de 140, em 4848, para 390 no ano seguinte. Vale notar que já então a Sociedade atraía sócios enquanto caixa de depósitos, pois além de inspirar confiança ela pagava uma taxa atraente de juros (10%).

Contando com crescente número de sócios e capital em rápida expansão, os Pioneiros passaram a diversificar os serviços que prestavam: em 1846, começaram a realizar debates aos sábados à tarde; em 1848, abriram sala de jornais; no ano seguinte criaram uma alfaiataria e uma biblioteca; em 1850, fundaram a primeira cooperativa de produção, o Moinho Cooperativo de Rochdale. Esta cooperativa, depois de superar dificuldades iniciais, progrediu constantemente, passando a suprir outras cooperativas da área, além dos Pioneiros. Em 1856, a cooperativa mudou do velho moinho que tinha alugado para um novo, construído por ela. Em 1860, suas vendas atingiam 133 mil libras e seus lucros mais de 10 mil libras. Ela operou autonomamente até 1906, quando foi absorvida pela *Co-operative Wholesale Society* (sociedade cooperativa atacadista).

Em 1852, a Sociedade abriu um departamento de fabricação de sapatos e tamancos. Em 1853, ela estabeleceu um fundo educacional, ao qual foram destinados 2,5% do excedente. Entre 1850 e 1855, os Pioneiros mantiveram uma escola em sua sede e a sala de jornais e biblioteca eram centros de educação de adultos. Outra iniciativa foi abrir um departamento de atacado, a partir de 1850, que também atendia outras cooperativas da área.

Em 1854, os Pioneiros fundaram uma segunda cooperativa de produção, a *Rochaale Co-operative Manufacturing Society*, que começou funcionando em espaço alugado com 96 teares automáticos; pouco depois alugaram mais espaço para instalar uma fiação com 5.000 fusos. Em 1859, a cooperativa construiu planta própria para instalar tecelagem e fiação e, em 1862, foi iniciada a construção de uma segunda planta, que iniciou a produção em 1866. Os Pioneiros deram personalidade jurídica separada a suas cooperativas de produção porque tinham desistido do intento original de constituir uma "aldeia cooperativa", em que todos seriam ao mesmo tempo produtores e consumidores do resultado do trabalho comum. A comunidade teria sido cooperativa de produção e de consumo, possivelmente com troca eqüitativa de trabalhos.

Cooperativas de consumo tendiam, como a Sociedade, a promover a produção de parte das mercadorias que distribuía. Nestes casos – como, p. ex., a produção da alfaiataria, sapataria etc.

– os operários eram assalariados da Sociedade, numa relação de produção capitalista. Mas, isso os Pioneiros queriam evitar. Por isso deram aos seus empreendimentos produtivos maiores, como o moinho e a tecelagem, personalidade jurídica própria, para que pudessem ser autogovernados pelos próprios trabalhadores.

Mas, mesmo fazendo isso, os Pioneiros não conseguiram evitar conflitos. A tecelagem cooperativa remunerava o capital investido com taxa de juros de 10% e pagava aos trabalhadores um bônus de 20% sobre os salários. Mas, a depressão de 1857/58 reduziu o excedente, o que obrigou a cooperativa a reduzir a 5% os juros pagos aos acionistas, sendo o restante do excedente repartido por igual entre trabalhadores e acionistas, entre os quais se encontravam os Pioneiros e muitos sócios individuais. Em 1860, os novos acionistas propuseram eliminar o bônus aos operários. Houve 571 votos pela abolição e 277 contra. Como a proposta não atingiu os 2/3 estatutários dos votos, ela foi rejeitada e o bônus foi mantido.

Em 1862, a Guerra Civil nos Estados Unidos provocou a "fome de algodão" em Lancashire. A escassez de algodão "americano" semiparalisou a indústria têxtil, mas a Sociedade Cooperativa Industrial de Rochdale manteve o pagamento integral dos salários. Isso indignou parte dos acionistas, muitos deles tecelões ou fiandeiros desempregados. A proposta de eliminar o bônus aos trabalhadores voltou com mais força e acabou aprovada. "Assim terminou o grande experimento de Rochdale em cooperação produtiva. Os líderes dos Pioneiros estavam amargamente desapontados com o que consideravam apostasia dos acionistas e a notícia da deserção foi um grave golpe em todo país sobre a causa da cooperação, como era entendida então" (Cole, 1944, p. 90).

E como continua sendo entendida, acrescentamos nós, até hoje. Sem o bônus, a Sociedade Industrial foi transformada numa empresa capitalista, objetivando o lucro e dominada pelos seus acionistas. A transformação foi possível porque a decisão foi tomada só pelos acionistas, entre os quais havia pouquíssimos trabalhadores da cooperativa. Dos 500 trabalhadores cooperados, apenas cerca de 50 eram acionistas. Numa autêntica cooperativa teria de vigorar a regra número um dos Pioneiros: cada trabalhador teria um voto e todos os trabalhadores teriam de subscrever ao menos a quota mínima de capital.

A Sociedade dos Pioneiros foi crescendo intensamente nas décadas seguintes. O número de sócios passou de 390 em 1849 a 2.703 em 1859, a 5.809 em 1869 e a 10.427 em 1879. E o seu capital se expandiu ainda mais, passando de 1.194 libras em 1849 a 27.060 libras em 1859, a 93.423 libras em 1869 e a 288.035 libras em 1879. O capital por sócio passou de 3,06 libras em 1849 a 10 libras em 1859, a 16 libras em 1869 e a 27,6 libras em 1879. A Sociedade cresceu enquanto entidade pública, a serviço dos trabalhadores de Rochdale e cresceu ainda mais como meio seguro e rentável de aplicação de poupanças (Cole, 1944, p. 81).

A grande disponibilidade de capital permitiu aos Pioneiros lançar-se a novos empreendimentos, cumprindo todos os objetivos propostos, salvo o desenvolvimento de produção agrícola e o estabelecimento de uma comunidade cooperativa. Em 1861, fundaram a *Rochdale Land and Building Co.*, uma cooperativa habitacional devotada à construção de moradias para operários e que operou pelo menos até 1889. No mesmo ano formaram a *Rochdale Equitable Provident Sick and Benefit Society*, uma associação de beneficência mútua.

Além disso, os Pioneiros continuaram desenvolvendo novas cooperativas de produção. Entre 1869 e 1875, operou a *Rochdale Industrial Card Making Society*; em 1868, a Sociedade iniciou a manufatura de tabaco. O aumento do capital depositado pressionou os Pioneiros a fazer novos investimentos, inclusive expandir a própria cooperativa de consumo. Em 1856, abriram a primeira filial, com muitas hesitações, pois sabiam que este passo os levaria a competir com outras sociedades cooperativas das redondezas. Superados os escrúpulos, novas filiais foram abertas e cooperativas menores foram absorvidas pela Sociedade, tornando-se filiais da mesma. Obviamente, os ganhos de escala favoreciam a centralização do capital cooperativo.

Nenhuma das oito regras obrigava a cooperativa a aceitar qualquer volume de depósitos. Essa "nona" regra transformaria a cooperativa de consumo em cooperativa de crédito, do que não se

cogitou. Por isso, a Sociedade foi pressionada a se expandir pelo avolumamento dos depósitos. Ela poderia limitar o total de depósitos que desejava ou reduzir a taxa de juros paga aos depositantes, mas nada disso foi feito. Apenas em 1869, o embaraço causado pelo excesso de capital levou a Sociedade a solicitar aos sócios não-compradores e às sociedades mutualistas que retirassem seus depósitos.

A cooperativa de Rochdale mostrou excepcional capacidade de adaptação às oportunidades e riscos da economia de mercado, sem abrir mão de princípios socialistas na organização de atividades econômicas. Tornou-se, por isso, modelo das cooperativas que foram se criando não apenas na Grã-Bretanha mas em todos os países em que a revolução social capitalista estava ocorrendo.

Lições da experiência britânica

A Grã-Bretanha foi palco da primeira revolução social capitalista da história e das reações da classe trabalhadora a esta revolução. Durante cerca de 100 anos, a Grã-Bretanha foi a maior e mais completa economia industrial e capitalista do globo. Somente no último quartel do século XIX, a Grã-Bretanha foi alcançada e superada pelos Estados Unidos e pela Alemanha, cujas revoluções capitalistas começaram depois da britânica e foram fortemente influenciadas pela última.

A vantagem de estudar a revolução capitalista britânica é a possibilidade de observá-la em isolamento, pois ela foi menos afetada por fatores externos do que as revoluções posteriores. A primeira lição a tirar é que a revolução capitalista é movida (como supunha Marx) pelo revolucionamento das forças produtivas, que fomenta a generalização das relações sociais de produção capitalistas. A revolução industrial gera forças produtivas que não cabem no quadro da produção simples de mercadorias. O custo do maquinário exige a apropriação capitalista do excedente social e sua acumulação sob a forma de capital industrial, num primeiro momento, e de capital acionário em seguida.

Para viabilizar a acumulação na escala exigida pelas novas forças produtivas, foi necessário instituir a moeda-papel e o padrão-ouro, a sociedade anônima, a responsabilidade limitada e a bolsa de valores, o livre-câmbio, o governo representativo, a divisão de poderes, o império da lei e as liberdades civis. A essência da revolução social capitalista é esta série contínua de transformações institucionais, que ao longo dos séculos XVIII e XIX revolucionou a supra-estrutura jurídica, política e financeira da Grã-Bretanha.

A transformação institucional provocada pela ascensão do capitalismo não foi só positiva, como o enunciado acima dá a entender. Cada nova instituição toma o lugar de outras, que são destruídas. A moeda-papel e o padrão-ouro substituem, por exemplo, as notas emitidas por bancos privados, muito pouco controlados pela inexistência de uma autoridade monetária. O novo regime monetário destrói o banqueiro local ou provincial, cuja função decorria do relativo isolamento dos mercados em que atuava. O livre-câmbio destrói grande parte da agricultura britânica, incapaz de concorrer com cereais e carne produzidos além-mar.

Uma instituição crucial, que a introdução do *laissez-laire* destrói, é a regulamentação extramercado das relações mercantis, que se fazia mediante decretos reais, regulamentos corporativos e regimes protecionistas contra produtos importados não só do exterior mas também do campo, provindos do sistema capitalista de produção doméstica e assim por diante. Todos os regulamentos que privilegiavam o trabalho artesanal em moldes tradicionais foram devidamente revogados.

Esta mudança institucional atingiu a classe trabalhadora, tal qual ela se encontrava então socialmente estruturada. A liberdade conquistada pelo capital de empregar trabalhadores nas condições determinadas pela lei de oferta e demanda possibilitou o permanente revolucionamento

dos processos de trabalho e a conseqüente destruição das habilidades adquiridas, que simplesmente deixam de encontrar aplicação nos ramos que passam a ser dominados pela maquinofatura. O avanço do capitalismo nivela os trabalhadores por baixo, ao transformá-los em operadores de máquinas semiqualeificados.

É importante notar que este efeito crucial da primeira revolução industrial continua se repetindo como resultado da segunda e, atualmente, da terceira revolução industrial. As qualificações que foram destruídas pela primeira revolução industrial eram artesanais e consistiam em habilidades no manejo de ferramentas manuais ou máquinas simples, adquiridas por aprendizado no próprio trabalho. As qualificações que foram destruídas pela segunda revolução industrial eram em sua maioria semi-artesanais e consistiam em habilidades no manejo de máquinas e na execução de tarefas complementares às realizadas pela máquina. O desenvolvimento do automóvel, por exemplo, suscitou a criação de grande número de profissões semiqualeificadas, de motorista a mecânico e de operador de bomba de gasolina a guarda rodoviário, que tomaram o lugar de profissões derivadas do transporte animal, como cocheiros, criadores de cavalos, carpinteiros e outros profissionais engajados na fabricação de carroças, carruagens etc.

Atualmente, a terceira revolução industrial, nos quadros institucionais oriundos da revolução social capitalista, prossegue na marcha destruidora de qualificações profissionais e criadora de novas qualificações, cada vez mais adquiridas em escolas. Telefonistas, secretárias, arquivistas, mensageiros, operadores de máquinas automáticas etc., são progressivamente substituídos por digitadores, montadores e reparadores de micros, criadores e adaptadores de software etc., etc. Estas ondas desestruturadoras do mundo do trabalho, desencadeadas pela competição intercapitalista, provocam reações similares por parte de suas vítimas. Por isso, o rápido exame que fizemos das reações da classe operária britânica à primeira revolução industrial permite generalizações relevantes para o entendimento do capitalismo contemporâneo.

A primeira reação generalizável é a formulação de um projeto social alternativo ao capitalismo, em que se combinam as novas forças produtivas com relações sociais de produção concebidas para superar a exclusão social e suscitar uma repartição equânime da renda e, portanto, dos ganhos decorrentes do avanço das forças produtivas. Na Inglaterra do alvorecer do século XIX este projeto foi formulado principalmente por Owen: uma sociedade formada por comunidades autônomas em que os resultados do trabalho coletivo são repartidos de forma eqüitativa, tendo por critério o tempo de trabalho socialmente necessário gasto na produção de cada bem ou serviço.

Este projeto merece o nome de socialista ou comunista e tem persistido com modificações ao longo de quase dois séculos. Marx, que vivenciou uma outra etapa do capitalismo industrial, enfatizou em sua análise o tamanho crescente dos sistemas de máquinas e a necessidade de coordenação do processo de produção e distribuição em escalas muito maiores que uma "aldeia cooperativa". Por isso, ele incorporou ao seu projeto a essência coletivista do de Owen mas estendeu os limites da economia cooperativa no mínimo ao território nacional. Como sabemos, esta mudança de âmbito da economia coletiva deixa de ser quantitativa apenas para passar a qualitativa: na aldeia, o planejamento poderia ser combinado, quem sabe, com a prática de democracia direta. Mas, em nível nacional, o planejamento econômico centralizado adquire traços totalitários, como a experiência histórica do nosso século ilustra fartamente.

O fracasso de experimentos coletivistas, inspirados em Marx, levam as vítimas da revolução social capitalista de volta ao ponto de partida. Mas, este ponto de partida não é o da primeira revolução industrial, pois ele não pode deixar de incorporar o nível atual de desenvolvimento das forças produtivas. Precisa-se de um projeto socialista ou comunista alternativo, não à base da imaginação utópica mas à base da experiência histórica. Owen não tirou a "aldeia cooperativa" da fantasia mas da experiência vivida em New Lanark e tratou de replicá-la em New Harmony, nos Estados Unidos, e depois em Queenswood. Estas tentativas, além de outras no mesmo sentido, fracassaram mas, mesmo assim, deixaram um legado importante de experiências.

O desafio ideológico é formular um projeto de sociedade que respeite as liberdades individuais, políticas e econômicas, conquistadas pelos trabalhadores no capitalismo hodierno e lhes ofereça inserção no processo produtivo em termos de pleno emprego, participação nas decisões que

afetam seus destinos também ao nível de empresa e um patamar mínimo de rendimento que lhes proporcione um padrão "normal" de vida. O projeto terá de reavaliar, à luz da experiência histórica, propostas de comunidades coletivistas, cooperativas de produção e consumo articuladas em diferentes âmbitos geográficos, economias nacionais coordenadas e/ou planejadas por autoridade política, em combinação com a organização em forma de mercado de certos setores e ramos etc.

A segunda reação generalizável foi a luta por direitos políticos e, portanto, pela democracia. A luta pela reforma parlamentar e pela extensão do direito de votar e ser votado (travada no século XIX e começo do século XX) *não estava subordinada* a um projeto de conquista do poder pela classe operária e de uso do poder estatal para impor de cima para baixo um novo sistema social. Os que lutavam então pela democracia consideravam-na um fim em si e um meio de conter e, eventualmente, reverter as tendências destrutivas e concentradoras do capitalismo. Após a Revolução Russa, predominou em muitos lugares a *luta pelo poder como alavanca de transformação revolucionária*. Hoje, volta a prevalecer nos movimentos anticapitalistas a tese de que a democracia é parte integrante de qualquer projeto de superação do capitalismo e que o Estado democrático, qualquer que seja o partido no poder, não pode, *por um ato de vontade política, comandar* a sociedade civil na construção do socialismo.

A conquista do sufrágio universal a partir do começo do século atual e sua prática consistente, sobretudo na segunda metade deste século, permite avaliar as possibilidades e limitações da democracia política como instrumento de mudança social. A democracia permitiu, ao longo de muitas décadas de lutas, instituir em numerosos países um "estado de bem-estar social" que compensa parcialmente os prejuízos causados pelas mudanças técnicas, políticas e culturais mediante um elaborado sistema de seguro social. Mas, é preciso reconhecer que este sistema está em crise exatamente porque a terceira revolução industrial, combinada com a ressurreição do *laissez-faire* na economia internacional, destruiu a base de classe – o proletariado industrial – que tinha conquistado sua institucionalização.

Também em relação à luta política, o movimento anticapitalista está, de certo modo, de volta ao ponto de partida. Na Grã-Bretanha da primeira metade do século XIX, uma das principais lutas anticapitalistas (no sentido do futuro *welfare state*) era pela limitação legal da jornada de trabalho. Hoje, a luta pela redução da semana de trabalho abaixo das 40 horas polariza o movimento operário em todos os países em que o desemprego e a precarização do trabalho se agravam sem cessar. A crescente informalização do trabalho torna o efeito da redução do tempo legal de trabalho bastante limitado, podendo se tornar inútil, pois o número crescente de pessoas que são obrigadas a ganhar a vida como autônomas ou subcontratadas não goza da proteção da legislação trabalhista.

O movimento operário encontra-se diante de um trabalho de Sísifo: suas principais conquistas têm de ser refeitas porque foram alicerçadas em relações de trabalho que a nova revolução industrial e o neoliberalismo estão destruindo. Não se trata mais, como no tempo do cartismo, de lutar por novos direitos políticos, mas de devolver efetividade aos direitos políticos já conquistados. A economia chamada "mista", em que o estado dispunha de poder para regular o funcionamento da economia nacional e para liderar um processo nacional de acumulação de capital, está sendo destruída. O capital "globalizado" parece ter se livrado da tutela do estado e impõe aos governos nacionais as condições em que consente investir.

Finalmente, a terceira reação generalizável é a formação de sindicatos e cooperativas que funcionam, de certa forma, como implantes socialistas nos interstícios do capitalismo. Como vimos, sindicatos e cooperativas surgem na Grã-Bretanha da primeira metade do século XIX como instrumentos de ação direta para erguer uma economia socialista em lugar da capitalista *aqui e agora*. Em confronto com o capital industrial e o governo parlamentar *whig* representativo da burguesia, a vaga revolucionária de sindicalistas e cooperadores foi detida e, em seguida, destroçada. A lição foi apreendida e o movimento operário se reformulou, adaptando-se à hegemonia do capital e *passando a tentar transformá-lo a partir de dentro*.

A história da cooperativa dos Pioneiros de Rochdale é, neste sentido, riquíssima em lições. O êxito econômico da cooperativa, que depois foi replicado em numerosas localidades da Grã-Bretanha e

de outros países em transição ao capitalismo industrial, demonstra que o modo de produção capitalista apresenta brechas que podem ser aproveitadas para organizar atividades econômicas por princípios totalmente diferentes dos capitalistas e que, por isso, devem ser denominadas "socialistas".

A experiência dos Pioneiros de Rochdale oferece outra lição significativa: não é necessário isolar-se da economia dominante capitalista para desenvolver formas socialistas de distribuição e, eventualmente, de produção. A posição de Owen (e de Fourier, entre outros) supunha que a economia socialista deveria ser construída como um todo fechado e relativamente auto-suficiente, para não ser "contaminada" pelo ambiente capitalista. Por isso, os owenistas punham toda sua esperança e fé na construção de "aldeias cooperativas", erguidas em áreas despovoadas ou em países ainda por colonizar, como os da América.

Mas, a modesta cooperativa de consumo de Rochdale, concebida inicialmente como meio para um fim maior – a comunidade coletivista – acabou-se tornando um fim em si. A sua mera existência e persistência já teria um enorme significado. Tendo-se tornado matriz de um vasto movimento cooperativista, que se espalhou rapidamente pela Grã-Bretanha e outros países, a Sociedade dos Pioneiros de Rochdale mostrou que os trabalhadores têm capacidade de organizar atividades econômicas segundo princípios próprios, socialistas, e que os empreendimentos cooperativos podem, em certas condições, competir vitoriosamente com empresas capitalistas pelos mercados.

Como veremos adiante, esta capacidade do cooperativismo de se desenvolver nos interstícios do capitalismo tem limites. Isso torna-se compreensível quando se contrastam cooperativas de consumo (ou de crédito) com as de produção. As primeiras preenchem uma lacuna ao prover os consumidores de meios de se defender das grandes empresas e dos bancos, que freqüentemente abusam de sua confiança. Já as segundas apresentam problemas sérios ao emular suas congêneres capitalistas para competir com elas.

Quando têm sucesso, as cooperativas de produção se valorizam e dão ensejo ao enriquecimento de seus membros mais antigos, se estes não se mostrarem fiéis aos seus princípios socialistas. O caso da indústria têxtil cooperativa de Rochdale ilustra este caso. Por outro lado, quando há crise e depressão, as cooperativas de produção têm possibilidades melhores que a empresa capitalista a se adaptar *desde que os membros aceitem partilhar perdas eqüitativamente*. Infelizmente, este nem sempre é o caso e muitas cooperativas de produção acabaram quebrando junto com suas congêneres capitalistas.

A experiência da primeira revolução social capitalista encerra lições importantes. Talvez a mais importante seja que o capitalismo suscita reações por parte da classe trabalhadora em três planos: ideológico, político e socioeconômico. Estas reações têm por lógica a resistência às tendências destrutivas e concentradoras da dinâmica capitalista. Os resultados são transformações institucionais que acompanham a revolução capitalista e, ao mesmo tempo, se contrapõem a ela, sem anulá-la.

Em outras palavras, cada mudança institucional pró-capitalista é acompanhada por outras, reativas às contradições do capitalismo. Assim, o governo representativo, escolhido pelo voto das classes proprietárias, é seguido (décadas mais tarde) por governos escolhidos pelo sufrágio universal. O *laissez-faire* e o livre-câmbio é seguido (depois de certo intervalo) por protecionismo, políticas industriais e, finalmente, seguro social e legislação do trabalho. O surgimento da mega-empresa e do conglomerado capitalista privado foi acompanhado pelo desenvolvimento de redes de cooperativas de consumo no atacado e varejo, de variadas formas de cooperativismo de produção agrícola, industrial etc., e de diferentes formas de cooperativas (nem sempre socialistas) de serviços.

As instituições anticapitalistas, impostas ou construídas pela classe operária, podem ser consideradas sementes socialistas plantadas nos poros do modo de produção capitalista. Sementes que às vezes germinam e às vezes sucumbem às novas revoluções industriais produzidas pelo capital. Resta examinar que conseqüências seu eventual desenvolvimento poderia produzir.

Cogitações sobre a revolução social socialista

Se as instituições anticapitalistas são sementes socialistas plantadas nos poros do capitalismo para resistir às tendências destrutivas e concentradoras da dinâmica capitalista, é necessário discutir mais detidamente estas tendências, distinguindo-as das contratendências que surgem como reação a elas. Isso é necessário, porque na tradição da análise marxista tudo o que acontece no seio da sociedade capitalista é automaticamente tido como sendo "capitalista". O que lembra o funcionalismo nas ciências sociais: todas as mudanças que contribuíram para o *status quo serviram* para viabilizá-lo, portanto explicam-se por esta função.

A democracia política, por exemplo, a partir do momento em que se torna o regime político dos países capitalistas transforma-se conceitualmente em "democracia burguesa". Este nome é "dialético": a democracia foi conquistada pela classe operária contra a lógica do liberalismo, este sim "burguês", e contra a resistência ativa e tenaz da burguesia. Não obstante, transforma-se em seu contrário quando é amalgamada ao capitalismo. A rigor, a democracia política dispensa outros adjetivos, pois tem sua própria lógica, que se ajusta a diferentes sistemas socioeconômicos. Mas, se fosse necessário adjetivar a democracia moderna com sua origem de classe, então ela teria de ser denominada de democracia proletária e não democracia burguesa.

O liberalismo com voto censitário é o regime político que responde não só aos interesses da classe capitalista mas também à lógica do capitalismo enquanto sistema "puro". No regime liberal, o gozo dos direitos políticos depende da posse de bens ou de renda da propriedade. E no capitalismo adquire-se propriedade e a renda a ela correspondente no mercado. É o jogo de mercado que divide os membros da sociedade em proprietários e não-proprietários, os primeiros sendo os ganhadores e os últimos os perdedores deste jogo econômico fundamental.

De acordo com a concepção capitalista do mundo, o jogo do mercado é o mais democrático dos jogos. Todos competem e o ganho que obtêm decorre da "utilidade" que proporcionam aos outros. De acordo com esta ideologia, toda e qualquer renda ganha no mercado é remuneração livremente paga pelos outros, os compradores dos bens e serviços que o recebedor da renda pôs à venda. São todos, portanto, vendedores e compradores de bens e serviços uns dos outros. Se, a cada rodada, alguns são capazes de ganhar mais do que dispendem, o que lhes permite acumular propriedade e renda, é porque a "utilidade" que proporcionam aos outros é maior do que a "utilidade" que estes lhes proporcionam.

Não há necessidade de aprofundar mais este raciocínio, mas qualquer manual neoclássico amplia o argumento: os ganhadores se distinguem não só pela habilidade de produzir mais "utilidade" que os perdedores, mas também pela preferência temporal: preferem acumular a gastar, valorizam o ganho futuro ao prazer do momento etc. Seja como for, o mercado livre – este "livre" também tem sua carga de ideologia – seleciona os que têm mérito, os que merecem a cidadania e os que não a merecem.

E esta qualificação econômica para o exercício dos direitos políticos também é funcional: os ganhadores do jogo do mercado têm todo interesse em defender o livre mercado e as regras do processo em que se mostraram aptos. Ao passo que os perdedores do jogo do mercado se inclinam a criticar a livre concorrência e se tiverem o direito do voto e de serem votados usarão estes poderes para desfazer os resultados do jogo do mercado, violando o direito de propriedade e redistribuindo a renda por critérios outros que o da livre competição.

E o que deixa claro o caráter anticapitalista do sufrágio universal. O jogo do livre mercado é tendencialmente concentrador, quase sempre produz um número de perdedores muito maior do que de ganhadores. A ideologia do *laissez-faire* não reconhece esta tendência, mas o furor e a obstinação com que os seus defensores se opuseram à democracia política indicam que eles estavam conscientes dela.

A razão fundamental da concentração da renda é a propriedade privada do capital, agravada pelo direito à herança. No livre mercado, quanto maior o capital do jogador, maiores são as probabilidades de ganho. O que o capitalista vende aos outros não é o resultado de seu labor mas os serviços' do seu capital, cuja utilidade é proporcional ao tamanho, isto é, ao valor deste capital. Em outras palavras, mesmo nos termos da teoria neoclássica, segundo a qual a renda da propriedade é de alguma forma proporcional à utilidade que ela proporciona aos outros – os que a alugam, arrendam ou tomam emprestada quanto maior o valor da propriedade, tanto maior é a parte da renda social ganha pelos proprietários, que têm a inclinação e a possibilidade de acumulá-la.

A democracia conquistada pelo movimento operário é o implante socialista mais importante e até o momento não foi abalada pela voga neoliberal, que está atingindo fortemente os outros implantados socialistas, como o sindicalismo e a seguridade social. O capitalismo democrático é uma contradição em termos: à medida que o capitalismo desencadeia concentração da renda e da propriedade, exclusão social e destruição de empresas e empregos tornados tecnicamente obsoletos, as vítimas destas tendências sempre têm a possibilidade de usar de seu *status* de cidadãos para mobilizar o poder do estado em seu favor.

Neste livro, examinamos em algum detalhe a primeira revolução industrial da história. Por ela fica claro que a nova tecnologia permitiu baratear algumas das mais importantes mercadorias da época, o que desencadeou forte crescimento econômico. A tendência concentradora e excludora foi sobrepujada pela demanda oriunda da necessidade de construir todo um parque produtivo industrial novo, composto por usinas siderúrgicas, fábricas metalúrgicas, tecelagens e fiações movidas a vapor, canais e companhias de navegação a vapor, ferrovias, redes telegráficas e telefônicas. Enquanto durou a revolução industrial (possivelmente por cerca de um século), o nível de emprego foi sendo expandido e grandes massas humanas foram sendo incorporadas ao capitalismo, primeiro na Grã-Bretanha e depois em outros países.

Como vimos, a revolução industrial, ao mesmo tempo que incorpora grande número de ex-camponeses expulsos de suas propriedades, exclui da produção social todos os que antes se achavam ocupados em produzir com o uso da tecnologia que a revolução industrial vai suplantando. E a isso que denominamos *tendência destrutiva do capitalismo*⁹. Cada onda expansiva da economia capitalista emprega e desemprega, sendo a competição entre os que estão sendo empregados e os que estão sendo demitidos um dos fatores que permite aos capitalistas comandar um processo muito complexo de transformação econômica e social, sem perder o controle do mesmo e se apropriando de grande parte do valor obtido a partir do ganho de produtividade, que passa a ser acumulado e permite financiar a construção do novo parque produtivo.

As revoluções industriais tornam o processo econômico muito instável porque alteram os parâmetros da concorrência intercapitalista, ocasionando fortes ondas de investimento incentivadas por otimismo tecnológico, que toca as raias da ficção científica. Ondas que periodicamente se chocam contra as possibilidades reais de expansão, dando lugar a crises e períodos mais ou menos longos de estagnação. Nas fases de expansão acelerada, a destruição criadora atinge trabalhadores e empresários deixados para trás pelo progresso técnico. Nas fases de crise e depressão, a exclusão atinge os que embarcaram no progresso técnico e se tornaram redundantes.

Para os trabalhadores, a tendência destrutiva do capitalismo é muito mais mobilizadora do que a tendência de concentração e exclusão. A medida que a revolução industrial se desdobra, a própria sobrevivência física de uma parte importante da população trabalhadora fica em perigo. O capital age através do mercado de forma inteiramente cega. O aumento da tecelagem a vapor, por exemplo, condenava à miséria os tecelões manuais, mas os fabricantes não tinham por que se considerar responsáveis. Eles estavam simplesmente ofertando uma mercadoria a um preço menor porque seus custos de produção tinham caído.

As instituições anticapitalistas, que acabaram sendo implantadas, tinham por objetivo direto ou indireto compensar os danos acarretados pela "destruição criadora" (de acordo com a apta

expressão de Schumpeter) da mudança tecnológica. Tanto o sufrágio universal como o estado de bem-estar social, o sindicalismo e o cooperativismo foram respostas a um sistema capaz de colocar à margem aleatoriamente boa parte dos empresários e dos trabalhadores que, pouco antes, ainda exerciam papéis ativos na divisão social do trabalho.

Para resumir, o capitalismo apresenta duas tendências que se manifestam em momentos diferentes e em função de fatores distintos, mas cujos efeitos acabam se somando em um prazo mais longo. Uma perene, é a concentração da renda e a exclusão da economia capitalista de uma parte significativa da população que vive do seu trabalho. Outra intermitente, é a destruição de empresas e empregos, cujo lugar é tomado por outras empresas mais avançadas tecnologicamente e, por isso, mais competitivas. Esta segunda tendência produz oscilações de conjuntura, que maximizam a insegurança e o desespero dos que subitamente perdem seu meio de vida.

Estas tendências apareceram em sua forma mais pura e virulenta durante a primeira revolução industrial, enquanto a reação predominante de suas vítimas se encaminhava à destruição das máquinas, em levantes descoordenados e desesperados. Uma vez verificadas a impossibilidade de assim travar as rodas do progresso, o movimento operário e seus intelectuais passaram a se empenhar num projeto alternativo de sociedade, que muito rapidamente assumiu a forma de socialismo. E, como vimos, o *socialismo enquanto utopia militante desencadeou o que se pode considerar ter sido um vasto processo de tentativas e erros no sentido de modificar o capitalismo, compensando suas tendências a concentração e a destruição.*

A história que vimos analisando ao longo deste trabalho revela que a maioria das tentativas iniciais foi ingênua ou baseada em hipóteses inverossímeis sobre a natureza humana. Por isso estava condenada ao fracasso. Foi este o caso de numerosas comunidades comunistas ou "aldeias cooperativas", assim como o das ondas ofensivas de sindicatos e cooperativas (entre 1824 e 1834) que visavam substituir, mediante ação direta, as empresas capitalistas por empresas cooperativas, possuídas e dirigidas pelos trabalhadores. Mas, mesmo estas tentativas erradas deixaram ensinamentos preciosos que tornaram as tentativas seguintes mais seguras e certas.

As tentativas que visavam ampliar os direitos políticos dos trabalhadores, na Grã-Bretanha, deram resultados concretos quase desde o início. Mesmo a "traição" aos trabalhadores por parte dos radicais, em 1832, e o aparente fracasso do cartismo foram passos importantes na longa jornada rumo à democracia naquele país e nos demais, dada a forte influência que a Grã-Bretanha exercia sobre todas as sociedades nacionais em que a revolução capitalista estava em curso.

A luta política pelo poder do estado foi, durante um longo período, considerada por uma importante parte do movimento operário como a única via de combate pelo socialismo. Este era concebido como um sistema econômico centralmente planejado, resultante da estatização dos meios de produção. Hoje se verifica que esta tentativa estava fadada ao fracasso, mesmo quando o objetivo tático de conquista do poder de estado por alguma facção ligada ao movimento operário era alcançado. Diferentes experiências históricas comprovaram que era possível substituir o capitalismo por um sistema socioeconômico planejado, mas que não era possível tornar este último algo que pudesse de boa-fé ser reconhecido como socialismo.

As várias revoluções proletárias que instauraram regimes "soviéticos" foram outras tantas tentativas de realizar o socialismo cujo fracasso deixou um saldo de muita desilusão, mas também de importantes ensinamentos. Mas, fora estes ensinamentos, as experiências "soviéticas" não parecem ter deixado sementes anticapitalistas que pudessem eventualmente germinar ao longo do tempo.

Em compensação, outras tentativas deram certo e levaram à criação de uma grande variedade de instituições que modificaram o funcionamento do capitalismo. Uma das mais importantes foi o sindicalismo e a barganha coletiva dos contratos de trabalho. A mais importante contribuição do sindicalismo foi transformar o mercado de trabalho num monopólio bilateral. O que alterou a relação de força entre capital e trabalho nos mercados de trabalho em que os sindicatos lograram organizar a maioria ou totalidade dos trabalhadores. A tendência concentradora de renda foi, desta

maneira, revertida em alguma medida.

Durante os anos dourados do capitalismo (1945/73), os sindicatos conseguiram, na maioria dos países industrializados, que os ganhos de produtividade fossem repartidos por igual entre capital e trabalho. Isso contrasta com o capitalismo mais "puro", do século XIX, em que os salários reais aumentavam menos do que os ganhos de produtividade, quando aumentavam ao todo. E uma hipótese mais do que razoável que o intenso crescimento econômico deste período, com algo muito próximo ao pleno emprego, foi em grande parte devido a esta redistribuição da renda a favor da grande massa de assalariados semiquualificados.

Além deste efeito desconcentrador da renda e integrador do trabalho na produção, o sindicalismo teve importantes efeitos externos sobre o capitalismo em que foi implantado. O mais importante destes efeitos foi a normatização legal e jurídica de relações de trabalho, que cria importantes direitos para os trabalhadores e que a Organização Internacional do Trabalho vem incorporando à legislação internacional. Como resultado, mesmo os países em que o sindicalismo é débil e mesmo as categorias pouco ou nada organizadas, são atingidos e beneficiados indiretamente pela luta sindical.

A seguridade social foi uma conquista conjunta dos sindicatos e dos partidos políticos ligados ao movimento operário, utilizando os poderes conferidos pelo sufrágio universal à maioria desprivilegiada em cada país. Ela contradiz a lógica capitalista, segundo a qual o seguro social, como qualquer outro seguro, deve ser realizado pelo mercado. Por esta lógica, cada indivíduo deve ter a liberdade de escolher quanto vai poupar de sua renda e como vai aplicar a poupança. Sendo os indivíduos racionais, a maioria preferirá poupar comprando seguro de velhice, de saúde, contra acidentes, roubo etc., de companhias idôneas.

O seguro social público viola esta lógica, primeiro porque é obrigatório, segundo porque estranhos, isto é, empregadores e governos pagam parte dos prêmios e, terceiro, porque os fundos de previdência são públicos e, no Brasil, para dar um exemplo mais concreto, são hoje geridos por representantes do governo, sindicatos operários e sindicatos patronais. O sistema público de seguro social representa um possível implante socialista também porque pode disponibilizar quantidades importantes de capital para fins anticapitalistas. Este é um vasto tema, infelizmente muito pouco discutido pelo movimento operário.

Nos EUA e no Japão, fundos de pensão são formalmente controlados por entidades de trabalhadores, mas a sua gestão tem sido em geral entregue a bancos e outros intermediários financeiros. No Brasil, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) também têm representantes de trabalhadores em seus conselhos curadores, sendo sua gestão feita pelo BNDES. E há fundos fechados de pensão que são dirigidos com participação de representantes dos beneficiários e cujo papel no mercado de capitais tem sido tudo menos negligenciável.

Fundos como estes poderão, no entanto, ser usados para financiar também cooperativas ou empresas em alguma medida controladas pelos trabalhadores. Fundos previdenciários dos trabalhadores poderiam servir para colocar sob controle dos próprios trabalhadores segmentos da economia, tendo em vista preservar empregos (no caso de empresas que de outra maneira seriam liquidadas) e quebrar as estruturas autoritárias em empresas capitalistas, que poderiam passar a ser dirigidas em co-gestão ou autogestão. Mas, estas possibilidades ainda não estão na ordem do dia pois a previdência pública está sob ataque cerrado de governos neoliberais, empenhados em equilibrar suas contas mediante redução dos direitos dos segurados e, sobretudo, em amputar o âmbito da previdência pública para transferir ao mercado das seguradoras privadas o máximo possível do negócio.

Passemos finalmente às cooperativas, sem dúvida o mais controverso e significativo implante socialista no capitalismo. Há diversos tipos de cooperativas, todos, em tese, submetidos aos mesmos princípios, que podem ser resumidos da seguinte forma: toda cooperativa deve ser dirigida por representantes democraticamente eleitos pelos sócios; não deve haver diferença de direitos entre sócios; a repartição dos resultados econômicos entre os sócios deve ser igualitária ou

proporcional à contribuição de cada sócio para estes resultados.

Os princípios do cooperativismo são opostos aos do capitalismo, porque elas invertem as relações entre a empresa e seus clientes e a empresa e os seus trabalhadores. Começamos com o relacionamento entre empresa e cliente. A empresa capitalista relaciona-se com o cliente exclusivamente no mercado, que deve ser competitivo, ou seja, onde o comprador tem uma gama de vendedores entre os quais ele pode escolher o fornecedor de sua preferência. Sendo o cliente racional, ele escolherá a melhor qualidade pelo menor preço. A partir do momento em que a transação for concluída ou um contrato assinado, cada parte cuidará de seus interesses.

Há, no entanto, uma crescente assimetria de poder e informação entre empresas gigantescas e o consumidor isolado, com graves prejuízos para este: produtos que não têm a utilidade que o fornecedor assegurou que teriam, serviços não prestados ou prestados com características diferentes dos contratados etc., etc. Em todos os países, elaborados códigos de defesa do consumidor procuram compensar esta assimetria e evitar os prejuízos, mas debalde. Grandes e médias empresas continuam utilizando seus fartos recursos para abusar e explorar consumidores, que em sua maioria não têm como se defender isoladamente.

A resposta socialista para esta problemática é a cooperativa de consumo, a empresa cujos clientes são seus donos. À medida que os cooperados controlam efetivamente a cooperativa, eles podem estar seguros que não serão vítimas de propaganda enganosa, de fraudes na composição dos produtos que adquirem e na prestação de serviços que contratam. Por isso, as cooperativas de consumo são particularmente exitosas em ramos em que os compradores adquirem serviços contínuos no tempo mediante contratos de longo prazo. São exemplos conspícuos: as cooperativas de crédito, de habitação, de saúde, de seguros, escolares etc.

Tomemos como exemplo a cooperativa de crédito em contraste com o banco capitalista. Neste último, o cliente deposita o seu dinheiro em troca de uma taxa de juros; o banqueiro ganha a diferença entre os juros que paga ao cliente e os juros que consegue receber reemprestando o dinheiro (menos uma parcela que fica de reserva). Os juros que o banqueiro ganha são tanto maiores quanto maior for o risco do investimento. O risco, no caso, é a probabilidade de que o empréstimo deixe de ser pago. Curiosamente, se este risco se verificar, o prejuízo é muito mais dos depositantes do que do banqueiro, pois o capital próprio que este põs no negócio é uma fração quase negligenciável dos valores de terceiros que ele manipula. O banqueiro tem grande incentivo de correr riscos, inclusive porque ele os compartilha com o banco central, que segura grande parte dos depósitos e costuma ampará-lo em dificuldades circunstanciais.

Em contraste, numa cooperativa de crédito, os depositantes são os cooperados e, como tais, têm controle direto sobre o destino que a direção da cooperativa dá aos depósitos. Os cooperados tomam conhecimento dos riscos e dos ganhos das várias opções de investimento e podem fazer valer os seus interesses e preferências. Os cooperados formam uma comunidade que pode dar uma destinação definida à sua poupança, inclusive para financiar outros empreendimentos cooperativos.

A relação da empresa capitalista com seus empregados se reduz, em geral, à troca de tempo de trabalho por salário. O trabalhador se insere na hierarquia da empresa e, conforme a posição que ocupa, terá determinadas responsabilidades e encargos. Sua única preocupação é desempenhar os papéis decorrentes do posto que ocupa. Deve obedecer ordens e instruções e repassá-las eventualmente a subordinados. Só os integrantes da administração da empresa sentem-se responsáveis por ela. Em compensação, seus direitos em relação à empresa são aqueles circunscritos pelo seu contrato de trabalho e a legislação pertinente.

Este relacionamento do trabalhador com a empresa capitalista é alienante num duplo sentido: ele ignora os efeitos do seu trabalho sobre a comunidade de que faz parte; e ele está excluído das discussões e negociações que precedem a tomada de decisões pela administração da empresa, decisões estas que afetam seu trabalho e, por extensão, o seu destino econômico e familiar. Em contraste, os trabalhadores de uma cooperativa de produção são eles mesmos os donos e controladores da "empresa", compartilhando todas as informações, discussões e negociações que

visam a tomada de decisões.

Mais do que as cooperativas de consumo, as cooperativas de produção tendem a formar comunidades simplesmente porque o trabalho ocupa a maior parte do tempo das pessoas. Os cooperados normalmente têm frações iguais do capital e, portanto, o mesmo número de votos. Entre os cooperados reinam relações democráticas e igualitárias. Nem sempre os "salários" – que na realidade consistem numa retirada mensal ou quinzenal – dos cooperados são iguais. Em alguns casos, as retiradas se diferenciam por grau de qualificação do trabalhador, mas praticamente sempre os diferenciais são bem menores que em empresas capitalistas comparáveis.

Os resultados líquidos, que sobram depois de pagos os "salários", são destinados pelos cooperados a inversões ou outros gastos comuns ou, então, são repartidos, como "dividendos" iguais para todos. Há dois momentos delicados na vida de qualquer cooperativa de produção: a entrada e a saída de cooperados. A entrada na cooperativa está condicionada às necessidades de mais trabalhadores e ao acréscimo proporcional do capital. Nem sempre os candidatos a cooperados têm o dinheiro correspondente ao acréscimo do capital. Em geral, cada cooperado subscreve uma fração igual do capital, que deve estar à altura da capacidade financeira dos trabalhadores. Se for necessário capital adicional, ele é obtido por financiamento, em geral de cooperativas de crédito ou bancos cooperativos.

Se a entrada de novos cooperados é delicada, a saída, sobretudo quando imposta por contração do mercado, pode ser traumática. Em princípio, uma cooperativa não pode despedir ninguém. Dependendo das circunstâncias, os cooperados resolvem impor a si próprios uma redução dos "salários" ou uma parte deles aceita revender à cooperativa suas cotas de capital. Neste último caso, o valor da cota pode ser negociado pelos cooperados para que ele seja justo ou compensador, tanto para os que partem como para os que ficam.

A experiência histórica cooperativa já é longa e rica, mas ainda não se dispõe de um corpo teórico que explique por que determinadas cooperativas puderam crescer e se multiplicar, enquanto outras cooperativas enfrentam dificuldades muito grandes. As generalizações que se podem fazer têm, portanto, caráter muito tentativo.

As cooperativas de consumo demonstram considerável vitalidade e potencial de desenvolvimento. Elas competem com empresas capitalistas que oferecem os mesmos bens e serviços. Há casos de cooperativas de consumo que funcionaram muito bem por décadas e depois sucumbiram, possivelmente por não terem podido acompanhar as transformações tecnológicas nos processos de distribuição comercial. Ou, então, porque a geração que fundou a cooperativa não passou aos herdeiros o espírito de solidariedade e de colaboração mútua, que dá sentido ao cooperativismo. Em outros casos, as cooperativas de consumo têm mostrado superioridade competitiva em relação às empresas convencionais e muitas novas têm sido fundadas.

Cooperativas operárias ou de produção têm tido mais dificuldades para vicejar sem perder seu espírito socialista. A sua maior dificuldade é a obtenção de capital. Muitas destas cooperativas são formadas a partir de empresas capitalistas antigas, cujo pessoal criou fortes laços de solidariedade ao longo da sua convivência na empresa e nas lutas travadas em comum. Tem sido possível, em certos casos, evitar que a empresa seja liquidada quando se encontra falida ou quando os antigos proprietários querem se retirar e não encontram sucessores. Em geral, a cooperativa assume uma dívida em troca do patrimônio, pela qual ela paga juros e amortizações.

As dificuldades iniciais costumam ser muitas, mas o entusiasmo e a dedicação compensam deficiências. Os trabalhadores aprendem a gerir a empresa, em geral com o apoio de órgãos de assistência a cooperativas. Certo número destas cooperativas provavelmente não consegue superar estas dificuldades iniciais e acaba. Mas, um número surpreendentemente grande consegue sobreviver e passa a se renovar tecnicamente, em busca de maior competitividade. Estas cooperativas operárias consolidadas continuam, no entanto, expostas a dois perigos: a falência ou a degeneração.

As cooperativas de produção estão sujeitas aos altos e baixos da conjuntura, como quaisquer outras empresas. Em períodos de crise e depressão elas também perdem vendas e são obrigadas a reduzir a produção, o que implica que parte dos cooperados deixa de produzir e, portanto, de ganhar. Numa empresa convencional seriam despedidos. A cooperativa tem outras alternativas para enfrentar a situação: ela pode manter todos os cooperados em semi-ociosidade e reduzir os "salários"; ela pode desligar provisória ou definitivamente um certo número de sócios com mais possibilidades de encontrar outro trabalho fora; finalmente, se ela se mostrar incapaz de repartir perdas, ela pode falir.

Quando as cooperativas de produção dão certo, muitas se tornam muito prósperas, o que valoriza as quotas dos sócios. Em geral, cada sócio que se retira pode vender sua quota à sociedade por um valor convencional ou pode vendê-la a outro trabalhador, desde que este seja aceito pelos demais como novo sócio. Se nenhuma destas alternativas for factível, passa a ser mais vantajoso para os cooperados – sobretudo se a maioria já está em idade para se aposentar – vender a cooperativa como empresa convencional a quem oferecer o melhor preço.

O perigo de degeneração sempre ronda a cooperativa. No caso das cooperativas de consumo ou de serviços, a degeneração toma a forma mais freqüente de alienação dos sócios, que deixam a cooperativa ser dirigida por administradores profissionais. O princípio dos Pioneiros de Rochdale, de que cooperativas de consumo devem estar abertas a novos sócios, pode, na prática, contribuir para a perda do espírito cooperativo. Muitas vezes os novos sócios entram exclusivamente pela vantagem material oferecida pela cooperativa, sem qualquer interesse em acompanhar a sua gestão. Para compensar esta tendência, outro princípio de Rochdale é crucial: é o que insiste na continuada educação cooperativa das novas gerações.

As cooperativas operárias também correm o risco de degenerar, quando os cargos de direção acabam sendo entregues em caráter mais ou menos permanente aos companheiros mais competentes ou tidos como tal. Pouco a pouco, os demais sócios deixam de acompanhar os negócios da cooperativa, as reuniões gerais tornam-se formais e atraem cada vez menos participantes. A forma externa de cooperativa começa a ser recheada por um conteúdo capitalista.

Examinando-se o conjunto do movimento cooperativista, tem-se a impressão de que, de todos os implantes anticapitalistas com potencial socialista, este – apesar dos pesares – e o de maior potencial e o que está mais exposto à contingência de perder sua essência para se amoldar ao ambiente e às exigências da competição com empresas capitalistas. A cooperativa operária realiza em alto grau todas as condições para a desalienação do trabalho e, portanto, para a realização do socialismo no plano da produção. Ela é gerida pelos trabalhadores, as relações de trabalho são democráticas, ela traduz na prática o lema: "de cada um segundo suas possibilidades, a cada um segundo suas necessidades".

Karl Marx, que certamente travou conhecimento com as cooperativas operárias, caracterizou-as do seguinte modo: "As fábricas cooperativas dos próprios trabalhadores são, dentro da velha forma, a primeira ruptura da velha forma, embora elas naturalmente reproduzam e tenham de reproduzir em todo lugar, em sua organização real, as mazelas do sistema existente. Mas, dentro delas, a contradição entre capital e trabalho está superada, mesmo que inicialmente apenas na forma de que os trabalhadores, enquanto associação, são seus próprios capitalistas, o que significa que utilizam os meios de produção para a valorização de seu próprio trabalho. Elas mostram como, num determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e de suas correspondentes formas sociais de produção, se desenvolve e toma forma, a partir de um modo de produção, um novo modo de produção. Sem o sistema fabril originado do modo de produção capitalista, a fábrica cooperativa não poderia se desenvolver e tampouco sem o sistema de crédito originado no mesmo modo de produção. Este sistema, que forma a principal base para a transformação paulatina das empresas privadas capitalistas em sociedades anônimas capitalistas, oferece igualmente os meios para a paulatina expansão das empresas cooperativas em escala mais ou menos nacional. As empresas capitalistas por ações devem ser consideradas, tanto quanto as fábricas cooperativas, formas de transição do modo de produção capitalista ao (modo de produção) associado (ou socialista), somente que numa a contradição é superada negativamente e na outra positivamente" (Marx, 1867, vol. III, p. 481–482).

Marx reconhece tanto na cooperativa operária quanto na sociedade anônima "formas de transição" do capitalismo ao socialismo. Quanto à sociedade anônima, a sua evolução, desde que Marx redigiu esta apreciação, não confirmou o prognóstico, pelo menos até agora. Cada vez mais a grande empresa toma a forma de sociedade anônima, que de fato é gerida pelos seus administradores não-proprietários formais, mas esta gestão mantém a autoridade do capital sobre os trabalhadores.

Agora, quanto à cooperativa operária, a visão de Marx se revela aguda e certa. Em projeto, ela supera positivamente a contradição entre capital e trabalho, constituindo um elemento do modo de produção socialista, que se desenvolve a partir do modo de produção capitalista. Mas, nem por isso a cooperativa deixa de funcionar competitivamente no mercado, o que a obriga a enfrentar problemas cuja solução nem sempre se coaduna com seus princípios. Se a cooperativa necessita de especialistas e se os que estiverem disponíveis não querem integrá-la como sócios mas apenas na condição de assalariados, o que se supõe que a cooperativa faça? Manter-se fiel ao princípio de não assalariar trabalhadores e arriscar-se a falir ou abrir uma exceção e admitir assalariados?

Exemplos análogos poderiam ser multiplicados. O que demonstra a fragilidade desta forma de transição. As cooperativas operárias não são portadoras de forças produtivas novas, que só seriam compatíveis com as relações de produção cooperativas ou socialistas. E possível que, no futuro, tais forças produtivas surjam, mas não dá para desenvolver um projeto de revolução social socialista a partir desta hipótese. O que a experiência comprova é que as cooperativas, tomando todas em conjunto, apresentam vantagens comparativas em relação às empresas capitalistas, do ponto de vista dos consumidores ou dos produtores. Mas, estas vantagens não tomam a forma de forças produtivas mas de "desalienação" de consumidores e trabalhadores.

A vantagem oferecida pelas cooperativas, e que explica grande parte do seu êxito relativo, é que a *forma cooperativa de organização*, seja do consumo ou da prestação de serviços ou da produção para os mercados, *permite e compele o diretamente interessado a participar nas discussões e negociações sobre questões de seu interesse*. Obviamente não se trata de uma vantagem competitiva, como seria uma tecnologia superior. Esta característica do cooperativismo só se torna vantagem se houver predisposição das pessoas, na condição de consumidores de bens ou serviços, ou na de trabalhadores, para participar em atividades econômicas como sócio com direitos e responsabilidades iguais aos dos demais sócios.

Esta predisposição não é comum na cultura capitalista; ela aparece como peculiaridade de uma classe específica de agentes econômicos – os empresários. A grande maioria das pessoas comuns – trabalhadoras, mães de família, técnicos, professores etc., etc. – é condicionada a aceitar passivamente que outros, em posições de mando e responsabilidade, tomem decisões cruciais por elas. O desejo de participar, que é a forma concreta do anseio pela desalienação, normalmente não é despertado e é freqüentemente reprimido quando se manifesta. Por isso, o desejo de saber, de assumir poder e responsabilidade, seja pela escola dos filhos, pelo hospital do bairro ou pela empresa em que se trabalha, tem que ser cuidadosamente cultivado, inclusive pela educação cooperativa.

Portanto, encarando-se a revolução socialista pelo ângulo estreito mas revelador do cooperativismo, é fácil ver que ela é de natureza completamente diferente da revolução capitalista. Por ocasião desta, não havia necessidade de educar o empresário ou de fomentar nele o espírito empresarial. Este surgia espontaneamente da prática dos negócios, exatamente como até hoje ele se difunde, sobretudo entre os que, por conexões familiares ou outras, têm acesso ao capital e portanto aos meios de realizar-se como empresários. Havia empresários capitalistas no antigo regime e não lhes faltou motivação para se lançar, sempre que houve oportunidade ao domínio dos mercados, à invenção ou aquisição de novas técnicas e a todas as outras estratégias que fazem de alguns empresários ganhadores no jogo do mercado.

O espírito cooperativista ou a consciência socialista não surge espontaneamente. O anseio pela desalienação pressupõe que as pessoas estejam informadas de que estão alienadas da maioria das decisões que afetam suas vidas e dos seus dependentes. Esta é sem dúvida a primeira grande

tarefa de uma educação para o cooperativismo ou para o socialismo. Despertada a consciência da alienação (assim como da exploração etc.), é preciso educar o jovem para competir não só individual mas coletivamente, mediante participação ativa em cooperativas, sindicatos, centros estudantis, partidos políticos.

A opção pelo cooperativismo ou pelo sindicalismo ou pela militância partidária de esquerda é o oposto da opção pelo máximo bem-estar ou utilidade individual. Esta última não surge espontaneamente, como emanção de uma natureza humana individualista. Ela é cotidianamente reafirmada e negada: reafirmada pela propaganda comercial e negada pelas homilias da religião, reafirmada pela cultura do consumo e do prazer e negada pela cultura da responsabilidade pelo próximo, da exigência da solidariedade e do desprendimento.

Nenhuma sociedade – nem mesmo a capitalista – poderia funcionar se todos os seus membros se comportassem como o *homo oeconomicus*, um ser inteiramente racional e egoísta, cuja única preocupação é o seu próprio bem-estar. Por isso, mesmo no capitalismo os implantes socialistas desempenham um papel positivo ao difundir valores essenciais ao convívio em sociedade. Este fato abre um certo leque de possibilidades de que algumas destas sementes germinem. O que poderia significar isso? Que a democracia política se difundisse do âmbito estatal ao das instituições privadas: empresas, escolas, igrejas, prisões etc.; ou que o fortalecimento do sindicalismo fizesse crescer a influência sobre a gestão econômica dos representantes de operários em fábricas, bancos e demais empresas; ou ainda que cooperativas de consumo e de serviços se unissem para formar um grande mercado cooperativo preferencialmente voltado à aquisição de produtos de cooperativas de produção.

Em suma, não cabe pensar a revolução social socialista como uma reedição, em plano superior, da revolução capitalista. Esta começou pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista, subordinado ao feudalismo e, depois, à produção simples de mercadorias. O capitalismo levou séculos desenvolvendo-se não como projeto consciente mas como uma maneira semiclandestina de aproveitar o potencial produtivo dos agrupamentos marginalizados pelo modo de produção dominante. O capital prosperou deste modo até que o progresso técnico escancarou-lhe as portas dos principais ramos de produção da maior nação mercante da Europa do século XVIII. Com a revolução industrial, a revolução capitalista entrou em sua fase decisiva, em que o capitalismo tornou-se industrial e o modo de produção hegemônico da economia.

A revolução socialista começou na terceira década do século XIX, mas não como um modo de produção secundário. A revolução socialista implantou no capitalismo, ainda em constituição, instituições destinadas a enfrentar e/ou compensar as tendências de concentração da renda e da propriedade, de exclusão social e de destruição criadora, inerentes à dinâmica do capital. Estas tendências estão teórica e empiricamente bem comprovadas, mas as formas de contê-las e/ou compensá-las não são óbvias e nem sempre são exitosas. Os implantes socialistas no capitalismo resultam de algo como um processo de tentativas e erros.

E dificilmente poderia ser diferente. A revolução socialista, por esta conceituação já em curso há quase dois séculos, não é a concretização de um projeto mas o resultado de inúmeras lutas no plano político, social e econômico, que se estenderam por um crescente número de nações, à medida que a revolução capitalista foi se estendendo a novos países e continentes. Estas lutas foram atentamente acompanhadas, sobretudo as que resultaram em grandes revoluções políticas e amplas mudanças institucionais. Inegavelmente, as lutas pelos direitos políticos, pela liberdade de organização e de greve, pela legalização e regulamentação da seguridade social e do cooperativismo, foram divulgadas, comparadas e interpretadas de múltiplas maneiras.

Indubitavelmente, este labor teórico deu uma certa consistência ideológica aos implantes institucionais logradas pelas lutas socialistas. Não obstante, várias das mais importantes tentativas de implantar o socialismo fracassaram, revelaram-se como erros. Por isso, particularmente neste momento histórico, em que o movimento sindical e o estado de bem-estar social estão em crise, o problema científico da revolução socialista não está em determinar o modo como ela irá culminar, mas sim em fazer um balanço histórico-crítico do que foi conseguido face às tendências do capitalismo no futuro próximo.

É preciso investigar o potencial de expansão da democracia aos planos de micropoder na sociedade civil, o potencial das representações operárias dentro das empresas capitalistas e o potencial de expansão e desenvolvimento das economias cooperativas complexas como as dos *kibutzim* israelenses, da indústria cooperativa de Mondragón, no país basco, e das cooperativas de produção da chamada Terceira Itália etc. E preciso avaliar o importante movimento de cooperativas de crédito em países do terceiro mundo, chamados "bancos do povo" ou crédito solidário e as inúmeras iniciativas locais de combate ao desemprego e à destruição criadora.

BIBLIOGRAFIA

Cole, G.D.H. *A Century of Co-operation*, Manchester Co-operative Union, 1944.

Cole, G.D.H. e Postgate, Raymond. *The Common People 1746-1946*, London, University Paperbacks, 1964 (a data da última edição revista a 5ª - é 1956).

Dobb, Maurice H. *A evolução do capitalismo*, São Paulo, Abril Cultural, 1983 (a publicação original é de 1946).

Landes, David. *The Unbound Prometheus. Technological Change and Industrial Development in Western Europe from 1750 to the Present*, Cambridge, At the University Press, 1969.

Mantoux, Paul. *The Industrial Revolution in the Eighteenth Century*, Nova Iorque, Harper & Row, 1961 (a publicação original é de 1927).

Marx, Karl. *Zur Kritik der politischen Ökonomie*, Berlim, Dietz, 1947 (a publicação original é de 1859).

Marx, Karl. *Das Kapital*, Berlim, Dietz, 1959 (a publicação original é de 1867).

Thompson, E.P. *A formação da classe operária inglesa* (em 3 vol.), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987 (a publicação original é de 1968).

PARTE IV

REVOLUÇÕES E CONTRA-REVOLUÇÕES:

A SAGA DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Formação social, modos de produção, infra e supra-estrutura

Quando falamos de "capitalismo", estamos nos referindo simultaneamente a um modo de produção e a uma formação social. Esta última contém vários modos de produção, dos quais o capitalista só ser o maior e o hegemônico. Por isso, a formação social que vem se espalhando pelo mundo, nos últimos 200 anos, também é chamada de "capitalismo".

Convém esclarecer desde logo esta ambigüidade, de que nem todos estão ao par. Um modo de produção é uma forma específica de organizar a atividade produtiva e de repartir o resultado entre os participantes. O *capitalismo* organiza a produção em empresas, que são propriedade privada. Os seus detentores comandam a produção, visando maximizar o lucro. Para tanto, empregam trabalhadores, aos quais pagam salários por tempo de trabalho e/ou quantidade produzida. As características da empresa capitalista vêm se modificando ao longo da história e são estas mudanças – como ainda veremos – que marcam as transformações do modo de produção.

Na formação social capitalista há diversos outros modos de produção. Podemos enumerar os mais importantes. A *produção simples de mercadorias* é realizada por produtores independentes, que possuem os próprios meios de produção. Normalmente os proprietários não empregam trabalhadores assalariados, mas membros da família. Excepcionalmente, haverá empregados, quase só em funções auxiliares. A *produção pública*, estatal ou privada, emprega assalariados e oferece bens ou serviços gratuitamente. Ex.: ensino público, segurança pública, saúde pública etc. A *produção doméstica* se caracteriza pelo autoconsumo. Ela abarca as atividades produtivas realizadas no seio da família, para o consumo de seus membros. A *produção cooperativa* é constituída por empresas de propriedade de seus trabalhadores. Ela produz ou distribui mercadorias, como a produção simples, mas difere desta porque abrange empresas não só pequenas mas de porte médio e grande.

Os modos de produção funcionam lado a lado, intercambiando produtos e competindo entre si. O modo capitalista emprega trabalhadores, cujo sustento depende, em maior ou menor medida, da produção doméstica. O principal "produto vendável" desta é a força de trabalho. As crianças nascidas e criadas nas famílias serão os futuros trabalhadores, sem os quais o modo capitalista não poderia existir. O modo capitalista depende portanto da produção doméstica e, também, da produção pública (educação, saúde etc.) para obter a mão-de-obra, que lhe é imprescindível.

O modo capitalista de produção compete e transaciona com os outros modos de produção de mercadorias, o simples e o cooperativo. A competição se dá nos mercados, entre firmas pertencentes a estes diversos modos de produção. O intercâmbio ocorre na mesma medida, pois firmas capitalistas, de produtores autônomos e cooperativas, compram e vendem umas às outras. Nos últimos tempos, firmas capitalistas, para não desembolsar encargos trabalhistas, tratam de contratar trabalhadores não mais como assalariados mas como produtores simples de mercadorias

ou cooperativas de trabalho. Esta transformação das relações de produção ilustra a importância do relacionamento entre modos de produção como elemento da dinâmica social e econômica da formação social.

Os modos de produção em conjunto formam a infra-estrutura econômica da formação social capitalista. As relações sociais que se estabelecem entre os produtores e consumidores, inseridos nos diversos modos de produção, são reguladas por normas, leis e valores derivados de estruturas legais, políticas e culturais que formam a supra-estrutura. Esta distinção, que devemos a Marx, é extremamente útil, porque no capitalismo infra e supra-estrutura estão sujeitas a dinâmicas deveras distintas.

A infra-estrutura capitalista se move pela incessante revolução das técnicas de produção e pela ininterrupta invenção de novos produtos. Estas mudanças originam-se, via de regra, nas empresas capitalistas e é fundamentalmente por isso que o capitalismo, enquanto modo de produção, é hegemônico. As revoluções tecnológicas, que geram novas maneiras de produzir e de consumir, são suscitadas planejadamente pelas grandes empresas capitalistas mediante uma atividade sistemática de P&D (pesquisa e desenvolvimento). Os demais modos de produção são atingidos pelos novos produtos e métodos e se adaptam a eles.

Além disso, a dinâmica da infra-estrutura é produzida pelo investimento produtivo, tanto na manutenção, reparação, ampliação etc., das empresas existentes como na criação de novas. Todos os modos de produção investem, pois disso depende sua continuidade e desenvolvimento. Mas, a capacidade de investir do capitalismo é maior, exceto em períodos de guerra ou de reconstrução ou em determinadas conjunturas da industrialização, quando os investimentos mais importantes são realizados pela produção pública. Normalmente, o ritmo de crescimento da infra-estrutura é determinado pela acumulação de capital, ou seja, pela inversão das empresas capitalistas.

A dinâmica da supra-estrutura é dada por um complexo de interações sociais e políticas. Uma das teses mais controvertidas de Marx é que este complexo é sempre dominado pela luta de classes. Os individualistas, por sua vez, acreditam que, na "modernidade", estas interações são protagonizadas essencialmente por indivíduos, desejosos de maximizar algo como utilidade, satisfação ou prazer. Ambas as teses são reducionistas, mas contêm importantes elementos explicativos da realidade.

Em determinadas conjunturas históricas, as classes subordinadas se unem contra o *status quo* e, com isso, forçam as classes dominantes a se unir também, o que dá lugar a confrontos, que eventualmente desembocam em revoluções ou contra-revoluções. Em outras conjunturas, as distâncias entre classes dominantes e subordinadas se encurtam, boa parte dos indivíduos consegue vencê-las e esta mobilidade interclassista ampliada dilui os laços de solidariedade, fazendo com que a maioria dos indivíduos atue mais isoladamente.

A era atual é de revoluções, contra-revoluções e guerras, ou seja, de movimentos de massa. Como resultado destes, a supra-estrutura política vem se democratizando e a massa trabalhadora, destituída de propriedade, vem conquistando direitos. Cada vez mais, a supra-estrutura vem sendo transformada por lutas de massa, que ocasionalmente são confrontadas por amplos movimentos repressivos, os quais teremos ocasião de discutir adiante.

O que importa, aqui, é deixar claro que infra e supra-estruturas se movem impulsionadas por forças muito diferentes. A infra-estrutura é basicamente movida pela dinâmica do capital e é possível dizer que a supra-estrutura recebe os impactos das revoluções tecnológicas e seus resultados, que atingem de modo diferente cada classe social e suas várias frações.

Além destes impactos, as estruturas legais, culturais e políticas têm sua própria dinâmica. Marx supunha que os impulsos decorrentes do desenvolvimento das forças produtivas condicionariam o lento revolucionamento das instituições supra-estruturais. A história tem confirmado, em boa medida, esta visão, mas seria um erro reduzir a evolução legal, cultural e política aos efeitos das transformações econômicas. É um erro cometido muito mais pelos discípulos do que pelo autor

original.

Examinaremos na seção seguinte a evolução histórica do capitalismo e nas outras seções a fase contemporânea desta formação social e suas perspectivas futuras. O enfoque será do capitalismo como formação cada vez mais global, mas trataremos de ilustrar as hipóteses com eventos de nossa própria história.

O surgimento da formação social capitalista

O capitalismo, enquanto modo de produção, origina-se da revolução comercial, que teve a Europa Medieval por palco, por volta dos séculos XI a XIV. O comércio intercontinental tinha cessado, após a queda do Império Romano, mas foi sendo gradativamente restabelecido a partir das Cruzadas, que podem ter sido um elemento detonador da revolução comercial. Seja como for, a Europa foi se envolvendo cada vez mais em redes de trocas comerciais com o Extremo Oriente, cujo grau de civilização era muito mais avançado. Surgiu daí a crescente produção para o mercado, organizada sob forma de produção simples de mercadorias nas cidades. Posteriormente, no campo, as prestações servis em natura foram transformadas em pagamentos monetários, o que deu início à substituição da própria servidão pela agricultura camponesa, uma combinação peculiar de produção doméstica (ou de subsistência) com produção simples de mercadorias.

A passagem da servidão à agricultura camponesa esteve longe de ser pacífica. Houve muitas guerras e sublevações camponesas, que pontuaram aquela transição. Onde ela se atrasou, o desenlace tomou a forma de grandes revoluções, como a francesa no final do século XVIII. O que importa aqui é que a formação social que surgiu na Europa, entre os séculos XIII e XVI, tinha o grande capital mercantil como camada dominante. Este, para operar no comércio de longa distância, tinha que ter por base uma crescente produção de mercadorias, organizada maioritariamente como produção simples artesanal ou camponesa. Havia também empresas capitalistas, explorando certo número de artesãos no sistema de encomenda (*putting-out*) ou mesmo como assalariados, mas estas formas antigas de capitalismo eram minoritárias e, de início, excepcionais.

A partir do século XVI, a Inglaterra, que acabaria sendo a pátria do capitalismo, assistiu ao gradual desenvolvimento das empresas capitalistas em determinados setores de produção. "Ao mesmo tempo, numa série de novas indústrias, como as de cobre, bronze e material bélico, papel e fabricação de pólvora, alume e sabão, e também na mineração e na fundição, a técnica de produção foi bastante transformada, como resultado das invenções recentes, que tornavam necessário um capital inicial muito além da capacidade do artesão comum. Consequentemente, neste setor, as empresas eram fundadas por homens e iniciativas que se associavam ou reuniam ações, começando a empregar trabalho assalariado em escala considerável" (Dobb, 1946, p. 90).

Este ponto é fundamental para entender a evolução do capitalismo. A sua vantagem em relação a outros modos de produção foi, desde a origem, a possibilidade de organizar a produção em escalas tão grandes quanto as requeridas pela técnica de produção. O artesanato, assim como a agricultura camponesa, não tinham esta possibilidade, pois baseavam-se na produção familiar. Sua escala de produção dificilmente poderia, ultrapassar os limites do círculo familiar.

É interessante observar que alguns dos ramos em que o capital teve cedo a oportunidade de revelar sua superioridade, na Inglaterra, se originavam de invenções chinesas, como a produção de papel e de pólvora, o que indica que na China a manufatura em escala maior já deveria estar implantada há muito tempo. Não sabemos se o modo de produção capitalista se desenvolveu naquele império, quando a Europa ainda estava no feudalismo, mas é uma hipótese que não se pode descartar.

O capitalismo prosperou nos interstícios da produção simples de mercadorias, dominada pelo capital mercantil, na Inglaterra, sobretudo nas atividades em que a melhor técnica exigia a cooperação de grande número de trabalhadores. A evolução técnica foi favorecendo o capitalismo com o passar do tempo, mas a burguesia manufatureira dificilmente poderia ter aspirado à hegemonia se, no século XVIII, a 1ª revolução industrial não tivesse acelerado de forma brutal aquela evolução.

A ruptura deu-se com a invenção por Arkwright, em 1769, do *water frame*, uma máquina de fiar que era movimentada por animais de tração ou por rodas d'água. Até então as inovações técnicas na fiação e tecelagem eram compatíveis com a produção artesanal. Mas, com as máquinas de fiar de Arkwright começou o período fabril nesta atividade, a mais importante da economia inglesa. Arkwright mesmo, além de patentear o invento, associou-se a outros capitalistas e fez construir um crescente número de fiações industriais, de natureza indubitavelmente capitalista. Poucos anos depois, em 1785, Cartwright logrou construir o primeiro tear mecânico, por meio do qual o capital se apoderou de todo o setor têxtil.

Os artesãos tiveram de competir com as fábricas e, para resistir, precisaram abrir mão de parte crescente de seus ganhos. Durante muitas décadas puderam concorrer na produção de artigos de melhor qualidade, que as primeiras máquinas não conseguiam fabricar. Mas, sua sorte estava selada. As máquinas foram aperfeiçoadas até conseguirem qualidade melhor que a produção manual. A partir deste momento, milhões de artesãos ficaram sem trabalho e outros tantos persistiram até morrerem de fome.

A 1ª revolução industrial passou, a partir deste momento, a desenvolver tecnologias que utilizavam maquinismos cada vez maiores, cada vez mais caros e cada vez mais eficientes. Estas tecnologias foram desenvolvidas por capitalistas, ou seja, por empreendedores que empregavam trabalho assalariado para construir suas máquinas. Não por acaso, seus clientes também eram, em sua maioria, fabricantes capitalistas. Talvez o caso mais representativo fosse o de James Watt, o inventor do motor a vapor, que, para poder aperfeiçoar seu invento, se associou a Matthew Boulton, um dos principais capitães da indústria metalúrgica da época.

A 1ª revolução industrial deu origem à formação social capitalista, ou seja, à formação social em que o modo capitalista de produção domina a infra-estrutura. Mas, este domínio não poderia se impor unicamente pela sua superioridade competitiva, pois no fim do século XVIII os mercados estavam longe de ser de livre concorrência. O avanço do capital na indústria têxtil e na agricultura e, depois, em todos os outros ramos feria os interesses tanto dos produtores simples de mercadorias como dos grandes mercadores monopolistas, detentores de privilégios comprados a peso de ouro do rei e seus ministros. Os interesses feridos mobilizaram todos os recursos políticos que puderam para obter da Câmara dos Comuns a proibição do uso das máquinas automáticas. O seu fracasso mostra que, também na supra-estrutura, mudanças profundas estavam em curso.

Na Inglaterra, a principal mudança política tinha sido desencadeada pela série de movimentos revolucionários, que levaram à deposição e execução de Carlos I, à ditadura de Cromwell, à restauração Stuart e, finalmente, à *Gloriosa Revolução*, de 1688. Desde então, a Grã-Bretanha vinha tendo governos "representativos", escolhidos por uma Câmara eleita por voto censitário. Um século depois, esta Câmara recusou as petições contra as grandes máquinas e pouco depois aprovou feroz legislação contra os "quebradores de máquinas".

A vitória do capital industrial foi devida também ao apoio da aristocracia fundiária, que pouco antes tinha assumido a vanguarda da transformação capitalista da agricultura. Ela promoveu o cercamento de suas propriedades e a expulsão dos camponeses delas. Amplas extensões de terra foram entregues a grandes arrendatários capitalistas, que procediam ao seu cultivo com trabalhadores assalariados. Para alguns, a Revolução Agrícola precedeu a revolução industrial. O aburguesamento da nobreza britânica foi crucial para que o capitalismo enquanto formação social se viabilizasse.

Outro fator que certamente pesou foi a rivalidade com a França, que estava passando pela sua grande revolução. As longas guerras napoleônicas marcaram o embate entre as duas maiores e

mais adiantadas nações européias: França e Grã-Bretanha. A vitória final sorriu aos ingleses também graças à sua superioridade econômica, alcançada mediante a revolução industrial. A competição externa foi o argumento usado pelos fabricantes para persuadir os Comuns a rejeitar as petições contra as máquinas.

Consolidação da formação social capitalista

Entre 1780 e 1880, a indústria fabril consolidou-se na Grã-Bretanha e se difundiu na Europa Ocidental e Central e na América do Norte. A construção acelerada de ferrovias, a partir dos anos 40 do século passado, unificou mercados nacionais, inclusive de nações continentais como os Estados Unidos. No mesmo sentido atuou a construção de canais e o desenvolvimento da navegação a vapor, da telegrafia e da telefonia. A unificação de vastos mercados continentais possibilitou a produção e distribuição em massa, a partir dos 1870, o que vai dar origem à 2ª revolução industrial.

Mas, não foi só a indústria que se difundiu. Também o governo representativo e o *laissez faire*, praticados inicialmente na Grã-Bretanha e Estados Unidos, foram sendo aos poucos adotados por todos os povos "civilizados". O Brasil do segundo império, p. ex., também incorporou estes princípios à estrutura político-legal, embora sua prática esbarrasse na presença vergonhosa mas indispensável (à classe dominante) da escravidão. Nestes cem anos, a formação social capitalista tornou-se a regra na Europa e foi se desenvolvendo em quase todos os países independentes.

Nesta fase inicial do capitalismo enquanto formação social, a empresa capitalista era grande em comparação com as unidades de produção precedentes, mas não grande demais para ser administrada pelo proprietário, ajudado por uma equipe limitada de associados, parentes e empregados de confiança. Nos principais mercados, o número de concorrentes era grande e a firma capitalista típica era "tomadora de preço", ou seja, praticava o preço prevalecente no mercado.

As exceções eram constituídas pelas prestadoras de serviços públicos, como as companhias de estradas de ferro, de construção e operação de canais, de navegação, de telegrafia etc. Para possibilitar o financiamento de seus colossais patrimônios, "desregulamentou-se" a estrita legislação que até então (meados do século XIX) exigia carta patente, concedida pelo parlamento, para a criação de sociedade anônima e plena responsabilidade de seus sócios pelos débitos da mesma. A aprovação da "responsabilidade limitada" dos detentores de ações foi uma revolução legal, que tornou possível o crescimento ilimitado da firma privada mediante o amálgama de inúmeras poupanças individuais, sem que seus detentores se envolvessem na gestão da mesma.

A transformação da supra-estrutura legal, política e cultural foi imensa, através de contínuas revoluções políticas. Não há qualquer exagero em considerar a era aberta pela Revolução Americana e Francesa como uma era de revoluções e contra-revoluções. Basta recordar as revoluções coloniais na América Latina, iniciadas em 1810; a Revolução de 1830, na França, seguida de perto pela quase-revolução de 1832, na Grã-Bretanha, que aprovou a primeira reforma parlamentar (por meio da qual a burguesia conquistou os direitos políticos); as numerosas revoluções de 1848, que cobriram a Europa quase inteira; a Guerra Civil dos EUA (1861/65); a Revolução Meiji (1868) no Japão; e a Comuna de Paris, em 1871, em que o proletariado fez o seu primeiro ensaio de tomada do poder com sucesso.

O que estas revoluções tiveram em comum foi que todas elas representaram intervenções profundas na estrutura política e legal, que, de uma forma geral, transformaram colônias ou territórios "balcanizados" em nações independentes e unificadas, estenderam direitos civis e políticos a novos grupos sociais, limitaram o poder dos governos e os submeteram à autoridade de legislativos eleitos, aboliram privilégios e difundiram a igualdade dos cidadãos perante a lei. No plano da cultura, estas revoluções difundiram, nos países ditos "civilizados", os valores do

liberalismo, das liberdades individuais e dos direitos da cidadania.

Uma pergunta-chave seria a seguinte: há alguma relação necessária entre a revolução infra-estrutural que produziu a hegemonia do capitalismo e as revoluções políticas, que prepararam o advento (no século XX) do mundo das nações e da democracia? A resposta positiva teria que tomar por base o surgimento e o desenvolvimento do movimento operário, como reação revolucionária à ameaça representada pelo avanço do capital industrial ao *status* da classe operária.

Na época da 1ª revolução industrial, a classe operária não-agrícola era composta majoritariamente por produtores independentes, artesãos pertencentes a guildas, através das quais eles defendiam o seu monopólio legal sobre determinados segmentos de mercados, delimitados pela especialização profissional. O advento da indústria fabril, empregadora de grande massa de trabalhadores em princípio não-qualificados e em seguida semiquualificados como operadores de máquinas, implicava a total destruição dos direitos profissionais e econômicos tradicionalmente gozados por mestres e oficiais. Como sabemos, a reação inicial foi tentar impedir a construção das fábricas por meios legais. E, dado o insucesso desta tentativa, parte dos trabalhadores partiu para a destruição das fábricas, o que foi imediatamente reprimido com extremo rigor.

Após o fim das guerras napoleônicas, o movimento operário britânico mudou de rumo. Deixou-se influenciar por Robert Owen, que achava as conquistas da revolução industrial um passo enorme para a emancipação da humanidade e propunha aplicá-las num novo modo de produção que ele denominava "socialismo" e que tomava a forma de aldeias cooperativas, em que a produção e o consumo seriam organizados coletivamente e democraticamente. Se Marx e Engels são os pais do socialismo moderno, Owen deveria ser considerado com justiça o avô.

O fato histórico decisivo é que, a partir de certo momento, o movimento operário cessou sua oposição as inovações técnicas e passou a lutar não mais contra a indústria mas contra o capitalismo. À medida que avançava o capitalismo industrial, em cada país, uma parcela cada vez maior de seus trabalhadores se transformava em assalariados, cujos interesses imediatos eram melhorar suas condições de trabalho e remuneração e acelerar a acumulação de capital, mediante a qual se expandia a procura por força de trabalho e, portanto, a própria classe operária. Os interesses de longo prazo do operariado eram conquistar novos direitos – civis, políticos e sociais – no seio do próprio capitalismo e preparar a substituição do mesmo por uma formação social em que não haveria mais capitalistas e assalariados mas apenas produtores associados.

A presença socialista nas primeiras revoluções da era das revoluções foi minúscula. O papel de Babeuf e de sua *conspiração dos iguais*, na Revolução Francesa, foi praticamente simbólico. Mas, com o passar do tempo e a proletarização dos trabalhadores, o movimento operário ganha importância e sua participação nos diversos movimentos revolucionários será cada vez maior. Quando, em 1848, Marx e Engels iniciam o *Manifesto comunista* com as célebres palavras: "Um espectro vaga pela Europa – o espectro do comunismo", eles talvez estivessem exagerando naquele momento. Mas a enorme importância que o *Manifesto* ganharia nas décadas seguintes é uma clara demonstração de que o comunismo assombraria cada vez mais, não só a Europa, mas todo mundo capitalista.

A partir de 1848, a presença de correntes proletárias – socialistas, comunistas, anarquistas – nas revoluções será crescente. E estas correntes são produzidas pelo avanço do modo de produção capitalista sobre os outros modos de produção, em particular sobre a produção simples de mercadorias. Este seria o elo entre a revolução capitalista na infra-estrutura e o amplo revolucionamento da supra-estrutura, impulsionado não só, mas também, pelas revoluções políticas. A mudança supra-estrutural ganhará dinamismo próprio e tornará desnecessário o recurso à revolução à medida que os direitos civis, políticos e sociais se universalizam.

Convém registrar, finalmente, que o advento do movimento operário socialista vai produzir um implante coletivista nos interstícios da formação social capitalista: as cooperativas de consumo e de produção. A partir da iniciativa dos *Pioneiros Equitativos* de Rochdale, começada em 1844, inúmeras cooperativas foram criadas nos países capitalistas. Juntamente com os sindicatos, com a

legislação do trabalho e da previdência social pública e, sobretudo, com a democracia, as cooperativas representam germes de uma nova formação social, que poderão desabrochar ou não.

A 2ª revolução industrial e o capitalismo monopolista

A partir dos anos 80 do século passado, tem início nova onda de inovações técnicas que constituem a 2ª revolução industrial. Ela produziu o acesso a novas formas de energia, como a elétrica e a produzida pelo motor a explosão, e a novas modalidades de consumo, desde o automóvel e os aparelhos domésticos até a radiodifusão, a televisão, a medicina científica etc. Assim como a 1ª, também a 2ª revolução industrial encurtou as distâncias mediante novas formas de transporte aéreo, aquático e terrestre e de telecomunicações.

É claro que a infra-estrutura sofreu imenso impacto em função da 2ª revolução industrial, com inúmeros efeitos sobre produção, distribuição e consumo. Destes todos, interessa destacar um, que teve o condão de fazer o capitalismo entrar numa nova etapa. Trata-se da *produção e distribuição em massa*. Como vimos, os resultados da 1ª revolução industrial permitiram a unificação dos mercados nacionais e continentais. Para produtos de maior valor agregado, criou-se mesmo um mercado mundial. Foi esta imensa ampliação dos mercados que suscitou a invenção e o desenvolvimento de métodos de produção em massa. Sendo possível produzir para dezenas e centenas de milhões de pessoas, os ganhos de escala industriais a serem obtidos passaram a ser estupendos.

O desenvolvimento de métodos de produção em massa deu-se em primeiro lugar nos Estados Unidos, cujo mercado nacional havia crescido muito por efeito da fronteira móvel, que no fim do século XIX atingiria o Pacífico. Ele começou na produção de líquidos, como bebidas e derivados de petróleo e se estendeu, em seguida, ao processamento contínuo de sólidos, como cereais, tabaco, carne etc. Finalmente, técnicas de produção em massa foram inventadas também para as indústrias de montagem, a começar pela de armas, depois em máquinas de escrever e finalmente em automóveis. A invenção da linha de montagem, por Ford, já no começo do atual século, é a culminância de um processo, que se iniciou cerca de 50 anos antes.

Quando a produção em massa começou a revelar seu prodigioso potencial, estas técnicas se difundiram por outros continentes, a começar pela Europa e em seguida pela América Latina e Ásia. Muitas empresas dos EUA, tão logo consolidaram posições importantes nos mercados internos, trataram de se lançar à conquista de mercados externos; primeiro mediante exportação e em seguida através da abertura de filiais em outros países. A primeira multinacional foi a Cia. Singer, que construiu a maior fábrica de máquinas de costura do mundo, nos 1860, na Escócia.

O exemplo "americano" foi prontamente imitado pelos europeus, sobretudo pelas empresas alemãs, que dispunham, depois da unificação do país, do maior mercado interno do Continente. Com a abertura dos mercados internos às importações, que se verificou nos anos 60 e 70 do século passado, todas as potências industriais passaram a disputar os ganhos de escala decorrentes da produção em massa. Os preços das mercadorias produzidas em série passaram a cair rapidamente, o que eliminava dos mercados os competidores que não conseguiam produzir em quantidades tão grandes quanto seus rivais.

O resultado foi a imensa centralização de capitais. Muitas empresas se fundiam ou as empresas maiores adquiriam as menores, sempre no intuito de ampliar a escala de produção e distribuição. Em cada ramo industrial, o número de empresas caía e o tamanho das que restavam era cada vez maior. Havia obviamente dificuldades em controlar e gerir efetivamente empresas que se tornavam gigantescas. Mas estes problemas já estavam sendo enfrentados, havia décadas, pelas grandes prestadoras de serviços públicos, sobretudo as ferrovias. A estrutura administrativa desenvolvida por estas empresas foi adaptada pelas indústrias que resultavam da centralização do capital. Generalizava-se o *capital monopolístico*.

O caráter dos mercados modificava-se, pois os capitais monopólicos¹⁰ tinham poder para determinar seus preços em vez de aceitar os praticados no mercado. Os setores em que a produção em massa ainda não era possível, como a agricultura, passaram a ficar em franca inferioridade face aos que se tornaram monopólicos. Os *farmers*, nos EUA, vendiam sua produção a indústrias processadoras de grande tamanho, que em mercados regionais se tornavam monopólios (compradores únicos). Ao mesmo tempo, eles tinham de adquirir adubos, sementes e máquinas agrícolas de monopólios. Seus ganhos eram esmigalhados pelos preços altos dos insumos que compravam e os preços baixos que obtinham pelos seus produtos.

No fim do século passado, as regiões agrícolas dos EUA originaram um movimento, chamado de "populista", de revolta contra o domínio do capital monopolista. Ele conquistou suficiente poder político para aprovar uma legislação "antitrust", que obriga o Departamento de Justiça a dissolver os monopólios e impedir que a livre concorrência possa ser eliminada. Esta legislação não pôde brevar e reverter a centralização de capitais, desencadeada pela 2ª revolução industrial. Mas, ela serviu e continua servindo para impedir que a centralização seja levada às últimas conseqüências.

A lógica da centralização é produzir o monopólio. A maximização do lucro em ramos de produção, em que ganhos de escala são significativos, leva os capitais a se centralizar até constituírem uma só empresa. Não há qualquer razão para cessar os processos de fusão e aquisição. Mas, se nos principais ramos industriais e de serviços – inclusive transporte, telecomunicações, comércio e finanças – os mercados se tornassem monopólicos, os preços e, possivelmente, as quantidades de mercadorias a serem transacionadas teriam de ser fixados por algum árbitro estatal, o que transformaria o capitalismo em alguma espécie de economia centralmente planejada.

A preservação do capitalismo é vital para todos os capitais, pequenos, médios e grandes. Por isso, coletivamente, a classe capitalista deseja preservar *alguma* descentralização dos capitais e *alguma* competição entre eles, apoiando a ação governamental que impede a monopolização da economia. Esta ação admite a centralização até o limite do oligopólio, ou seja, ela aprova Fs&As (fusões e aquisições) até que reste um número mínimo mas maior que um ou dois em cada mercado. A ação antimonopólica do estado capitalista é ainda bastante controvertida, mas não resta dúvida que todos os mercados dominados pelo grande capital tendem a ser oligopólicos.

Surge assim uma elite de grandes empresas, integradas vertical e horizontalmente. Elas são na verdade *multiempresas*, ou seja, conglomerados de numerosas empresas que – se fossem independentes – seriam competidoras ou complementares. A multiempresa se integra verticalmente ao fundir em si produtores de matérias-primas, processadores de produtos intermediários, fabricantes de produtos finais, distribuidores dos mesmos no atacado e no varejo, empresas financiadoras de vendas a crédito, prestadoras de assistência técnica etc., reunindo *sob a mesma firma todas as etapas de uma cadeia produtiva*; ela se integra horizontalmente ao fundir em si um grande número de empresas que realizam a mesma atividade em diferentes localidades de um país e em diferentes países.

A produção em massa suscitou uma nova lei: muitas empresas reunidas numa só tinham custos mais baixos e, portanto, eram mais lucrativas do que o seriam separadamente. Mas, esta lei não abrangia toda economia. Em setores em que os produtos não são padronizáveis, em que a iniciativa local e imediata é vital na prestação de um serviço ou em que o atendimento personalizado do cliente é de grande importância, os ganhos de escala não existem ou são insignificantes face a outros fatores, que requerem descentralização. Na agricultura, no comércio de produtos de alto valor (carros, objetos de arte, jóias etc.), nos serviços de reparação, na educação e na assistência da saúde, unidades descentralizadas podem ser mais eficientes e lucrativas do que multiempresas.

Desta maneira, a classe capitalista passou a se dividir em duas frações distintas: a fração oligopólica das multiempresas e a fração das empresas geridas pessoalmente pelos donos. As multiempresas são administradas por diretores e gerentes profissionais, que são assalariados. Em geral, são remunerados por opções de compra de ações, o que os torna acionistas da empresa ao longo de sua carreira. Mas, eles não dirigem as multiempresas na condição de acionistas, mas como profissionais assalariados. Um grupo que detém uma maioria de ações com direito a voto

assume o controle da empresa, designa seus diretores e monitora seu desempenho através de seu conselho de administração.

As empresas capitalistas, geridas pelos proprietários, atuam nos setores descentralizados e, freqüentemente, são satelizadas pelas multiempresas. Os cultivadores e criadores que dependem de indústrias processadoras, os revendedores de produtos de multiempresas, como carros, seguros ou gasolina etc., são exemplos de empresas descentralizadas, operados pelos donos, mas que se pautam pelas regras das multiempresas que lhes compram a produção ou cujos produtos revendem.

Os efeitos centralizadores da produção em massa também atingiram os sindicatos de trabalhadores. As multiempresas trataram de impedir de todas as maneiras que seus trabalhadores fossem organizados por forças hostis ao capital. Algumas recorreram à repressão violenta, outras promoveram a formação de "sindicatos de empresas", que elas controlavam. Nos EUA, foi apenas nos anos 30, no bojo das grandes lutas por direitos sociais, que o movimento operário conseguiu tomar pé nas multiempresas.

Crise, depressão e 2ª guerra mundial: surge o capitalismo dirigido

O desenvolvimento do capitalismo monopólico aguçou as contradições entre as grandes potências, engajando-as em luta mortal pelo domínio dos mercados mundiais. O resultado foi a 1ª grande guerra (1914/18), em que duas coligações imperialistas se defrontaram em longo morticínio, que custou a vida de milhões e devastou amplas regiões da Europa. Finda a guerra, eclodiu uma onda revolucionária, que começou ainda em 1917 na Rússia, onde os comunistas tomaram o poder e, em seguida, atingiu os impérios derrotados. A monarquia foi derrubada na Alemanha, na Austria-Hungria e na Turquia, sendo que os dois últimos impérios foram totalmente desmembrados.

A reconstrução das economias devastadas foi retardada em parte pela exigência de pagamento de grandes reparações de guerra pela Alemanha e pela instabilidade política nas novas repúblicas da URSS, Polônia, Hungria e Áustria. Em todos estes países, a desordem fiscal e monetária do tempo de guerra ainda se agravou na paz e hiperinflações violentas destruíram as poupanças, desvalorizaram as dívidas públicas e arruinaram a pequena burguesia. O receio da inflação tornou-se obsessivo nas classes dominantes e, em conseqüência, ressurgiu o conservadorismo monetário, que entronizava a estabilidade dos preços como valor supremo da condução pública da economia.

Ao mesmo tempo, houve também importantes avanços democráticos. A maioria dos países adiantados adotou o sufrágio universal, estendendo plenos direitos políticos às mulheres. No Brasil, o sufrágio universal foi adotado a partir de 1932. O movimento operário ganhou força e, pela primeira vez, em 1924, um partido de esquerda – o *Labour Party* – conquistou o governo num grande país, a Grã-Bretanha. A consolidação do poder soviético na URSS deu imenso ânimo a todas as forças anticapitalistas.

Esta evolução foi no entanto freada pela crise de 1929/33, seguida por uma depressão que só terminou na década seguinte, com a eclosão da 2ª guerra mundial. Esta foi indiscutivelmente a pior crise da história do capitalismo, em termos de destruição de valores, de amplitude e duração do desemprego, de empobrecimento em massa. Os bancos centrais, com o americano e o inglês à frente, permaneciam preocupados com o perigo de hiperinflação e mantinham contidos os gastos públicos e o crédito. Deste modo, uma crise já agravada pela

centralização do capital, como veremos adiante, tornou-se interminável por causa das políticas recessivas praticadas pelos governos e autoridades monetárias.

Convém observar que durante a etapa do capitalismo concorrencial, quando ocorriam crises e os preços despencavam, as empresas mais frágeis fechavam, a produção caía juntamente com a demanda, mas a tendência à baixa da atividade e do emprego tendia a desacelerar. A desvalorização do capital ajudava a recuperar a taxa de lucro¹¹ e a economia estava pronta para encetar nova fase de crescimento. Na etapa do capitalismo monopólico, as multempresas não quebram e nem baixam os preços. Elas preferem preservar as margens de lucro, reduzindo o volume de produção e despedindo parte dos trabalhadores. O desemprego e a eventual baixa dos salários, que pode ocorrer ou não, reduzem a demanda, o que induz as multempresas a novos cortes na produção e no emprego. A tendência à baixa não desacelera, podendo até acelerar se houver pânico financeiro e falência de bancos e outros intermediários financeiros.

A crise tenderia a se estender se não fossem as empresas pequenas e médias, as quais continuam baixando os preços e quebrando. Como os grandes e pequenos capitais interagem, no final, os preços todos caem (inclusive das multempresas, cujos custos decrescem) e a crise eventualmente chega ao fim, mas depois de ter durado mais e causado perdas muito maiores. Foi isso que aconteceu em 1929/33: após forte *boom* especulativo, a Bolsa de Nova Iorque sofreu baixas contínuas até entrar em colapso. A desvalorização maciça das ações cotadas arruinou os aplicadores e os bancos que os financiavam.

A crise irradiou-se rapidamente dos Estados Unidos ao resto do mundo, mas foi completamente subestimada tanto pelos tecnocratas dos tesouros e bancos centrais como pelos formadores da opinião pública, exceto um punhado de clarividentes, entre os quais se destacava John Maynard Keynes. O mundo oficial continuava mesmerizado pelo temor à inflação e, por isso, aplicava medidas purgativas, que prolongavam e agravavam a crise.

Finalmente, após três longos anos de sofrimentos, os governos "bem-pensantes" começaram a ser substituídos por outros, heterodoxos, prontos para fazer o oposto do recomendado pelo consenso conservador. Em 1932, os socialdemocratas subiram ao poder na Suécia e em janeiro de 1933 Roosevelt foi empossado na Casa Branca e Adolf Hitler na *Reichskanzlei*, em Berlim. Estes governos passaram imediatamente a expandir o gasto público, a liberar o crédito e a desvalorizar a moeda em relação ao ouro. Os resultados não se fizeram esperar. A partir de 1933, suas economias retomaram o crescimento, embora em ritmo fraco e hesitante.

Pela primeira vez na história do capitalismo a economia foi resgatada da crise não pela reação espontânea dos mercados mas por uma ação deliberada do estado. Esta mudança marca a entrada do capitalismo em nova etapa, que chamaremos *capitalismo dirigido*. Começou a ficar claro que o capitalismo monopólico tem uma dinâmica cíclica diferente do capitalismo concorrencial. Como o capital monopólico ajusta quantidades – nível de produção e de emprego – e não preços, a desvalorização dos capitais ocorre em grau menor, o que atrasa a retomada espontânea dos investimentos. Abandonada a si própria, a economia dominada por multempresas corre o perigo de cair em letargia, da qual dificilmente sairá sozinha.

Por outro lado, o capitalismo é mais apto a ser dirigido pelo estado em sua etapa monopólica do que na etapa anterior. Isso já tinha ficado evidente durante a 1ª guerra mundial, quando a produção estatal assumiu a hegemonia e subordinou a economia civil às suas prioridades bélicas. As indústrias oligopólicas, que já eram planejadas pelos seus administradores profissionais, puderam ser enquadradas com certa facilidade no esforço de guerra, o que em absoluto foi o caso da agricultura e de outros setores, em que a produção era efetuada por um grande número de unidades independentes.

As experiências inaugurais do capitalismo dirigido tiveram sentidos sociais e políticos deveras distintos. Os socialdemocratas suecos e os *newdealers* de Roosevelt reviveram a demanda efetiva redistribuindo renda aos menos favorecidos mediante novos direitos sociais e iniciando obras públicas necessárias ao bem-estar da população. Hitler e os nazistas reconstruíram a indústria alemã para poder se lançar a uma corrida armamentista, que preparou a guerra mundial. Sua política social consistia em compensar os baixos salários com fervor patriótico, xenofobia e anti-semitismo.

A primeira estratégia equívaleu a uma revolução política e social, pois inaugurou um modo democrático de governar em que o poder de estado passou a ser partilhado entre representantes do movimento operário e do capital. O *New Deal* deu *status* legal à representação sindical, inclusive nos locais de trabalho, e criou um programa permanente de sustentação oficial dos preços agrícolas. A socialdemocracia sueca, que ganharia as eleições nas décadas seguintes, desenvolveu um sistema de negociação permanente entre a central operária, a cúpula empresarial e o governo nacional.

A segunda estratégia, do nazifascismo, equívaleu a uma contra-revolução política. Todas as conquistas democráticas foram anuladas, os direitos políticos revogados, todo poder de decisão foi concentrado na pessoa do *Fuhrer*, o que representou um recuo aos tempos anteriores ao século das luzes. Do ponto de vista supra-estrutural, o contraste entre estas estratégias não podia ser maior. Não obstante, do ponto de vista infra-estrutural, elas apresentavam um elemento em comum: no relacionamento entre os modos de produção, o capitalista ficava em certa medida dependente e subordinado às decisões dos que estavam à testa da produção estatal.

As duas estratégias se confrontaram nos campos de batalha da 2ª guerra mundial e a estratégia revolucionária das democracias triunfou sobre a estratégia contra-revolucionária do Eixo. Este desenlace definiu o destino do capitalismo no após-guerra. Convém lembrar que esta guerra mundial, ao contrário da primeira, foi um vasto confronto político e ideológico entre o nazifascismo e uma ampla aliança que reunia desde os conservadores ingleses de Churchill até os supostos comunistas de Stalin, passando por todas as tendências democráticas: liberais (no sentido gera)>, "liberais" (no sentido "americano" de progressistas), socialdemocratas, socialistas, nacionalistas, trotsquistas etc.

O principal vencedor da 2ª guerra mundial foram os Estados Unidos e sua vitória representou a difusão mundial da revolução rooseveltiana. O capitalismo dirigido, após 1945, adquiriu um sentido democrático e progressista, consubstanciado pelo compromisso de todos os governos – inscrito em leis e nas novas constituições – de *manter o pleno emprego*. Este compromisso equívaleu a um pacto social, pelo qual se reafirmou a democracia, adicionando-lhe a responsabilidade assumida pelo estado de assegurar a todos os cidadãos trabalho e condições aceitáveis de vida.

O compromisso do pleno emprego e do que se chamou depois de estado de bem-estar social foi correspondido, no plano cultural, por profunda reviravolta na ciência econômica: a *revolução keynesiana*. Keynes rompeu com suas próprias convicções ortodoxas quando publicou, em 1936, sua obra mais importante: *The General Theory of Employment, Interest and Money (Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro)*. Ele procurou mostrar que no capitalismo o nível de emprego e de atividade não são determinados por livre concorrência nos mercados de fatores, mas pela variação da demanda efetiva, que depende da propensão a consumir da população e das decisões de investir dos empresários.

Assim sendo, o desemprego, que na época ainda era muito grande, podia ser involuntário, no sentido de que ele não seria reduzido pela aceitação de salários menores por parte dos trabalhadores. Salários menores, se fossem gerais, aumentariam a deflação, pois os demais preços tenderiam a cair também, o que deprimiria a demanda, pois os compradores adiariam seus gastos, à espera de que os preços caíssem ainda mais. Se a redução de salários fosse parcial, provavelmente os preços não a acompanhariam, o que acarretaria redução dos salários reais e, portanto, do consumo operário, o que também diminuiria a demanda efetiva e o nível de emprego.

Para reduzir o desemprego e elevar o nível de atividade, era preciso elevar a demanda efetiva, o que, nas circunstâncias, só o governo poderia fazer, seja mediante sua política fiscal – eventualmente gastando mais que a arrecadação – seja mediante sua política monetária, tornando a oferta de dinheiro abundante e a taxa de juros baixa. A principal conclusão de Keynes é que o governo pode governar a conjuntura através do que se chamou de políticas anticíclicas. Estas consistem basicamente na manipulação da própria produção estatal, de modo que ela sirva de contrapeso às oscilações da produção capitalista. E adicionalmente, a manipulação da política monetária poderia servir ao mesmo propósito.

O capitalismo dirigido não surgiu de transformações infra-estruturais, como foi o caso do capitalismo concorrencial e do monopólico, mas de mudanças revolucionárias na supra-estrutura. Ele resulta de um novo relacionamento entre estado e mercado. No liberalismo, vigente a partir de meados do século XIX, o estado tinha por objetivo proteger o mercado, impedir que a monopolização destruísse a concorrência inteiramente e fazer com que as classes sociais, particularmente a operária, aceitassem pacificamente o "veredicto do mercado", qualquer que ele fosse. No dirigismo, vigente a partir do segundo terço deste século, o estado tinha por objetivo guiar o mercado, induzindo os agentes econômicos a adotar condutas que resultassem em pleno aproveitamento dos recursos.

Os anos dourados: revolução colonial, guerra fria e globalização dirigida

Entre 1945 e 1973, aproximadamente, o capitalismo passou por uma fase de extraordinária prosperidade. O crescimento econômico foi tão intenso que o rápido aumento da produtividade não elevou o desemprego. Antes, pelo contrário, os atingidos pelo desemprego tecnológico puderam encontrar novos empregos em setores em rápida expansão, sobretudo na prestação de serviços. Um dos logros mais extraordinários foi uma quase estabilidade estrutural, tendo as recessões sido bastante débeis e curtas. Por tudo isso, este período vem sendo chamado *retrospectivamente* de anos dourados.

Durante estes anos, a era das revoluções não só prosseguiu mas, inclusive, se intensificou. Nunca houve tantas revoluções num período tão curto, inferior a três décadas. Para começar, houve as revoluções "comunistas", inspiradas pela Revolução de Outubro, na Iugoslávia, na China, na Indochina (Vietnã e arredores), em Cuba, sem contar com os golpes de estado favorecidos pelas tropas de ocupação do exército vermelho em vários países da Europa Oriental etc. Depois houve as revoluções para a libertação das colônias, numerosas demais para serem enumeradas. Basta referir que, durante os anos dourados, a revolução colonial estendeu-se ao conjunto da Ásia, da África e do Caribe, levando à emancipação da grande maioria dos países antes submetidos ao domínio colonialista.

Finalmente, houve grandes movimentos cívicos políticos, que equívalem a revoluções sem sê-lo do ponto de vista formal, pois não praticavam a violência nem pretendiam a tomada de poder. Como observamos acima, após a adoção da democracia política, mudanças supra-estruturais profundas podiam ser alcançadas sem a necessidade de desalojar do governo os seus ocupantes eventuais. Isso mudou o caráter dos movimentos revolucionários. Antes da democracia, o objetivo tático destes movimentos tinha de ser a tomada do poder, pois sem ela os demais objetivos eram inatingíveis. Mas, dentro da democracia, o objetivo tático passou a ser mobilizar a opinião pública para eventualmente conquistar as mudanças através de medidas políticas e/ou a adoção de novos valores e novas condutas por parte da população.

Merecem menção os grandes movimentos pela paz e contra a guerra, particularmente nos Estados Unidos, durante a guerra do Vietnã; o movimento conquistou a opinião pública, forçando o governo a retirar as tropas. O movimento estudantil-operário de maio de 1968, na França, também alcançou sua principal vitória no campo cultural, pois seu principal propósito era protestar contra o autoritarismo no seio das instituições da sociedade civil. Surgiu, no fim dos 1960, sobretudo na Europa e na América Latina, uma aliança operária-estudantil, que conferiu aos movimentos reivindicatórios dos assalariados um certo toque de rebeldia. A radicalização traduziu-se em maiores conquistas salariais, que contribuíram para a grande crise inflacionária dos anos 70.

Ao lado destes movimentos, cabe lembrar os dirigidos contra o totalitarismo stalinista, desde 1953, em Berlim e na Alemanha Oriental, em 1956, na Polônia e na Hungria, em 1968, na Tchecoslováquia e, novamente, em 1970 na Polônia etc. Movimentos de mesma natureza contra ditaduras militares verificaram-se por toda América Latina e em países da Ásia. No Brasil, caberia registrar as grandes demonstrações estudantis, em 1968, contra a ditadura militar, replicadas em

Cordoba, na Argentina (o "Cordobaço"), e no México, onde os manifestantes foram massacrados pela polícia na principal praça da capital.

Estes movimentos provocaram amplas mudanças supra-estruturais durante o período nos principais países. De todas as revoluções encetadas neste período de extraordinária efervescência, a que teve maior êxito (como escreveu Norberto Bobbio) foi a feminista. As mulheres se emanciparam economicamente da tutela masculina e protagonizaram uma revolução sexual que abalou os fundamentos da família monogâmica nuclear. Uma de suas conseqüências não visadas foi a queda da fecundidade a ponto de levar o crescimento populacional dos países mais desenvolvidos a se tornar negativo.

De que modo estas mudanças afetaram o capitalismo dirigido nos anos dourados? É preciso lembrar que o capitalismo estava se defrontando, pela primeira vez, com um sistema socioeconômico rival, que se autodesignava como "socialismo real" ou "realmente existente". Os países que o adotaram estavam muito longe dos ideais do socialismo, mas suas economias diferiam do capitalismo num ponto essencial: toda atividade produtiva era controlada pelo estado, que alocava administrativamente os meios de produção às empresas, definia metas de produção e fixava os preços de todas as mercadorias e os salários a serem pagos.

No confronto entre capitalismo e "socialismo real", o primeiro estava na defensiva. A partir dos 1950, a cortina de ferro dividia os domínios no primeiro mundo, mas a disputa continuava intensa no terceiro mundo, onde o atraso econômico fragilizava o capitalismo e suas instituições supra-estruturais. Um número significativo de ex-colônias adotou o "socialismo real" ou versões derivadas do mesmo, tendo acontecido o mesmo com Cuba, em território americano.

Para conter a ofensiva stalinista, todos os países capitalistas uniram-se num bloco liderado pelos EUA. Ao mesmo tempo, as economias devastadas pela guerra foram reconstruídas, com muito menos dificuldade e demora que depois da 1ª grande guerra. Amedrontados pela ameaça do "comunismo", os EUA desta vez foram generosos. Perdoaram as dívidas de guerra, abriram mão de reparações e ofereceram generosa ajuda financeira ao conjunto dos países europeus e ao Japão, sob a forma do Plano Marshall. Desta forma, o "Mundo Livre" entrou numa fase de grande prosperidade, em que as tendências à globalização puderam ser retomadas com ímpeto.

Ainda antes do fim da 2ª guerra mundial, os americanos convocaram a conferência de Bretton Woods, presidida por Keynes¹², em que delegados de todos os países aliados conceberam um novo sistema internacional de pagamentos, tendo por eixo o Fundo Monetário Internacional (FMI). Criaram também o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Estas duas instituições financeiras intergovernamentais tinham por objetivo permitir a retomada da globalização, mas agora dirigida por elas em conjunto com os governos nacionais.

Durante os anos dourados, as EMNs (empresas multinacionais) "americanas" multiplicaram suas filiais, primeiro na Europa e, em seguida, nos outros continentes, sobretudo na América Latina e Ásia. Tão logo a reconstrução se completou, as multinacionais da Europa e do Japão trataram de fazer o mesmo. O Brasil começou a receber novamente EMNs, no pós-guerra, a partir da presidência de Juscelino Kubitschek (1956/61), quando o governo colocou como meta implantar uma indústria automobilística no país em 5 anos, no fim dos quais os carros deviam ser produzidos com componentes inteiramente nacionais. Esta meta, assim como diversas outras, na siderurgia, na fabricação de tratores e de navios etc., foi cumprida mediante a implantação de filiais de multinacionais, sobretudo alemãs e japonesas.

Este exemplo ilustra bem o que veio a ser a globalização dirigida. O governo brasileiro, assumindo a liderança do processo de industrialização, fixava metas e negociava com as multinacionais do primeiro mundo as inversões necessárias a sua realização. Algo semelhante ocorria em outros países. Na França, o processo econômico era formalmente orientado por planos quinquenais negociados pelos governos com sindicatos operários e entidades empresariais e aprovados pelo parlamento. No Japão, o governo encetou uma política coordenada de reindustrialização do país sem permitir a participação de EMNs estrangeiras. O ministério de comércio exterior fixava metas e orientava os fluxos de crédito para suscitar as inversões necessárias ao seu cumprimento.

O grau e a forma de intervenção do governo na economia variava muito de país a país. A única generalização razoável é que esta intervenção tendia a ser mais profunda quanto menos desenvolvida fosse a economia. O único país em que o governo restringia sua atuação às funções prescritas pelo liberalismo eram os EUA. O dirigismo econômico neste país limitava-se à política monetária e aos ponderáveis gastos militares, que acabaram gerando o famoso "complexo industrial-militar", ou seja, toda uma economia de guerra em tempos de paz. Como potência hegemônica do bloco capitalista, os EUA introduziram uma cunha liberal nas instituições coordenadoras da globalização. Por causa da influência "americana", tanto o FMI como o Banco Mundial nunca deixaram de pressionar os governos clientes a restringir e reduzir a intervenção estatal na economia.

A partir de meados dos 1950, a vantagem tecnológica dos americanos começou a ser erodida e, em lugar da primazia de uma única potência, começou a emergir a hegemonia econômica de uma elite de nações, formada pelos EUA, países da Europa Ocidental e Central e o Japão. Este novo equilíbrio passou a se refletir no comércio internacional. Os outros países da elite conquistaram espaço no mercado mundial, em detrimento dos EUA, cujo balanço de pagamentos passou a ser deficitário.

O déficit "americano" podia ser atribuído à exportação de capitais, já que os rendimentos externos das empresas dos Estados Unidos cobriam o excesso de importações sobre exportações. Este fato provocou uma reação nacionalista de De Gaulle, que tinha reassumido a chefia do estado francês, a partir de 1958. Os EUA "pagavam" o déficit de seu balanço de pagamentos com emissão de dólares e/ou de títulos do Tesouro, avidamente demandados pelo resto do mundo. Pelas regras aprovadas em Bretton Woods, o dólar era a moeda-chave do sistema internacional de pagamentos e, por isso, a forte expansão das transações internacionais requeria crescente volume de meios de pagamento, ou seja, dólares.

À primeira vista era tudo normal, só que as multinacionais americanas continuavam comprando o controle de grandes empresas francesas (e alemãs, italianas, inglesas etc.) não com receita de vendas de mercadorias mas com "papel pintado", ou seja, moeda-papel. De Gaulle passou a protestar contra o privilégio dos EUA de não precisar submeter-se à disciplina monetária que o FMI impunha aos demais países. Ele determinou que a França deixaria de acumular reservas cambiais em dólares, passando a fazê-lo em ouro. Outros governos, com muito menos alarde, passaram a fazer o mesmo.

Com isso, estourou a crise do dólar. Ela representou o primeiro passo para a substituição da hegemonia dos EUA sobre o mundo capitalista pela hegemonia compartilhada do que hoje se chama Trilateral: Estados Unidos, Europa e Japão. Além disso, a crise do dólar acarretou uma disputa entre o governo "americano" e suas EMNs, que deu origem ao euromercado de capitais e à desregulamentação dos sistemas financeiros. A partir dos 1970, o dólar deixou de ser a moeda-chave dos pagamentos internacionais¹³ e o FMI passou a emitir DES (Direitos Especiais de Saque), uma moeda internacional cujo valor reflete o de uma cesta de moedas de diversos países.

A solução da crise do dólar marcou o fim dos anos dourados. A partir de 1974, a economia capitalista voltou a apresentar ponderáveis oscilações conjunturais, com recessões profundas e longas. O ritmo de crescimento passou a cair de década em década e as taxas de desemprego, que eram negligenciáveis na maioria dos países adiantados, voltaram a se tornar altos e cada vez mais altos, a ponto de atingirem nos anos noventa níveis semelhantes aos dos trinta.

O fim dos anos dourados foi marcado por grandes lutas de classe nos principais países. A rebeldia operária-estudantil, a que nos referimos acima, era inexplicável à primeira vista, pois o padrão de vida dos trabalhadores era muito confortável, incomparavelmente mais alto do que o de seus pais e avós. Mas o conteúdo do trabalho industrial continuava sendo rotineiro, extenuante, alienador e cada vez mais insuportável para trabalhadores jovens, com altos níveis de escolaridade e capacidades inproveitadas.

Quando o ritmo de crescimento da produção e da produtividade começou a cair, nos setenta, a pressão das greves selvagens atingiu o auge. O resultado foi o repasse dos custos aumentados da

força de trabalho aos preços, o que era facilitado pela elevada oligopolização da economia. Pela primeira vez, em tempos de paz, a inflação nos países adiantados começou a subir fortemente, atingindo taxas de dois dígitos em alguns países em determinados anos. O temor da inflação descontrolada cresceu nestes países, sobretudo entre os detentores de ativos financeiros, o que incluía boa quantidade de operários.

A crise inflacionária dos anos setenta também foi agravada pela crise do petróleo. A OPEP, o cartel dos países exportadores, conseguiu aumentar violentamente o preço do petróleo por duas vezes, o que desencadeou fortes pressões inflacionárias nos países usuários, dependentes deste combustível. Mas, ao contrário do que se pensou na época, os efeitos da crise do petróleo foram inteiramente transitórios. Sua importância está em ter reforçado a grande reviravolta ideológica, que passou a desafiar o capitalismo dirigido. Refiro-me obviamente ao renascimento do liberalismo sob a forma da vaga *neoliberal*.

O desafio ao dirigismo e a 3ª revolução industrial

O liberalismo entrou no que parecia sua crise derradeira nos anos trinta, quando ficou evidente que a aplicação de sua doutrina só prolongava a depressão. A disfunção do liberalismo para a gestão do capitalismo acabou então com sua credibilidade. Restaram bolsões de liberais nos ministérios de finanças, nos departamentos de economia e de direito das universidades e em alguns jornais, com influência ainda perceptível nos países anglo-saxões, mas negligenciável nos demais. No Brasil, uma das derradeiras manifestações do liberalismo foi a polémica de Eugenio Gudín com Roberto Simonsen a propósito da intervenção do governo no processo de desenvolvimento.

Mas, nos anos setenta, foi o keynesianismo que entrou em crise profunda. De acordo com Keynes, inflação só ser manifestação de demanda efetiva excessiva em relação à oferta agregada de bens e serviços. Portanto, para conter a inflação, cumpre reduzir a demanda mediante corte de despesa pública, aumento de arrecadação fiscal e contenção da oferta monetária. Estava claro que estas medidas eram recessivas. Para combater a inflação, o governo deveria lançar deliberadamente a economia em recessão, até que o excesso de oferta paralisasse a subida dos preços.

A receita foi devidamente aplicada, mas o seu resultado foi a "estagflação": a diminuição da demanda efetiva reduzia o nível de atividade e do emprego, mas os preços e os salários continuavam a subir. Era algo novo na história da economia de mercado. Nos principais países, os preços eram impulsionados por uma espiral preços-salários, que se mostrava imune à queda da atividade e ao aumento do desemprego.

Isso acontecia porque os trabalhadores não abriam mão de aumentos salariais, inclusive para compensar o aumento do custo de vida, porque estavam acostumados à situação de pleno emprego. Perder o emprego não era uma desgraça, porque não levava muito tempo para encontrar outro e, durante o período de inatividade, o seguro-desemprego proporcionava um rendimento apenas um pouco menor que o salário.

Além disso, havia um relacionamento estreito entre a direção das multempresas e a alta direção dos grandes sindicatos. Para preservar a paz dentro das fábricas, a direção se inclinava a atender as reivindicações dos trabalhadores, inclusive porque era fácil repassar o ônus aos consumidores. Governos trabalhistas e socialdemocratas tentaram impor diretrizes de contenção de salários e preços a empresas e sindicatos, mas estas tentativas só tiveram êxito em países pequenos, muito dependentes do mercado externo e com um movimento sindical disciplinado, em que a orientação da central era seguida pelas bases nas empresas. Nos países maiores, a pactuação de preços e salários fracassou, possivelmente porque a opinião pública não foi motivada a respaldá-la.

Começou a ficar claro para os governos e as cúpulas empresariais que as pressões inflacionárias decorrentes dos conflitos distributivos – que envolviam não apenas operários e empregadores mas também pequenos agricultores, regiões deprimidas, grupos sociais marginalizados etc. – só poderiam ser eliminadas de uma forma favorável aos interesses capitalistas se, em lugar do pleno emprego, fosse restabelecido um ambiente de "sadia competição" no mercado de trabalho, ou seja, *se fosse reconstituído ponderável exército industrial de reserva*.

Esta nova postura correspondia exatamente ao que vinham pregando os liberais remanescentes, que não se cansavam de acusar os governos keynesianos de promover a inflação. Milton Friedman, o papa do monetarismo, tinha acabado de "demonstrar" que as tentativas de reduzir o desemprego abaixo do seu nível "natural" só tinham êxito temporário, enquanto a demanda efetiva crescia acima do seu nível de equilíbrio, mas a inevitável subida dos preços ainda não tinha se manifestado. Para Friedman, o compromisso com o pleno emprego não passava de formidável equívoco, do qual só poderia resultar inflação e inflação crônica e crescente.

Em poucos anos, este obscuro professor de economia, que antes pregava no deserto, tornou-se o autor mais lido e mais citado, com o maior número de seguidores e discípulos, criador de uma nova ortodoxia. O neoliberalismo não passa do velho liberalismo redivivo. Friedman confessadamente reformulou as proposições clássicas para incorporar os conceitos macroeconômicos de inspiração keynesiana e os instrumentos econométricos, que permitem rejeitar hipóteses improváveis.

A vaga neoliberal iniciou-se na segunda metade dos anos 70, tornou-se hegemônica nos 80 e inspira vasta contra-revolução institucional nos 90. Ela corresponde a uma necessidade objetiva da classe capitalista, que se sentia tolhida e ameaçada pelo dirigismo econômico, imposto por governos em que o movimento operário tinha tanta influência quanto o grande capital. O desconforto (para dizer o menos) dos capitalistas não era gratuito. Ele foi produzido por uma grande e difusa ofensiva de lutas de massa, entre os anos de 1960 e os 70, em parte capitaneada pelo que chamamos acima de aliança operária-estudantil.

No plano cultural, o neoliberalismo representou uma contra-ofensiva do pensamento conservador. No plano político, o neoliberalismo apresentava aos atores um programa que prometia ao mesmo tempo estabilizar os preços e recuperar a taxa de lucro, comprimida pelas pressões não só salariais mas também tributárias. À primeira vista, parecia um programa inaceitável às maiorias eleitorais. Mas, estas estavam insatisfeitas e impacientes com os sucessivos fracassos de governos que pretendiam estabilizar os preços sem abrir mão permanentemente do pleno emprego e sem tocar nos direitos adquiridos dos trabalhadores.

Em 1979, a eleição de Thatcher marcou o começo da grande reviravolta. Seguiu-se a vitória de Reagan, em 1980, nos Estados Unidos e, depois, uma enxurrada de triunfos neoliberais. A vitória do neoliberalismo tornou-se completa quando governos socialistas, socialdemocratas e semelhantes começaram a aplicar o seu programa como única saída para o impasse representado pela estagilação.

O programa neoliberal se assemelha ao keynesiano, mas com claro viés antioperário e com muito maior alcance. O aumento do desemprego, que para o keynesiano é uma necessidade desagradável e que, por isso, deve ser tolerado apenas enquanto estritamente indispensável, torna-se para o neoliberal um objetivo estrutural. Não é que o neoliberal goste que pessoas fiquem sem emprego. E que ele está convicto que o desemprego resulta de opções individuais e, por isso, ele é *voluntário*. Ele defende o direito do trabalhador de optar por ficar algum tempo desempregado, até encontrar o emprego que lhe convém com a paga que ele (trabalhador) acha que compensa o dissabor ocasionado pelo trabalho. E ele não toma conhecimento do drama dos trabalhadores que perdem seus empregos e jamais encontram outros, em condições semelhantes ou mesmo inferiores aos dos empregos eliminados.

Como sabemos, o neoliberalismo no poder resolveu a contento a crise inflacionária. Ele o conseguiu revertendo completamente as condições no mercado de trabalho. O desemprego tornou-se de massa e com duração cada vez maior. Os sindicatos perderam prerrogativas e as garantias legais de estabilidade no emprego foram enfraquecidas quando não revogadas. Em

poucos anos, o movimento operário sofreu derrotas decisivas nos principais países desenvolvidos.

Além do desemprego, os governos neoliberais usaram a globalização para enfraquecer o movimento operário. O contínuo aumento do livre comércio internacional permitiu às EMNs transferir numerosas linhas de produção a países em desenvolvimento com força de trabalho mais barata. A perda maciça de empregos contribuiu para quebrar as últimas resistências do operariado. Quem conseguiu permanecer empregado dispôs-se a fazer qualquer concessão – até mesmo aceitar redução de salários – para não ser demitido.

A espiral preços-salários foi quebrada pelo lado mais fraco, o dos salários. Nos Estados Unidos, o salário médio caiu nitidamente entre os anos 70 e 90. Nos países da Europa Continental, o movimento operário conseguiu resistir melhor à ofensiva neoliberal: os salários caíram menos, mas o desemprego ficou maior. E os benefícios do seguro-desemprego não duram para sempre. Os que não conseguem se reempregar passam a depender da assistência social, ficando a um passo da miséria.

A estabilização dos preços tornou-se a alavanca com a qual o neoliberalismo pretende levantar o mundo. Ele conseguiu convencer a opinião pública de que estabilidade e pleno emprego são incompatíveis. Mas, ele foi além. Como a estabilização – neoliberal ou keynesiana – reduz o crescimento da economia, os neoliberais precisaram encontrar um culpado pelas sucessivas recessões. Este passou a ser o movimento sindical (o "poder sindical") e o estado de bem-estar social. São teses perfeitamente convincentes para capitalistas e executivos de multempresas.

Os sindicatos passaram a ser culpados pelo desemprego involuntário ao sustentar a legislação do trabalho que proíbe a contratação de trabalhadores por menos que o salário mínimo, por jornadas maiores que a legal ou sem os benefícios prescritos. Os governos neoliberais trataram de revogar esta legislação com o intuito de "flexibilizar" estes direitos, ou seja, para torná-los itens contratuais negociáveis em lugar de obrigações do empregador. O poder dos sindicatos de mobilizar os trabalhadores foi severamente reduzido. Em alguns países os sindicatos têm de pagar multas pesadas se houver greves não autorizadas e o próprio direito de convocar greves passou a ser restrito.

Os neoliberais nos governos lançaram-se numa ofensiva para destruir ou, no mínimo, privatizar o estado de bem-estar social. O argumento é que é preciso reduzir o tamanho do estado, transferindo ao mercado de seguros o programa de seguridade social de responsabilidade pública. As famosas "reformas" institucionais do sistema de previdência social, do sistema de saúde pública e do sistema de ensino público vão todos neste mesmo sentido.

O cerne da contra-revolução neoliberal é reduzir a intervenção do estado na economia. Ela pretende revogar o domínio muito relativo que a produção pública exercia sobre o modo capitalista de produção. Para consegui-lo, a desregulamentação financeira tem sido estratégica. As multempresas dos EUA conseguiram, no fim dos anos 60, derrotar o governo Johnson quando este procurou, em defesa do dólar, restringir as inversões no exterior. O governo tinha usado a tributação para desencorajar as transferências de capitais para fora. Em resposta, as EMNs "americanas" trataram de colocar seus fundos no euromercado, para ficarem fora do alcance das autoridades de seu próprio país.

Desde então, a movimentação internacional dos capitais tornou-se cada vez mais independentes dos governos. Isso ocorreu *antes da contra-revolução neoliberal*. Quando os neoliberais conquistaram os principais governos capitalistas, estes já não controlavam e sequer monitoravam os fluxos de valores sobre fronteiras. Com isso, o dirigismo econômico já tinha perdido parte de sua eficácia. Os governos neoliberais trataram de reduzi-lo ainda mais.

No Brasil, o governo Collor, nosso primeiro governo neoliberal explícito, eliminou todos os controles de preços dos produtos básicos de consumo, inclusive dos remédios, que estavam em vigor há meio Século. Também a importação foi amplamente liberalizada. O governo Fernando Henrique prossegue no mesmo sentido. Todas as medidas de favorecimento dos capitais nacionais face aos estrangeiros foram revogadas quando o governo conseguiu retirar da constituição a distinção entre

eles. A privatização da produção estatal, com a única exceção da Petrobrás, é outro programa que altera o relacionamento entre os modos de produção. O modo capitalista de produção deixa de ser orientado e tutelado pelo estado e sua integração ao grande capital global, controlado por residentes na Trilateral, está sendo sistematicamente fomentado.

Apesar de tudo, a contra-revolução neoliberal está longe de ter encerrado a etapa do capitalismo dirigido. Isso, por vários motivos. O primeiro é que o neoliberalismo encontra resistência por toda parte considerável. Dentro das regras da democracia, ele é obrigado a negociar. A "flexibilização" dos direitos trabalhistas e a privatização dos serviços sociais estão longe de serem universais. Onde estas mudanças foram realizadas, os resultados prometidos raramente foram logrados. A eliminação do poder sindical e dos direitos dos trabalhadores não ajudou a reduzir o desemprego. A privatização dos serviços sociais não melhorou a qualidade dos mesmos.

Mas, a segunda ordem de motivos para o êxito mui limitado das reformas neoliberais é ainda mais importante. Trata-se do fato de que o *programa neoliberal é incapaz de promover o crescimento econômico*. Na realidade, ele sequer o pretende. Para os liberais, o crescimento econômico deve ser determinado pelos mercados, sem interferência do estado. O orçamento público deve ser permanentemente equilibrado, o que permite à autoridade monetária regular a oferta de meios de pagamento e de crédito de modo a preservar a estabilidade dos preços.

Esta receita clássica conduz a economia iminentemente à estagnação. Sobretudo nos países mais desenvolvidos. E que o livre funcionamento dos mercados tende a concentrar a renda e o faz com mais vigor, à medida que os instrumentos fiscais de redistribuição como os salários mínimos, os subsídios ao consumo dos pobres, os impostos progressivos – são revogados. Os dados da distribuição da renda em todos os países em que se deu a contra-revolução neoliberal mostram inequivocamente o aumento do número de pobres e da distância entre estes e os ricos.

A concentração da renda reduz a propensão a consumir. Como ninguém ignora, os ricos consomem menos de seus rendimentos que os pobres. Se uma parte maior da renda vai para os ricos, a parcela consumida de toda renda cai. A parcela poupada aumenta. Mas, para que a demanda efetiva não diminua, é preciso que o investimento aumente na mesma medida que aumenta a poupança. O que dificilmente ocorre, sobretudo quando o investimento público é contido para não gerar déficit e o investimento privado é debilitado pela frouxidão da demanda. Em suma, se a prioridade é evitar pressões inflacionárias, o resultado é minimizar a acumulação de capital e o crescimento da economia.

E verdade que o ritmo de crescimento da economia capitalista começou a encolher *antes da contra-revolução neoliberal*. E o mais estranho é que isso se deu em meados dos anos 70, quando a 3ª revolução industrial estava dando seus primeiros passos. Foi nesta época que se aperfeiçoou o micro-computador, tornando a computação muito mais barata e acessível a todos os negócios e à maioria dos consumidores. A acelerada expansão do uso de métodos digitais em todo tipo de trabalho industrial, de serviços e inclusive na agricultura proporcionou ganhos de produtividade do trabalho cada vez mais amplos. Com o aperfeiçoamento dos robôs, a automação deu um salto gigantesco para a frente, tornando possível substituir o homem até mesmo em atividades que exigem inteligência elementar.

Seria de se esperar que esta revolução infra-estrutural acelerasse o crescimento da economia mundial capitalista, mas isso não ocorreu. De acordo com diversos relatórios do Banco Mundial e do Departamento para Informação Econômica e Social e Análise de Políticas da ONU (1996), a taxa anual média de crescimento do PIB dos países industrializados capitalistas foi de 5,1% em 1960/70, 3,2% em 1970/80, 2,9% em 1981/90 e 1,5% em 1991/95. O declínio do crescimento das economias do primeiro mundo¹⁴ ao longo destas três décadas e meia é deveras impressionante. Na primeira metade dos anos 90 a taxa de crescimento anual foi de apenas um quinto da dos anos 60!

A discrepância entre a aceleração do progresso tecnológico e a desaceleração do crescimento econômico se explica pelo fato de que o último depende muito mais da evolução da demanda efetiva do que do avanço da tecnologia. A cada momento, as atividades econômicas empregam

técnicas de diferentes "gerações". Apenas uma certa parcela da produção resulta do uso da técnica melhor ou mais recente.

A coexistência de diferentes técnicas e, portanto, de diferentes produtividades e de diferentes custos de produção explica-se por vários fatores: a) os mercados dos produtos estão longe de ser perfeitos, de modo que a mesma mercadoria é vendida em lugares distintos por preços diferentes (em lugares mais "atrasados", menos acessíveis, alguns produtos serão mais caros); b) os salários também não são iguais em todos os lugares e provavelmente as empresas que usam técnicas mais antigas são as que pagam salários menores, de modo que a produtividade menor é compensada por um custo menor da força de trabalho; c) a qualidade dos produtos também não é uniforme etc., etc.

Quando a economia como um todo cresce com vigor, observa-se uma atualização mais rápida das técnicas, ou seja, as mais obsoletas são substituídas por outras mais modernas, o que acarreta crescimento da produtividade, independentemente do avanço das melhores técnicas. Quando a economia cai em recessão, a atualização técnica desacelera. É possível que empresas mais defasadas quebrem, mas outras que se endividaram para se reequipar provavelmente também falem. Em tempos de recessão, os investimentos diminuem porque a superprodução deixa os empresários pessimistas.

Nos anos 50 e 60, as economias européias e japonesa se reconstruíam importando equipamentos dos mais avançados dos EUA. Neste período, o crescimento era excepcionalmente intenso e o aumento da produtividade também, embora não estivesse havendo revolucionamento da tecnologia. A partir dos anos 70 o crescimento desacelera, primeiro em função da crise inflacionária, depois em consequência da contra-revolução neoliberal. A 3ª revolução industrial não alterou a tendência declinante. Embora as multempresas adotassem com certa rapidez as modalidades disponíveis de automação, é provável que grande número de empresas persistisse com técnicas mais antigas, compensando a produtividade menor com baixa de salários, dado o excesso de força de trabalho e o enfraquecimento dos sindicatos.

Isso significa que, durante os últimos 25 anos, os ganhos potenciais de produtividade decorrentes da 3ª revolução industrial foram muito pouco aproveitados porque a economia do primeiro mundo (e de boa parte do terceiro) foi travada por políticas monetaristas de forte viés recessivo. Isso provocou uma maior exportação de capitais do centro à periferia, sobretudo aos países em que o dirigismo se manteve e que, por isso, apresentam maior dinamismo. São exemplos: os chamados "tigres" asiáticos.

A crise financeira que atingiu um certo número deles, desde meados de 1997, em nada muda estes fatos. As economias do centro se mantêm semi-estagnadas e as economias atingidas por fugas de capitais são resgatadas pelo Fundo Monetário Internacional apenas se aplicarem políticas recessivas tendo em vista tolher as pressões inflacionárias que a brutal desvalorização cambial desencadeia. As economias asiáticas que escaparam da crise – China, Singapura, Taiwan etc. – provavelmente vão continuar a dirigir estatalmente suas economias, pois só nesta condição poderão manter taxas elevadas de crescimento.

Desde dezembro de 1995, quando os trabalhadores franceses organizaram demonstrações em massa contra as reformas neoliberais da previdência, a resistência ao neoliberalismo vem crescendo visivelmente. Tanto na Europa como na América Latina. Mas, uma volta pura e simples ao capitalismo dirigido dos anos dourados também não é possível. Para tanto, uma retomada do controle estatal sobre a movimentação internacional dos capitais privados seria indispensável. Além disso, seria preciso encontrar uma solução não reacionária ao impasse da "estagnação". Voltaremos a este ponto.

Para além do neoliberalismo

Tanto a revolução keynesiana, que trouxe a revolução do dirigismo a partir dos 1930, como a contra-revolução monetarista, que ensejou a contra-revolução neoliberal, a partir dos 1980, são mudanças sistêmicas na supra-estrutura. Cada uma delas redefiniu o relacionamento do modo de produção capitalista com o estado e a produção estatal. Modificações supra-estruturais como essas não se generalizam, porque esbarram com resistências maiores ou menores em diferentes países. Como já vimos, o dirigismo foi praticado em proporções muito diversas e o mesmo vale para o neoliberalismo. Apesar da grande ofensiva neoliberal em curso, em lugar algum o governo abandonou a responsabilidade de regular a oferta de moeda e a taxa cambial. E a idéia de que o aumento do desemprego e a falta de crescimento não devem ser politizados ainda não é pacífica em qualquer país.

Por tudo isso, não tem sentido falar numa "etapa neoliberal do capitalismo". Na realidade, o neoliberalismo não passa de uma reação da classe capitalista ao impasse da estagflação. Esta resultou do descompasso entre o poder que a classe trabalhadora adquiriu de impor aumentos de salários e a não-responsabilidade dos trabalhadores pela condução das empresas e da economia. O pleno emprego dos anos dourados deu ao operariado poder de pressão por ganhos pecuniários, mas não lhes deu informações confiáveis sobre o real estado da economia e sobre a capacidade das empresas absorverem os custos decorrentes dos aumentos reivindicados.

O neoliberalismo "resolveu" o problema, eliminando o poder de pressão dos trabalhadores. Manteve-os na ignorância e devolveu-os à impotência. Só que neste meio tempo a aplicação de computadores e da telemática à produção e à distribuição está acabando com as tarefas rotineiras e alienantes que eram a sina dos menos qualificados. As novas tecnologias, via de regra, requerem trabalhadores qualificados, motivados e cientes do todo maior em que participam. A chamada administração flexível reduz o número de degraus da hierarquia gerencial e confere mais autonomia e responsabilidade ao pessoal de linha. A nova classe operária, formada pela 3ª revolução industrial, dificilmente aceitará o papel que o "script" neoliberal lhe destina.

Durante os anos dourados, houve avanços consideráveis na participação dos trabalhadores em certas decisões empresariais que os afetam diretamente. A experiência da co-gestão na Alemanha, depois da 2ª guerra mundial, foi significativa. Com as transformações da organização do trabalho, devidas à informática, pode-se esperar que novos avanços venham a ocorrer. Quando a economia das empresas se tornar mais transparente aos que nelas trabalham e para os que compram seus produtos, toda negociação salarial e de preços poderá se ampliar de modo a eliminar a espiral preços-salários. Só então o pleno emprego – uma exigência democrática inescapável – se tornará um objetivo viável.

H. Knudsen (1995), que estudou a participação dos empregados na Europa, diz o seguinte: "A ampla aplicação da tecnologia da informação durante as últimas duas décadas não foi acompanhada por mudanças radicais nos padrões de participação dos empregados e, em geral, não há base empírica para a tese de que a nova tecnologia tornou a participação uma necessidade produtiva". E um pouco adiante: "Em termos gerais, a tecnologia da informação, por causa de potencial produtivo e o papel novo que confere ao trabalho humano, despertou um interesse renovado na participação dos empregados e numerosas companhias têm desenvolvido ativamente novas formas de participação. É indubitável que, para muitos tipos de trabalho, a implementação e utilização com êxito da tecnologia da informação depende da boa vontade e motivação da força de trabalho. Isso tende a favorecer a participação direta e possivelmente também a participação indireta" (p. 157).

As revoluções que até agora demarcaram etapas da história do capitalismo sempre se originaram de transformações infra-estruturais: a invenção da maquinofatura pela 1ª revolução industrial, que criou a fábrica e a empresa comandada pelos donos; e a invenção da produção em massa, pela 2ª revolução industrial, que suscitou a multiempresa, gerida por uma tecnoestrutura profissional. Cada uma das duas etapas históricas do capitalismo caracterizou-se por um tipo de empresa e por relações de produção típicas, *impostas pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas*.

Estas revoluções, que foram tecnológicas e organizacionais, sempre se universalizam, pois impõem-se pela concorrência. Por isso, a questão de uma eventual nova etapa do capitalismo se

liga às transformações sofridas pela empresa capitalista, em consequência do avanço tecnológico, da globalização e das mudanças políticas e ideológicas, que penetram nas firmas pelas contradições de classe. Infelizmente, este assunto tem sido pouco pesquisado, de modo que o conhecimento científico sobre as transformações que estão ocorrendo na empresa é muito inadequado.

Um aspecto que chama atenção é o crescimento da multiempresa. Há uma visível aceleração das fusões e aquisições e o tamanho das maiores unidades capitalistas está aumentando. Isso se explica, de um lado, pela ampliação dos mercados, decorrente da abertura das fronteiras nacionais ao comércio. Os mercados mundiais de bens e serviços estão ficando cada vez maiores pelo acréscimo de novos mercados nacionais. Isso suscita mais concorrência, reestruturação produtiva, com fechamento de grande número de empresas débeis e, naturalmente, o crescimento das fortes. A concorrência intensificada é apenas uma fase a ser seguida por outra em que cada mercado volta a ser composto por um pequeno número de enormes multiempresas. E o que se chama "recomposição oligopólica".

Mas, a ampliação dos mercados oferece apenas a oportunidade. Para que ela seja aproveitada, é preciso que haja um aperfeiçoamento correspondente dos meios de controle. James R. Beniger (1986) mostrou que o capital monopólico só se viabilizou graças a uma série de inovações tecnológicas e organizacionais que possibilitaram controlar efetivamente organizações que se estendem por dezenas de países, com filiais espalhados por vastos territórios, empregando centenas de milhares de pessoas para produzir e distribuir centenas e milhares de mercadorias diferentes.

As inovações tecnológicas foram a invenção do telégrafo e do telefone, e de instrumentos específicos de controle como o termostato, o giroscópio e vários tipos de volantes. Entre as inovações organizacionais destacam-se a padronização e cronometragem de tempos e movimentos, a esteira móvel de montagem, a padronização dos componentes, o controle estatístico de qualidade (p. 316–317).

Provavelmente, a principal inovação que tornou a multiempresa possível foi a adaptação da burocracia, desenvolvida na administração pública, para a gerência das multiempresas. A nítida delimitação de responsabilidades, padronização de condutas e imposição de disciplina hierárquica permitiram uniformizar os procedimentos para melhor controlá-los a partir da cúpula. A administração burocrática foi aperfeiçoada pela invenção da máquina de escrever, de calcular, do endereçografo, do arquivamento de informações em cartões perfurados, da reprodução de documentos por mimeógrafo, por fotocópias e, agora, por xerox. Etc., etc.

A 3ª revolução industrial, que tem a computação e a telemática por centro, está contribuindo para tornar possível manejar estruturas empresariais cada vez mais vastas. E por isso que as maiores organizações capitalistas em cada setor estão conseguindo se fundir para formar organizações ainda maiores. Mas, como vimos, este processo de centralização do capital esbarra num limite: a preservação da concorrência. Estando impedidas de crescer por agregação em cada mercado além de um limite convencional, as maiores organizações tenderão a se expandir, invadindo novos mercados.

Este processo se chama conglomeração. Os conglomerados às vezes fracassam, possivelmente porque os instrumentos e técnicas de controle ainda não permitem gerir, com um mínimo de eficiência, organizações não só gigantescas mas muito heterogêneas. Uma hipótese que parece bem provável é que o conglomerado capitalista, quando ultrapassa determinado limiar de tamanho e diversidade, deixa de ser basicamente uma firma capitalista para se transformar num ente misto, que preserva características de firma mas adquire outras de agrupamento político, no sentido de ser palco de disputas de poder.

Numa firma comum, o poder provém da propriedade do capital, diretamente ou por procuração dos donos indiretamente. E um poder indiviso, que por suposto submete tudo e todos ao propósito único de maximizar a taxa de lucro. Na prática, não é bem assim. Mesmo na firma comum, as pessoas que nela trabalham têm seus próprios objetivos e se unem para realizá-los. Há sindicatos

e suas representações na empresa, assim como "panelinhas" no seio da burocracia e nos escalões da hierarquia. Nepotismo, favorecimento e corrupção são condutas que se pode observar em firmas, tanto mais quanto maiores e mais complexas.

No conglomerado capitalista que está surgindo, estes mesmos problemas devem se multiplicar. Há evidentemente formas autoritárias e repressivas de procurar resolvê-los: instaurar um corpo de polícia interno à empresa, instalar monitores e outros aparelhos de espionagem, multiplicar as revistas e verificações, insuflar a delação etc. Mas, é pouco provável que isso resolva a questão em conglomerados realmente grandes, inclusive porque se torna difícil controlar os controladores. E, além do mais, o autoritarismo repressivo interfere na motivação dos empregados. Não dá para esperar lealdade e dedicação espontâneas de pessoas pesadamente vigiadas e reprimidas.

Ao que parece – esta é outra hipótese – os conglomerados estão procurando superar o problema do controle mediante a descentralização e a autonomia das partes. São exemplos: o franqueamento e a subcontratação. Nestes casos, o conglomerado elimina a relação de produção típica do capitalismo, que é o assalariamento e a substitui pela relação de compra e venda. O franqueado não é um assalariado que tem de ser controlado, ele é um pequeno ou médio empreendedor que aluga a marca e os serviços de assistência técnica, comercial etc., do franqueador. Seu auto-interesse deve levá-lo a se comportar de acordo com o interesse do franqueador.

Além disso, empresas que querem funcionar juntas não precisam se fundir; em certas circunstâncias, basta que elas selem alianças, sob a forma de contratos de parceria dos mais variados. Se esta tendência se generalizar, o conglomerado tomará a forma de firma-rede, de que já fala a literatura (Dunning, 1997). E a firma-rede apresentará com mais força as características de ente político, já que nela existem poderes dispersos cuja coordenação exige mais que controle, consenso. E provável que a firma-rede, formada por empresas aliadas, sócios franqueados e fornecedores e distribuidores subcontratados, seja mais democrática do que a firma una, colocada sob o poder indiviso de quem representa a propriedade de todo o capital.

Obviamente, se tendências como estas se impuserem, estaremos diante de uma nova etapa do capitalismo ou, quem sabe, na primeira etapa da transição para além do capitalismo. Acresce a esta possibilidade o ressurgir do cooperativismo e do que genericamente se chama "economia solidária" como resposta à crescente exclusão social produzido pelo neoliberalismo. A economia solidária é formada por uma constelação de formas democráticas e coletivas de produzir, distribuir, poupar e investir, segurar. Suas formas clássicas são relativamente antigas: as cooperativas de consumo, de crédito e de produção, que datam do século passado. Elas surgem como solução, algumas vezes de emergência, na luta contra o desemprego. Ocupações de fábricas por trabalhadores, para que não fechem, são semelhantes a ocupações de fazendas por trabalhadores rurais sem-terra. Ambas são formas de luta direta contra a exclusão social, tendo por base a construção de uma economia solidária, formada por unidades produtivas autogestionárias.

Estas formas reativas, abandonadas a si, tendem a ficar marginalizadas, por terem pouca significação social e pequeno peso econômico. Mas, elas têm um respeitável potencial de crescimento político, se o movimento operário – sindicatos e partidos – apostar nelas como alternativa viável ao capitalismo. Está comprovado que cooperativas de espécies complementares podem formar conglomerados economicamente dinâmicos, capazes de competir com conglomerados capitalistas. Mas, as cooperativas carecem de capital. E o seu calcanhar-de-aquiles. Se o movimento operário, que partilha o poder estatal com o capital, quiser alavancar o financiamento público da economia solidária, a cara da formação social vai mudar. Um novo modo de produção pode se desenvolver, este capaz de competir com o modo de produção capitalista.

Para além do neoliberalismo, pode-se vislumbrar transformações sistêmicas do capitalismo em gestação. Por enquanto, empresa capitalista e democracia são antípodas. Estamos diante de um dilema histórico: ou a liberdade do capital destrói a democracia ou esta penetra nas empresas e destrói a liberdade do capital.

NOTAS

1 – Os fiandeiros ingleses não conseguiam produzir fios de algodão suficientemente finos e resistentes. Por isso, para formar a urdidura, utilizava-se fio de linho e a trama era de fio de algodão.

2 – Crompton decepcionou-se profundamente. Destruiu uma máquina de cardar que inventara "para que eles não a tivessem também". Fracassou em empreendimentos industriais. Em 1802, uma nova subscrição a favor dele arrecadou 500 libras. Finalmente, em 1812, o parlamento concedeu-lhe um donativo de 5.000 libras, que ele usou para pagar dívidas. Morreu pobre (Mantoux, 1927, p. 236–237).

3 – James Watt dedicava-se então à construção de instrumentos científicos. Aprendeu francês, italiano e alemão para poder ler livros científicos estrangeiros. Era autodidata por excelência e se envolveu em diversas descobertas científicas.

4 – Segundo Mantoux (1927, p. 321), a invenção da embreagem sol-e-planeta foi devida a William Murdock, que era capataz na fábrica de Soho.

5 – Este aparelho eliminava nós do tecido. Uma outra *g?g miii*, contra a qual houve uma petição em 1794, levantava uma lanugem do pano (Mantoux, 1927, p. 407).

6 – Robert Peel o mais velho era pai de Robert Peel o mais jovem, que se tornou celebre quando chefe do governo britânico ao revogar, em 1846, as Leis do Trigo (*Com Laws*).

7 – Trata-se de oponentes ao projeto *whig*; que O recusavam por não instituir o sufrágio universal masculino.

8 – Ideologicamente, a burguesia tende a exaltar as virtudes da livre concorrência, o que não a impede de fundir seus capitais sempre que os ganhos de escala favoreçam esta opção. Não obstante, é preciso reconhecer que em todos os países a burguesia tolerou, quando não encorajou, o Estado a impedir que a crescente centralização de capitais acabe em monopólio nos diversos mercados.

9 – Convém distinguir a tendência destrutiva da tendência excludora. A primeira decorre do progresso técnico ou do alargamento dos mercados (abertura de mercados nacionais a importações do exterior) e se manifesta em fases de intenso crescimento econômico também. A segunda decorre da insuficiência da demanda efetiva, que impede a compra pelas empresas de toda força de trabalho ofertada. Ela é perene, mas se acentua sempre que a economia cai em crise ou se mantém deprimida.

10 – Utilizamos o adjetivo "monopólico", já consagrado na literatura. Como veremos a seguir, o monopólio propriamente dito só é tolerado no capitalismo nos setores em que ele é natural, ou seja, decorrente da natureza da atividade, como, p. ex., a distribuição de energia elétrica, de água potável ou a prestação de serviços de telefonia. A rigor, os capitais que denominamos monopólicos são de fato oligopólicos.

11 – A taxa de lucro é o quociente do lucro anual da empresa pelo valor da mesma. Caindo o denominador mais que o numerador, a taxa aumenta. Isso tende a ocorrer porque os preços dos bens de capital caem mais que os dos bens de consumo. O excesso de capital é eliminado pela sua desvalorização, o que permite a retomada da inversão.

12 – Keynes, ao lado do assessor do Tesouro dos EUA, Harry Dexter White, elaborou os planos para instituir o capitalismo dirigido no âmbito internacional. Mas Keynes não se conformava com a hegemonia assumida pelos EUA e procurou evitar a tutela "americana" do FMI e do Banco Mundial. Mas fracassou e a amargura parece ter-lhe abreviado a vida.

13 – Mediante emendas aos "Artigos do Acordo" do EMI, o ouro deixou de ser o lastro do sistema internacional de pagamentos e o dólar deixou de ser o elo de ligação entre as demais moedas e o ouro. Com isso, *formalmente* o dólar tornou-se uma moeda como qualquer outra. Mas, *de fato*, ele continua sendo até agora o meio de pagamento preferido, sobretudo para constituir reserva líquida de governos, firmas e famílias.

14 – Para avaliar o impacto da contra-revolução neoliberal sobre o crescimento, os dados relevantes são dos países capitalistas adiantados. O neoliberalismo chegou à América Latina sobretudo no fim dos anos 80 e à Ásia, ainda mais recentemente.

BIBLIOGRAFIA

Banco Mundial. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial* (anos diversos).

Benigei; Janies R. *The Control Revolution. Tecnological and Economic Origins of the Information Society*, Cambridge, Harvard Univ Press, 1986.

Dobb, Maurice. *A evolução do capitalismo*, São Paulo, Abril Cultural, 1983 (publicado originalmente em 1946).

Dunning, John H. "The Advent of Alliance Capitalism", in: Dunning, J.H. e Hanidani, K.A. *The New Globalism and Developing Countries*, Tóquio, UN Univ. Press, 1997.

Knudsen, Herman. *Employee Participation in Europe*, Londres, Sage, 1995.

United Nations, Dep. for Economic and Social Information and Policy Analysis. *World Economic and Social Survey 1996*, Nova Iorque, 1996.